

**ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS**



**Alberto Luiz Félix**

**A Evolução da Marinha da China entre 1980 e 2020:  
Que lições buscar para a Marinha do Brasil?**

Área de Concentração: **Defesa, Governança e Segurança Marítimas**

Linha de Pesquisa 1 – **Política e Estratégia Marítimas**

Orientador: CMG (Ref.) Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral

Rio de Janeiro

2023

ALBERTO LUIZ FÉLIX

A Evolução da Marinha da China entre 1980 e 2020:  
Que lições buscar para a Marinha do Brasil?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.  
Área de Concentração em Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida  
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral

Rio de Janeiro - RJ

2023

F316e Félix, Alberto Luiz

A evolução da Marinha da China entre 1980 e 2020 : Que lições buscar para a Marinha do Brasil? / Alberto Luiz Felix. – Rio de Janeiro, 2023.

165 f..

Dissertação (mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2023.

Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida

Coorientador: Ricardo Pereira Cabral

Bibliografia: f. 161-165

1. Defesa. 2. China - Desenvolvimento militar – Brasil . 3. China – Estratégia militar – Brasil . I. Escola de Guerra Naval (BRASIL). II. Título.

CDD 359.45

ALBERTO LUIZ FÉLIX

A Evolução da Marinha da China entre 1980 e 2020:

Que lições buscar para a Marinha do Brasil?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de Concentração em Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

Aprovada em: 13/11/2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

CMG (RM1) Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida (Orientador/EGN)

---

Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral (Coorientador/EGN)

---

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença (EGN)

---

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Rio de Janeiro - RJ

2023

## AGRADECIMENTOS

Quero deixar meu sincero agradecimento a todos que contribuíram para a realização desse trabalho.

Primeiro a Deus e a minha família, minhas bases e minhas motivações diárias.

À Marinha do Brasil e à Escola de Guerra Naval pela oportunidade de cursar um Mestrado de tão alto nível.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos por todo o suporte acadêmico fornecido, indo além da simples transmissão do conhecimento, tornando as aulas momentos de grande engrandecimento.

Aos componentes da turma PPGEM 2021 que, mesmo virtualmente, começaram como colegas, viraram companheiros e hoje considero grandes amigos. Agradecimento especial à Mestra Fernanda Barreto Caldas e à Doutoranda Andréia Propp Arend, companheiras de grupo de estudos e das noites insones e finais-se-semana dedicados à conclusão de trabalhos.

Aos funcionários da Secretaria Acadêmica, capitaneados pela 1º Tenente Brenda Marinho, pelo comprometimento com o trabalho e por estarem sempre prontos para ajudar os alunos do PPGEM.

Ao CMG (RM1) Braga, ao CC (AFN) Fonseca e à Professora Ana Luísa Guimarães, pelos grandes esclarecimentos na preparação inicial para esse Mestrado.

Ao CMG (RM1) Cláudio Rogério pelos grandes ensinamentos, cuja aposentadoria não permitiu prosseguir na minha orientação.

Ao meu professor-orientador CMG (RM1) Alves de Almeida, juntamente com meu coorientador Prof. Ricardo Cabral, que com muita inteligência e paciência me forneceram a ajuda precisa sem a qual essa missão não se realizaria.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Prof. Dr. Nival Nunes, à CT (RM2) Marisol e ao SO (RM1) Valdir, pelos incentivos desde o primeiro momento em que expressei o desejo de prestar o concurso e durante todas as etapas do curso, nunca permitindo que eu esmorecesse em nenhum momento dessa caminhada. Hoje a vitória é nossa, e me sinto extremamente feliz por tê-los próximos em todo esse árduo e prazeroso caminho.

## EPÍGRAFE

***“A vida é uma eterna luta por aquilo que queremos, que é conquistado dia após dia. Para quem realmente tem fé e acredita em si mesmo, nada é impossível. Não existe ninguém que alcançou o topo da sua carreira ou o ápice dos seus objetivos sem esforço e privações. Sorte não existe nessa vida, tudo é consequência de disciplina e dedicação.”***

***Alberto Luiz Félix***

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho acadêmico é realizar uma pesquisa comparativa entre a Estratégia Naval da República Popular da China e a Estratégia Naval da República Federativa do Brasil, verificando-se os pontos de similaridade e os de dissonância, procurando-se ideias e boas práticas que possam vir a ser adotadas pelo Brasil para a evolução de sua própria Estratégia Naval. Brasil e China têm muitos pontos em comum e, considerando-se o lapso temporal, têm uma evolução histórica com muita similaridade, com objetivos e desafios semelhantes. Ambos são países com projeção política, econômica e social em seus continentes, com extensa área territorial e grande população, e buscam o desenvolvimento ao mesmo tempo em que se empenham em proteger seus recursos naturais de agressões internas e externas. A China encontra-se em uma fase acelerada de seu desenvolvimento, necessitando de permanente evolução de sua Estratégia Naval para garantir esse desenvolvimento e defender seus recursos naturais. Estudar como está idealizada a Estratégia da China e como se procedeu seu desenvolvimento econômico e industrial será de grande valia para aprimorar a Estratégia Naval do Brasil.

**Palavras-chave: China – Estratégia Militar – Brasil – Desenvolvimento militar**

## **ABSTRACT**

The objective of this academic work is to carry out comparative research between the Naval Strategy of the People's Republic of China and the Naval Strategy of the Federative Republic of Brazil, verifying the points of similarity and dissonance, looking for ideas and good practices that can be adopted by Brazil for the evolution of its own Naval Strategy. Brazil and China have many points in common and, considering the time span, have a very similar historical evolution, with similar goals and challenges. Both are countries with political, economic and social projection in their continents, with a large territorial area and a large population, and seek development while at the same time striving to protect their natural resources from internal and external aggressions. China is in an accelerated phase of its development, requiring permanent evolution of its Naval Strategy to guarantee this development and defend its natural resources. Studying how China's Strategy is idealized and how its economic and industrial development proceeded will be of great value to improve Brazil's Naval Strategy.

**Keywords: China – Military Strategy – Brazil – Military development**



## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1	
1.1 – Conceitos básicos de Estratégia Naval.....	16
1.2 – A Estratégia segundo Alfred Thayer Mahan.....	17
1.3 – A visão estratégica de Julian Stafford Corbett.....	25
1.4 - A visão estratégica de Richmond.....	30
1.5 - A visão estratégica de Ian Speller.....	33
1.6 - A visão estratégica de Geoffrey Till.....	36
1.6.1 – O mar como recurso.....	38
1.6.2 - O mar como ambiente físico.....	50
1.6.3 - O mar como área de soberania e domínio.....	55
1.7– A visão estratégica de autores da China.....	61
Capítulo 2	
2.1 – A República Popular da China.....	66
2.2 - Como o Século da Humilhação marcou profundamente a China.....	66
2.3 – Como a China buscou a evolução.....	76
2.4 – Como Deng Xiaoping mudou o pensamento estratégico da China.....	81
2.5 – A Marinha do Exército de Libertação do Povo (People’s Libertation Army Navy – PLAN).....	85
2.6 – Camadas de defesa.....	87
2.7 – O fundamento estratégico adotado pela China.....	91
2.8 – A China cresce frente ao Ocidente.....	98
Capítulo 3	
3.1 – O Presidente Xi Jinping.....	101
3.2 – A composição da Marinha do Exército de Libertação do Povo.....	102
3.3 – A Defesa Nacional da China na Nova Era.....	103
3.4 – A Estratégia Anti-Access /Area Denial (A2/AD).....	110
3.5 – A visão dos EUA sobre o desenvolvimento da PLAN.....	117
3.6 – Elementos da Modernização Naval da China.....	120
3.6.1 – Mísseis Balísticos e de Cruzeiro.....	120

3.6.2 – Submarinos em desenvolvimento.....	121
3.6.3 – Desenvolvimento de navios de superfície.....	123
3.6.4 – A Milícia Marítima da PLAN.....	129
3.6.5 – Fuzileiros Navais da PLAN.....	129
3.7 – Importância do estudo sobre a PLAN.....	130
Capítulo 4	
4.1 – Evolução da Marinha do Brasil.....	131
4.2 – O Entorno Estratégico Brasileiro.....	132
4.3 – Os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil.....	135
4.4 - A composição da Marinha do Brasil.....	139
4.5 – A Estratégia Naval de Defesa da Marinha do Brasil.....	141
4.6 – Meios que a MB dispõe para a implementação da Defesa Proativa.....	143
4.6.1 – Submarinos atuais e em desenvolvimento.....	143
4.6.2 – Meios de superfície da Marinha do Brasil.....	146
4.6.3 – O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.....	153
4.7 – Atividades da PLAN que poderiam ser adaptadas para a MB.....	154
Considerações Finais.....	157
Referências.....	161
Bibliografia.....	163

## INTRODUÇÃO

O propósito dessa pesquisa é apresentar os conceitos e teorias da Estratégia Naval e a composição da Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN) e da Marinha do Brasil (MB), de modo a se conhecer como se processou a evolução atual da PLAN e seu projeto de futuro. De forma semelhante, apresentaremos como está constituída atualmente a MB e quais seriam as opções possíveis para sua modernização.

Nesse sentido, realizaremos um estudo comparativo, empregando fontes bibliográficas e documentais, de forma a entender o conceito da Estratégia Naval empregada na China e sua contribuição para a evolução da PLAN.

Vários estudos foram realizados nos últimos anos sobre a República Popular da China (RPC), país essencialmente agrário até os anos finais da década de 1970 e que emergiu nas décadas iniciais do século XXI como principal país candidato ao posto de superpotência mundial. Seu ritmo de crescimento comercial e industrial surpreendente teve reflexos na Marinha do Exército Popular de Libertação, que passou a construir seus próprios meios e armamentos, tornando-se uma das principais Marinhas do mundo.

A China contemporânea busca maior protagonismo no cenário internacional. Destarte as constantes declarações do Presidente Xi Jinping que seu país investe na colaboração, cooperação e compartilhamento de responsabilidades em apoio ao crescimento global,<sup>1</sup> as iniciativas “Sonho Chinês” e “Cinturão e Rota” colocaram a China no epicentro econômico e político não só da Ásia como também da Europa, da África e do Oriente Médio.

O “Sonho Chinês”, como veremos adiante nessa pesquisa, se compõe de uma série de iniciativas que buscam melhorar a qualidade de vida do povo chinês, incrementar suas forças militares e promover o engrandecimento político e econômico da China. O Presidente Xi Jinping busca dar ao seu “Sonho Chinês” valores coletivos, para diferenciá-lo do “Sonho Americano”, que possui objetivos mais individualistas, promovendo um rejuvenescimento da Nação chinesa. A evolução dessa iniciativa incorporou alguns objetivos individualistas a essa iniciativa, buscando melhoria na educação e renda mais alta das pessoas, criando oportunidades de crescimento individual por meio de esforço próprio.

---

<sup>1</sup> ECONOMY, Elizabeth C. **A Terceira Revolução: Xi Jinping e o novo Estado Chinês**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2022, p. 311.

Unindo sua visão sobre um novo eixo econômico baseado na antiga “Rota da Seda” a uma “Rota da Seda Marítima” que percorreria o caminho marítimo traçado pelo almirante Zheng He, que conheceremos adiante, Xi Jinping apresentou a “Iniciativa Cinturão e Rota” (Belt and Road Initiative), um grande plano de infraestrutura que conectará a China a outras Nações do mundo por meio de portos, ferrovias e autoestradas, fornecendo também a infraestrutura energética necessária para seu funcionamento. Além de beneficiar os países contemplados com esses planos, também servirá para escoar a produção da indústria chinesa. Esse plano se expandiu e atualmente também agrega telecomunicações e cultura. Muitos consideram esse plano o maior do governo de Xi Jinping, com grande possibilidade de reequilibrar a Ásia em favor da China e conter o avanço dos Estados Unidos na região.<sup>2</sup>

Para manter esse ritmo acelerado de desenvolvimento, garantir o fluxo do comércio pelas suas linhas de comunicação marítima e obter sucesso no seu pleito territorial nas águas dos mares no seu entorno, a China buscou conhecimento nos grandes teóricos ocidentais da Estratégia.

Diante do desenvolvimento naval da China, obtido por meio das novas Estratégias adotadas ao longo dos últimos 40 anos, supõem-se que ao se optar pela adoção de métodos estratégicos semelhantes o Brasil poderá atingir níveis de desenvolvimento similares. Contudo, ao se sustentar essa hipótese, as diferenças culturais, econômicas e sociais que distinguem a sociedade chinesa da brasileira devem ser ponderadas. Apesar de possuírem trajetórias históricas semelhantes, trilharam caminhos divergentes para transpor seus próprios obstáculos na busca de atingir seus objetivos. Esses fatores necessitam ser avaliados antes de se propor Estratégias. Superadas essas diferenças, o estudo da Estratégia adotada pela China poderá trazer desenvolvimento à Marinha do Brasil, projetando-a em todo o Continente Americano.

Perante tais fatos, que proporcionaram a evolução da Marinha da China de uma Marinha de defesa costeira para uma Marinha de “água azuis” em um período de pouco mais de 40 anos, e da necessidade do Brasil manter sua Marinha em constante desenvolvimento e atualização, a análise do Pensamento Estratégico Naval da China nesse período se justifica por permitir ao Brasil extrair ideias e boas práticas que possam vir a ser utilizadas no aprimoramento da Estratégia Naval brasileira.

---

<sup>2</sup> ECONOMY, 2022, p. 321.

Este estudo está diretamente ligado à Linha de Pesquisa I (Política e Estratégia Marítimas) do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval – PPGEM/EGN, em virtude de, ao estudarmos como o desenvolvimento estratégico-naval da Marinha da China a projetou como uma potência marítima de nível mundial, poderemos obter subsídios que permitam a utilização de métodos similares que corroborem o processo decisório para uma melhor regulação do uso do mar e projeção de poder pela Marinha do Brasil.

Deste modo, ao final desse trabalho, após pesquisarmos sobre a Estratégia Naval utilizada pela República Popular da China, que permitiu, como dito anteriormente, uma Marinha costeira se tornar uma Marinha de “águas azuis”, em confronto com a Estratégia Naval adotada pelo Brasil, buscaremos apresentar subsídios que permitam responder a principal questão: “Que lições e boas práticas buscar, que possam ser adotadas pelo Brasil e pela MB, por meio da observação da evolução da Estratégia Naval chinesa nos últimos quarenta anos?”

De igual modo, além da questão principal acima também esperamos obter subsídios que possam responder as seguintes questões complementares: “Que fontes teóricas buscar para realizar uma pesquisa desse nível? Como se desenvolveu o Pensamento Estratégico Naval chinês nos últimos quarenta anos? Quais são os pontos de aproximação e distanciamento entre os pensamentos estratégicos adotados por esses dois países à luz da Teoria da Boa Ordem no Mar?”

A metodologia a ser utilizada nesse trabalho será baseada no estudo comparativo entre o Pensamento Estratégico Naval chinês, expresso através da “Defesa Nacional da China na Nova Era”, e o Pensamento Estratégico Naval brasileiro, expresso através do “Plano Estratégico da Marinha 2040”. Como base teórico-bibliográfica, buscaremos fundamentação no livro “Seapower: a guide for the twenty-first century”, de Geoffrey Till, que nos traz o conceito da “Boa Ordem no Mar” e, para alguns esclarecimentos que contribuam para um melhor entendimento, em conceitos propostos por Henry Kissinger, Alfred Thayer Mahan, Mao Zedong, Xi Jinping, Michael A. McDevitt e Hervé Coutau-Bégarie, como base teórica, e também nos fundamentaremos na Constituição da República Popular da China e no Livro Branco de Defesa do Brasil e no Livro Branco de Defesa da China, no que couber.

Na busca de atingir esses objetivos, nossa pesquisa será dividida em quatro capítulos, visando encadear os movimentos de transformação da PLAN de forma cronológica.

Apresentaremos no Capítulo 1 um estudo sobre a Estratégia Naval e seus principais teóricos, contemporâneos e do passado, de forma a discorrer sobre as bases teóricas e os principais conceitos que norteiam as ações dos estrategistas chineses. Conhecer os conceitos de Estratégia Naval e de Poder Marítimo nos trará a oportunidade de compreender a importância do mar para a segurança dos países e ter uma nova perspectiva sobre a evolução da Marinha da China, nos legando novos conhecimentos que poderão auxiliar a Marinha do Brasil na busca do seu desenvolvimento estratégico e militar. Nesse capítulo compreenderemos que os conceitos trazidos por Alfred T. Mahan e Julian Corbett, por exemplo, continuam aplicáveis no momento presente, juntamente com novos conceitos elaborados por, entre outros, Ian Speller e Geoffrey Till, que nos legou o conceito da “Boa Ordem no Mar”. Mesmo sem o nome que conhecemos modernamente, o conceito de Estratégia é muito antigo, nos remetendo a Sun Tzu, general chinês do século V a.C. Nesse capítulo conheceremos os conceitos de Guerra Limitada e Guerra Ilimitada, como também diferenciaremos a Grande Estratégia da Estratégia Militar. Identificaremos o que é uma Marinha de águas azuis, conceito muito citado por Xi Jinping, e a diferenciaremos da Marinha de águas verdes e da Marinha de águas marrons, descobrindo a importância de se conhecer esses conceitos. Reconhecemos que, para se buscar e se conservar a segurança marítima, o mar deve ser considerado tanto como fonte de recursos e como meio de transporte, não se olvidando da sua preservação ambiental e que modernamente é considerado como área de soberania e domínio, desvendando o que se faz necessário para se opor aos desafios que constantemente se apresentam no ambiente marinho. Também conheceremos a visão de alguns teóricos chineses da Estratégia.

No Capítulo 2 conheceremos como se processou a transformação da China de país pobre em potência mundial a partir da tomada do poder por Mao Zedong, e como este e seus sucessores se utilizaram do Século da Humilhação para fortalecer o nacionalismo e impulsionar o crescimento da China. Entenderemos que neste episódio da história chinesa as elites governamentais superestimaram seu poderio bélico e poder de influência frente às nações europeias recém-chegadas, não assessorando convenientemente o Imperador chinês sobre os perigos que se apresentavam. Compreenderemos que, para compensar os prejuízos que estavam sofrendo no comércio com a China neste período, os europeus incentivaram o consumo de substâncias entorpecentes no território chinês, que produziam em países próximos e, diante da repressão imposta pela China, invadiram militarmente o país impondo acordos que lhe eram inteiramente favoráveis. Entenderemos como esse

fato incentivou outros povos a também invadirem o território chinês, entre eles os japoneses, e os efeitos dessa invasão na sociedade local. Reconhecemos a decepção dos chineses com as condições pouco favoráveis impostas pelo Tratado de Versalhes, após Primeira Guerra Mundial, o que originou diversos movimentos que buscavam mudanças econômicas e políticas. Identificaremos que o aumento da presença japonesa em solo chinês, ocasionado por esse Tratado, tornou a Segunda Guerra Mundial mais extensa para a China, e como as ações militares japonesas nesse período disseminaram deliberadamente fome e epidemias pelo uso de armas biológicas. Entenderemos como esses atos foram utilizados pelos governantes posteriores como Estratégia para aprimorar e fortificar a identidade nacional, harmonizando todos os grupos étnicos. Mostraremos como se processou a mudança no pensamento estratégico chinês e como está organizada a sua defesa naval. Finalizando, identificaremos que Deng Xiaoping foi o grande impulsionador das reformas chinesas, ao clamar sobre a necessidade de se investir em ciência e tecnologia para desenvolver a economia, quebrando antigos paradigmas. Conheceremos os eventos que abalaram seu governo, suas reações e como ele cimentou o caminho para os projetos futuros de Xi Jinping.

No Capítulo 3 conheceremos o governante que é o símbolo da China contemporânea: Xi Jinping. Discutiremos sua ascensão ao poder e sua busca pelo “Sonho Chinês”, que inclui um forte sonho militar. Mostraremos como assumiu concomitantemente as funções de Presidente da China, Secretário do Partido Comunista Chinês (PCC) e Presidente do Comitê Militar Central (CMC). Entenderemos como, com sua grande visão estratégica, Xi deu continuidade e aprimorou as reformas nas Forças Armadas chinesas iniciadas por Deng Xiaoping, tornando-as mais enxutas e mais letais. Veremos como se encontra estruturada a PLAN e conheceremos os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais disponíveis para consolidar sua Estratégia Marítima. Apresentaremos os principais tópicos do Livro Branco de Defesa lançado pela China em 2019 intitulado “A Defesa Nacional da China na Nova Era” e da Constituição Chinesa. Veremos como o fortalecimento da presença norte-americana influenciou o engrandecimento da PLAN e quais são as ameaças à segurança nacional que afligem os chineses. Conheceremos os objetivos estratégicos propostos por Xi para o desenvolvimento da Defesa Nacional e Militar, entendendo que o “Sonho Chinês” requer uma PLAN forte. Nesse sentido, conhecemos quais são as tarefas internas e externas designadas para a PLAN atender as demandas estratégicas de segurança e desenvolvimento nacional, e como se processa a relação entre as Forças Armadas da

China e o PCC. Demonstraremos como a PLAN emprega a Estratégia Anti-access/Area denial (A2/AD) e qual a posição dos EUA sobre o deslocamento no equilíbrio mundial ocasionado pela China.

Finalizando, no Capítulo 4 conheceremos os meios de que dispõe a MB para fazer cumprir a sua Estratégia Marítima e faremos um paralelo entre esta e a PLAN, trazendo sugestões que possam se transformar em lições e boas práticas que, após adaptadas à realidade brasileira, tenham avaliadas as suas validades de emprego na busca do desenvolvimento do nosso país e da MB. Nesse sentido, conheceremos a Estratégia Nacional de Defesa para o entorno estratégico brasileiro, que possui um grande potencial energético e de recursos econômicos, carecendo constante vigilância e proteção. Entenderemos a postura da sociedade brasileira em relação ao mar e as ações da MB buscando a conscientização marítima dessa sociedade, e quais são as ameaças que rondam o litoral brasileiro. Identificaremos os projetos e programas estratégicos estabelecidos pelo PEM-2040 cujo propósito é prover o Brasil com uma Força Naval moderna e compatível com a estatura político-estratégica do nosso país. Conheceremos os Objetivos Nacionais da Política Naval e a composição e distribuição da Marinha do Brasil.

O Brasil já foi chamado de “o país do futuro”, e várias vezes figurou como uma futura potência mundial, por conta de suas dimensões, do tamanho da sua população, da quantidade e da qualidade das suas terras aráveis e do seu potencial industrial, além da grande quantidade de recursos minerais em seu território. Problemas internos obscureceram esse crescimento. Neste trabalho veremos como a China, país pobre e atrasado tecnologicamente, conseguiu superar seus desafios e se tornar uma potência mundial. Consideramos que o Brasil, se seguir alguns dos caminhos trilhados pela China aqui apresentados e superar os problemas internos que serão debatidos mais adiante nesse trabalho, conseguirá alcançar um salto tecnológico que o levará a uma posição de destaque dentro do cenário mundial, atingindo o nível adequado à sua grandeza. A Marinha do Brasil já foi considerada em diversas ocasiões como uma das melhores do mundo, demanda participar dos benefícios da adoção dessas medidas e retomar sua posição de relevância.



## Capítulo 1

Antes de iniciarmos a nossa discussão, alguns conceitos fundamentais e seus autores necessitam ser conhecidos para uma melhor fundamentação e um melhor entendimento sobre o assunto. Conhecer o que se entende sobre Estratégia Naval, sobre o Poder Marítimo e sobre os principais teóricos que se debruçaram sobre esses temas, nos dará uma nova perspectiva sobre a evolução da Marinha da China e qual, possivelmente, poderá ser a sua visão de futuro, trazendo-nos novos conhecimentos que poderão ser utilizados para auxiliar a Marinha do Brasil.

### 1.1 – Conceitos básicos de Estratégia Naval

Desde tempos remotos, o homem tem ligação muito próxima com o mar. Inicialmente se utilizando de suas riquezas naturais para suprir suas necessidades básicas, por meio da pesca e da extração de seus recursos minerais. Inúmeras cidades foram criadas próximas ao mar, de modo a permitir o uso e o gozo das facilidades oriundas daquele ambiente.

Ao dominar a capacidade de se transportar no ambiente marinho, o homem rapidamente aperfeiçoou a arte da navegação, alcançando pontos antes inatingíveis onde poderiam ser conseguidos mais recursos, tanto próximos à costa como em regiões mais afastadas. Com a constante evolução da navegação e dos meios de transporte marítimos, ousou o homem buscar destinos cada vez mais distantes, na demanda por recursos e riquezas fora das suas fronteiras marítimas.

No incremento do comércio, mesmo nos seus momentos exórdiais, esse caminho pelo mar atingiu outra conjuntura, passando a ser utilizado também como meio de transporte e de troca de mercadorias e informações, busca de matéria-prima e conquista de novas terras. Os Estados já não se restringiam às suas áreas geográficas, e a cada dia a exigência por riquezas se consolidava. E quando os interesses dos países se confrontaram, surgiu a forma mais radical dos conflitos serem resolvidos: a guerra.

Viu-se, com a evolução dos conflitos e o aumento do quantitativo de homens e armas, que o combate não deveria se resumir a buscar o inimigo e enfrentá-lo; dever-se-ia, antecipadamente, conhecer o seu adversário, qual o poder das suas armas e a forma

como se apresentava no combate. Sun Tzu, general chinês do século V a.C. já sentenciava que:

Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo, ainda que enfrente cem batalhas, jamais correrá perigo. Aquele que não conhece o inimigo, mas conhece a si mesmo, às vezes ganha, às vezes perde. Aquele que não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, está fadado ao fracasso e correrá perigo em todas as batalhas.<sup>3</sup>

A esse estudo criterioso de poder e de capacidade do inimigo denominou-se hodiernamente “Estratégia”, que vem a ser a análise das capacidades técnicas e táticas do oponente visando estabelecer procedimentos a serem utilizadas durante o enfrentamento. Clausewitz,<sup>4</sup> foi mais sucinto ao afirmar que a Estratégia é o uso de um engajamento para atingir os propósitos da guerra, mas que se deveria considerar também as forças combatentes.

Ao dominar a arte da navegação e surgirem os primeiros conflitos no mar, notou o homem que ao transportar a guerra para o ambiente marinho, não poderia se utilizar das mesmas estratégias utilizadas no ambiente terrestre. Eram ambientes cujas particularidades não se comunicavam, e as teorias dos grandes estrategistas terrestres poderiam não apresentar resultados semelhantes no ambiente marinho. Para solucionar essas dificuldades, pesquisadores do início do século XX se debruçaram sobre a História Naval, estudando as grandes batalhas e traçando um paralelo com os grandes estrategistas cujas ideias eram adotadas nas batalhas terrestres.

A seguir, veremos alguns desses pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo da Estratégia Naval e nos legaram conceitos que perduram até os nossos dias. Teremos a oportunidade de constatar que estudos sobre a Estratégia Naval realizados no século passado podem, após as necessárias adaptações para o tempo presente, ser perfeitamente utilizadas nos nossos dias.

## **1.2 – A Estratégia segundo Alfred Thayer Mahan**

Analisaremos, de forma breve, alguns dos mais relevantes estudiosos clássicos e contemporâneos que se debruçaram sobre a Estratégia Naval e sua estreita ligação com o Poder Marítimo. Não poderíamos deixar de começar por Alfred Thayer Mahan,

---

<sup>3</sup> TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007, p. 45.

<sup>4</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. E-book: LeBooks Editora: 2022, p. 174.

denominado o “Evangelista da Poder Marítimo”, tal foi o impacto das suas conclusões sobre a Estratégia Marítima.

Alfred Thayer Mahan (1840-1914), historiador naval, estrategista e teórico da geopolítica, serviu em diversos navios da Marinha dos Estados Unidos, apesar de não apreciar a vida embarcada, até se tornar instrutor no Naval War College. Em 1890 escreveu seu segundo livro, “The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783”, que lhe trouxe atenção e reconhecimento, sendo estudado desde então por diversas Marinhas ao redor do mundo, permanecendo a sua leitura relevante até os nossos dias. Nessa obra, Mahan analisa a história da Guerra Naval e do Poder Marítimo durante os séculos XVII e XVIII, que trariam uma profunda influência no início do século XX. Depois dessa obra, escreveu vários outros livros e artigos que enfatizavam a importância da História e da Geografia no estudo e na prática das relações entre os Estados, tendo sempre o mar como tema central.

Entusiasta de Antoine Henri Jomini, teórico militar do início do século XIX, Mahan acreditava, baseado nas suas análises históricas, que a projeção do Poder se daria pelo mar. Ele anteviu a ascensão geopolítica dos Estados Unidos da América (EUA) e também a Primeira Guerra Mundial, ao analisar a supremacia militar e industrial da Alemanha. Em 1893, ele já alertava que os EUA deveriam se preocupar com a China. Mahan considerava também que existia uma relação entre a riqueza de uma Nação e o uso do mar, pois a que soubesse fazer um seu bom uso teria melhores condições de tirar proveito para si do comércio, das riquezas e dos recursos econômicos que o mar pode proporcionar.

Mahan conceituava a guerra como um movimento político, com o braço armado permanecendo condicionado aos seus interesses políticos e ao Poder Civil do Estado. Para ele, muito mais do que a aplicação de princípios gerais e conhecimento, a guerra prescindia de um julgamento equilibrado.<sup>5</sup> Os chefes militares, para a tomada das suas decisões, deveriam se fundamentar na História e nas próprias experiências adquiridas em combate. Mahan julgava que para um ataque inicial ser eficaz, principalmente para o longo tempo dispendido para a construção de navios à época, este deveria ser vigoroso, de forma a impedir que o inimigo tivesse oportunidade de se recuperar.

Mahan julgava que o oficial em combate deveria ter a coragem moral para agir conforme as circunstâncias e responder pelos prejuízos que viesse a causar ao tomar uma

---

<sup>5</sup> ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Os Gigantes da Estratégia Naval**. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 95.

decisão equivocada, por melhores que fossem suas intenções. Isso valia tanto para o campo militar como para o campo diplomático. Ele pressupunha perigoso se ater somente à doutrina vigente, pois mecanizava a percepção e inibia a capacidade de agir conforme as circunstâncias e no calor da batalha, impedindo, ainda segundo Mahan, a cooperação e o aprendizado. Vê-se aqui, claramente, que se referia às normas estabelecidas e praticadas pela Marinha Britânica no século XVII:

A sua ênfase na capacidade de um chefe militar exercer um julgamento independente em relação às determinações políticas do seu país, no entanto, devia ser balanceada com algum comedimento. Ele (o chefe militar), certamente, poderia não seguir as recomendações determinadas por seu governo, se as condições reinantes na cena de ação contraindicassem o seu atendimento, no entanto se ele estivesse errado ou tivesse avaliado a situação incorretamente, ele deveria assumir total responsabilidade pelo erro cometido, não interessando o quão honesto ele tivesse sido na avaliação da política conduzida.<sup>6</sup>

Considerando o Almirante Horatio Nelson<sup>7</sup> como exemplo de ação independente e coragem moral e o Almirante Sir John Jervis<sup>8</sup> como a definição perfeita de frieza, equilíbrio e perfeito julgamento profissional, Mahan argumentava que seria mais proveitoso ter bons homens em pobres navios do que melhores navios com pobres homens. Foi dessa forma que os britânicos mantiveram superioridade sobre os franceses nas guerras napoleônicas, se utilizando da sabedoria, energia e tenacidade dos seus comandantes, e mais uma vez Mahan enalteceu Nelson pela sua capacidade de atrair e motivar seus subordinados.

Mahan também considerava que seria inevitável ocorrer, a longo prazo, um grande conflito armado entre as potências ocidentais pela obtenção dos recursos econômicos que eram explorados em regiões da Ásia e da África, então colônias dos países europeus, principalmente onde esses territórios fossem politicamente atrasados e pouco controlados pelos seus colonizadores.<sup>9</sup> De igual forma, considerava não haver norma ou arbitramento

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, 2015, p. 95

<sup>7</sup> Horatio Nelson (1758-1805) foi um oficial da Marinha Britânica e herói de guerra que venceu várias batalhas durante as Guerras Napoleônicas. Ficou conhecido pela sua capacidade de inspirar e motivar os seus homens. A sua forma inovadora de conceber estratégias e táticas não convencionais resultou em várias vitórias decisivas. (Nota do Autor)

<sup>8</sup> O Almirante John Jervis foi um oficial da Marinha Britânica, que combateu em várias batalhas marítimas e ficou conhecido pela vitória na Batalha do Cabo Verde. Foi o patrono do Almirante Horatio Nelson. Foi conhecido como um ótimo administrador e reformador naval, tornando a Marinha Britânica mais eficiente e autossuficiente. (Nota do Autor)

<sup>9</sup> MAHAN in ALMEIDA, 2015, p. 97.

internacional, em sua época, que evitasse esse conflito, pois as nações mais evoluídas econômica e militarmente não prescindiriam de se utilizar da força para alcançar os seus objetivos, visto haver à época um consenso generalizado na existência de um sistema econômico que garantiria prosperidade àquelas nações que tivessem melhores condições de se impor militarmente sobre as outras.

Não havia ainda nessa época os acordos internacionais de respeito aos Direitos Humanos e salvaguarda mútua entre os países, que começaram a ganhar força após a Primeira Guerra Mundial. Para Mahan as Forças Armadas, especialmente a Marinha, seriam os melhores instrumentos de política internacional. Ele considerava a Marinha, em relação ao Exército, menos agressiva, com menor significado simbólico de confrontação e dotada de maior mobilidade, sendo, portanto, mais apta a respostas políticas imediatas.<sup>10</sup> Atualmente, esse conceito se tornou o que se designa como Diplomacia Naval.

O conceito de Mahan, semelhante ao formulado por Jomini, era que a Estratégia seria a arte de estudar e planejar a guerra antes do conflito se tornar efetivo e compreendia todo o teatro de operações<sup>11</sup>. A preparação para a guerra deveria envolver tanto a questão material como a questão mental e de postura para o combate pois, uma vez declarada, a guerra deveria ser conduzida com agressividade e com o inimigo sendo destruído, pois a postura defensiva facilmente conduziria à derrota.

Foi Mahan que criou o termo Poder Marítimo (Sea Power)<sup>12</sup> e, apesar de não o ter definido, evidenciou a sua importância para a grandeza de um país, pois o Poder Marítimo seria o instrumento que projetaria e expandiria a influência de um determinado país frente aos outros, se tornando um recurso da política externa nacional, congregando elementos materiais e imateriais. Ele considerava também que a base fundamental para a prosperidade nacional seria o desenvolvimento marítimo do comércio, e para esse desenvolvimento deveriam ser observados três aspectos político-econômicos fundamentais, que modernamente Almeida os designa como “trindade mahania”:

- 1- Uma forte economia produtiva;
- 2- Uma forte rede de transporte de bens através de navios mercantes (shipping); e
- 3- A existência de pontos de trocas de produtos e base de apoio para navios.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> ALMEIDA, 2015, p. 98.

<sup>11</sup> Ibid., p. 99.

<sup>12</sup> MAHAN, Alfred Thayer. E-book. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1918, p. 26

<sup>13</sup> Ibid., p. 50.

Esses aspectos devem se apresentar juntos e em harmonia para o sucesso da expansão marítima e, caso necessário, da condução bélica.<sup>14</sup>

Mahan também apresentou os seis elementos, que alguns denominam condições ou fatores, que poderiam afetar o Poder Marítimo. Seriam eles:

1 – Posição geográfica - se um país não precisar se preocupar com suas fronteiras terrestres e possuir uma posição central em relação aos seus inimigos, possuirá uma grande vantagem estratégica.<sup>15</sup> Aqui podemos observar que Mahan considerava a Inglaterra como o exemplo mais emblemático para o estudo dessa situação. Por ser uma ilha, não possuindo fronteiras terrestres por onde poderia haver uma invasão, e possuir locais no seu litoral que não permitiriam desembarque, poderia concentrar suas forças navais em determinados locais costeiros, enquanto outros países, como a França, possuíam fronteiras terrestres que dividiam seu litoral, determinando uma divisão das suas forças navais, além da necessidade de possuir uma força terrestre para controlar essas fronteiras com outros países. Mesmo nos países que fazem fronteiras com poucos países, como os EUA, existe essa preocupação, visto haver a necessidade de dividir sua Marinha entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.

2 – Conformação física - a conformação do litoral é de suma importância para um país como acesso às linhas de comunicação marítimas através de uma boa rede de portos e instalações. Note-se que Mahan considerava a facilidade de acesso a essas linhas de comunicação como incentivo para um povo buscar interação com o resto do mundo.<sup>16</sup>

3 – Extensão do território - Mahan não se remetia simplesmente a extensão total do território, mas ao comprimento da sua linha de costa e da quantidade e qualidade dos portos de um país. Dependendo do tamanho da população de um território, a sua extensão poderia significar um fator de força ou de fraqueza. Aqui podemos destacar que, segundo Mahan, uma costa com muitos portos pode se tornar fraca caso não existisse uma quantidade suficiente de homens para guarnecê-los, da mesma forma que uma grande quantidade de recursos poderia ser um fator de força ou de acomodação para um povo.<sup>17</sup>

4 – Tamanho da população - Mahan afirmava que só deveria ser levada em conta a parcela da população que pudesse ser empregada nas atividades marítimas.<sup>18</sup> Ele considerava que um país com uma menor população poderia enfrentar e derrotar outro com uma população

---

<sup>14</sup> ALMEIDA, 2015, p. 104.

<sup>15</sup> MAHAN, 1918, p. 86.

<sup>16</sup> Ibid., p. 56.

<sup>17</sup> Ibid., p. 62.

<sup>18</sup> Ibid., p. 63.

maior, desde que essa estivesse em melhores condições de guarnecer os navios de guerra da época. Podemos observar que não era a quantidade que contava, mas a qualidade do pessoal empregado nas atividades de guerra naval. E o mesmo conceito se aplicaria aos navios mercantes.

5 – Caráter nacional - Para Mahan, o Poder Marítimo se desenvolveu a partir da expansão do comércio. Para isso, os habitantes do país deveriam ter a consciência de buscar essa expansão. Aqueles países em que a população aumentou o nível de suas relações comerciais, principalmente as marítimas, e a proteção destas, obtiveram um rápido desenvolvimento quando comparados com aqueles que simplesmente exploraram as riquezas das suas colônias. Ele citou como exemplo Portugal e Espanha, que iniciaram as Grandes Navegações, mas não buscaram criar e expandir o comércio marítimo com as suas colônias.<sup>19</sup>

6 – Caráter do Governo - Mahan considerava que os tipos de governo e de governantes sempre exerceriam grande influência sobre o desenvolvimento do Poder Marítimo. As características de perseverança, objetividade e determinação de um Governo, ou a falta delas, seria o que determinaria o destino da Nação. Os governantes que percebessem a importância do Poder Marítimo para a grandeza das suas Nações obteriam melhores condições de atingir o sucesso. Para Mahan, os governantes também deveriam adotar políticas de governo diferentes para a situação de paz, onde a prioridade deveria ser a Marinha Mercante e uma base industrial que a suprisse, ficando a Marinha de Guerra com a função de protegê-la. Para situações de guerra, a prioridade seria a Marinha de Guerra e as instituições ligadas à formação de uma reserva naval que apoiasse as ações humanas e materiais dessa Marinha.<sup>20</sup>

Mahan considerava que o “controle do mar” deveria ser exercido de forma plena, na integridade do seu significado. Era necessário destruir a frota inimiga, tanto militar como mercante, de forma que fosse impossibilitado o uso do mar. Apesar de Mahan utilizar as expressões de forma correlata, o “comando do mar”, que ele prefere se referir como “controle do mar”, está ligado a estratégia e à superioridade naval que subjuga o inimigo, enquanto o “domínio do mar” está ligado a condições legais e políticas sobre uma faixa marítima.<sup>21</sup> Almeida destaca a diferença entre “domínio do mar” e “controle no mar”:

---

<sup>19</sup> MAHAN, 1918, p. 68

<sup>20</sup> Ibid., p. 75.

<sup>21</sup> Ibidem.

Embora tenha preferido a expressão “controle do mar” a “comando do mar”, Mahan procurou conceituar essa ideia geral. Para ele não era a tomada de alguns navios ou mesmo de comboios que atingiria a economia da nação inimiga; seria a obtenção de um ilimitado poderio no mar que expulsaria o inimigo dos oceanos, aparecendo ele apenas como fugitivo.<sup>22</sup>

Nesse sentido, entendemos que Mahan considerava que o “controle do mar” somente seria obtido através de uma batalha final que se concluiria com a destruição da esquadra inimiga. Nesse sentido, a eliminação total do inimigo deveria ser o objetivo a ser buscado em uma guerra, para que a esquadra vencedora reinasse sozinha como “senhora dos mares”, na concepção de Mahan.

Apesar disso, ele considerava a impossibilidade do controle total do mar por uma única esquadra, porque a esquadra derrotada poderia fugir e continuar a realizar ataques furtivos em outras regiões. Da mesma forma ele reconhecia a dificuldade em haver o encontro decisivo, pois uma esquadra com menor poder de combate não se disporia a enfrentar uma mais poderosa e ser aniquilada. Parece-nos ser uma questão pura e simples de sobrevivência.

Mahan considerava muito pouco provável a hegemonia do controle do mar de um país sobre os outros durante uma grande quantidade de anos.<sup>23</sup> Mahan preconizava que as Marinhas passaram a proteger o comércio “local” durante as guerras ao mesmo tempo que buscavam causar destruição no comércio do inimigo. As guerras seriam vencidas pelo estrangulamento do comércio do adversário, que não encontrando outra alternativa de sobrevivência comercial, buscaria a paz.<sup>24</sup>

Na concepção de Mahan, para sobrepujar os outros países e obter o controle no mar, existiriam quatro princípios fundamentais que deveriam ser buscados:

- A concentração de forças, que Mahan considerava como o principal preceito da guerra no mar. Ele considerava que a união de concentração e ofensiva seria determinante para uma batalha decisiva contra uma força naval inimiga, devendo-se concentrar forças em um ponto decisivo desse inimigo no tempo devido, sustentando esse esforço enquanto necessário.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> ALMEIDA, 2015, p. 119.

<sup>23</sup> MAHAN, 1918, p. 76.

<sup>24</sup> ALMEIDA, 2015, p. 122.

<sup>25</sup> Ibid., p. 123.



- Posição central, pois um país que esteja posicionado de tal forma que impeça a reunião entre dois outros inimigos, impedindo que unam forças, obteria uma grande vantagem no combate e no controle das linhas de comércio marítimo desses países.<sup>26</sup>

- Linhas interiores, pois para Mahan elas seriam linhas estratégicas que se prolongariam em várias direções a partir de uma posição central, favorecendo uma interposição entre corpos distintos do inimigo.<sup>27</sup> Podem ser uma extensão da posição central ou uma série de posições centrais, de modo a concentrar a força de combate de forma mais eficiente.

- Linhas de comunicação, pois para Mahan seriam a sustentação do comércio mundial. Por estarem ligadas umas às outras como em uma grande planície, Mahan as considerava mais eficientes do que as terrestres, e a guerra naval seria uma luta travada pelo controle dessas linhas, sendo a disputa compatível com a sua importância. Dessa forma, Mahan considerava que as linhas de comunicação marítimas somente existiriam quando houvesse navios mercantes se utilizando de suas rotas.<sup>28</sup>

As linhas de comunicação não serviriam somente para o escoamento do comércio. Seriam também por elas que as esquadras e os exércitos se manteriam em condições de máxima prontidão e em conexão permanente com o Poder Nacional.<sup>29</sup> Seriam por elas que os exércitos teriam acesso ao território hostil e por onde seriam abastecidos.

Mahan considerava que havia dois tipos de Estado: o dependente de estradas e caminhos terrestres e o que dependeria das linhas de comunicação marítima. Essas últimas seriam em maior número e com grande facilidade para serem estabelecidas, sendo muito importantes para a estratégia, a política e para o campo militar, devendo a esse motivo a importância do seu controle. Se as esquadras não realizassem um efetivo controle sobre essas linhas de comunicação, o Estado estaria fadado ao fracasso e à derrota.<sup>30</sup>

Com o avanço do comércio marítimo, cada vez mais o pensamento de Mahan se tornou atual. A “trindade mahaniana” (forte economia produtiva, uma forte rede de transporte de bens através de navios mercantes [shipping] e a existência de pontos de trocas de produtos e base de apoio para navios) representa muito bem as atuais práticas estratégicas utilizadas pela maioria dos países.

---

<sup>26</sup> ALMEIDA, 2015, p. 125.

<sup>27</sup> Ibid., p. 126.

<sup>28</sup> MAHAN, 1918, p. 47.

<sup>29</sup> ALMEIDA, 2015, p. 128.

<sup>30</sup> Ibidem.

### 1.3 – A visão estratégica de Julian Stafford Corbett

Julian Stafford Corbett (1854-1922) foi um teórico da estratégia contemporâneo de Mahan que, diferente deste que buscava suas ideias a partir do conceito estratégico de Jomini (1779-1869), ele se baseava nos conceitos de estratégia terrestre trazidos por Clausewitz (1780-1831), procurando integrá-los ao estudo da guerra no mar. Para Corbett os objetivos da guerra são determinados pelo poder político, devendo as guerras navais alcançarem objetivos limitados, que levem à mesa de negociações.

Corbett se graduou em Direito em 1877, porém devido a sua situação financeira não precisou exercer a advocacia e, como frequentava os círculos da Marinha Britânica, conheceu sua realidade e com isso se interessou pela sua história, se tornando um historiador naval. Considerava a ação militar apenas como uma manifestação da política,<sup>31</sup> por isso muitos o consideravam o Clausewitz da Estratégia Marítima.<sup>32</sup>

Seu livro “Some Principles of Maritime Strategy” (1911) apresentou seus conceitos sobre estratégia, baseado em seus estudos sobre a evolução da Marinha Britânica, apresentando uma visão do poder marítimo, atualizada para a sua época, baseado em bases teóricas bem fundamentadas.

De forma diversa de Mahan, Corbett considerava a destruição da esquadra inimiga irrelevante, e que o “comando do mar” por ele preferido em vez de “controle do mar” de Mahan, poderia não ser absoluto. Para ele, o comando do mar significava o controle das comunicações marítimas, para fins comerciais ou propósitos militares.<sup>33</sup> Modernamente, o comando no mar é incluído nas estratégias navais dos Estados, vinculado aos interesses políticos, de onde se emanarão as capacidades militares, constituindo a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para se utilizar do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando manter e conquistar os objetivos nacionais.<sup>34</sup>

Os conceitos de guerra limitada e guerra ilimitada foram trazidos de Clausewitz e adaptados à guerra no mar, no qual o envolvimento de um Nação depende da natureza da

---

<sup>31</sup> CORBETT, Julian Stafford. **Some Principles of Maritime Strategy**. E-book. DigiCat, 2022, p.27.

<sup>32</sup> Da mesma forma que muitos consideravam Mahan como o Jomini da Estratégia Marítima. (Nota do Autor)

<sup>33</sup> CORBETT, 2022, p. 90.

<sup>34</sup> BRASIL. **PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA 2040**. Brasília, DF: Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 15 de maio de 2022, p. 14

guerra e dos objetivos em disputa. De acordo com Corbett, para uma guerra ser limitada, o significado político da disputa também deveria ser limitado e a área de operações da guerra deveria ficar somente no território da Nação em causa.<sup>35</sup> Ele considerava ser possível essa limitação em guerras navais, já que em conflitos continentais só muito dificilmente haveria a separação territorial necessária à contenção da disputa, havendo sempre tendência para evoluir para guerras ilimitadas.<sup>36</sup> Para Monteiro (2011) a ilustração prática dessa teoria de Corbett pôde ser comprovada durante a Guerra das Falklands/Malvinas<sup>37</sup> de 1982, conforme sua afirmação de que:

Os argumentos de Corbett sobre a relativa contenção dos conflitos em que predominava a componente marítima tiveram uma ilustração prática na Guerra das Falklands/ Malvinas (1982). Da parte dos britânicos, verificavam-se as duas condições enunciadas por Corbett, o que fez com que o conflito tivesse, para o Reino Unido, os contornos de uma guerra limitada.<sup>38</sup>

Para Corbett, a estratégia marítima dizia respeito “aos princípios que governam uma guerra em que o mar é uma fator fundamental”<sup>39</sup>, reunindo as operações navais e marítimas, cabendo à estratégia naval, parte integrante da estratégia marítima, determinar as operações da esquadra, coordenadas com as ações da força terrestre.<sup>40</sup>

Corbett considerava que a estratégia marítima britânica da sua época deveria se preocupar em “determinar as relações mútuas entre o Exército e a Marinha num plano de guerra,”<sup>41</sup> de forma a ter suas ações coordenadas e determinadas suas linhas de ação, de forma a atingir a plenitude de suas forças.

Monteiro (2011) nos relata que, para Corbett, apesar das Nações à época estarem ficando muito impressionadas com a eficácia do Sea Power (Poder Marítimo), este não seria suficiente para ganhar guerras sozinho, principalmente contra os grandes países continentais.<sup>42</sup>

---

<sup>35</sup> CORBETT, 2022, p. 55.

<sup>36</sup> Ibid., p. 57.

<sup>37</sup> Foi um conflito armado iniciado quando a Argentina invadiu as Ilhas Falklands, no Atlântico Sul próximas da sua costa (porém pertencentes ao Reino Unido), que denominava como Malvinas e reivindicava como parte do seu território. A reação britânica foi imediata, enviando sua esquadra, que culminou com a retomada das ilhas após pouco mais de dois meses de conflito. (Nota do Autor)

<sup>38</sup> MONTEIRO, N. S. **Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.131 n. 10/12, Out/Dez. 2011, p. 140.

<sup>39</sup> CORBETT, 2022, p. 15.

<sup>40</sup> MONTEIRO, 2011, p. 140.

<sup>41</sup> CORBETT, 2022, p. 16.

<sup>42</sup> MONTEIRO, 2011, p. 141.

Porém ressaltava que, com isso, não estava se estabelecendo uma subordinação do poder naval e das Marinhas ao poder terrestre e aos Exércitos, mas reafirmava a importância e a interdependência desses poderes e dessas Forças para a consecução dos objetivos nacionais, e elas não poderiam ser empregadas de forma isolada devendo, sempre que possível, ser empregadas articuladamente de forma conjunta, respeitando-se suas diferenças nos seus aspectos essenciais.<sup>43</sup>

Corbett considerava que uma Esquadra teria como função primordial ganhar as batalhas no mar, seguindo-se as funções de apoiar o esforço diplomático, proteger o comércio marítimo e contribuir para as operações militares em terra.<sup>44</sup>

Monteiro<sup>45</sup>, ao transportar essas funções para a atualidade, identifica a função de ganhar as batalhas no mar com a defesa naval, um dos principais componentes da defesa nacional. A função de apoio ao esforço diplomático é associada por ele com a diplomacia naval, que é uma das mais relevantes funções que os navios das Marinhas exercem ao se encontrarem nos portos de outros países, indo da simples permissão para visitação at e a c es sociais realizadas pelos tripulantes dos navios.

Para a fun c o de prote c o ao comércio marítimo, Monteiro nos lembra que Corbett dividia as rotas de comércio em:

- 1-  s necessárias ao apoio   Esquadra;
- 2-  s destinadas ao apoio a um Exército expedicionário; e
- 3-  s do comércio.<sup>46</sup>

Como exposto acima, nota-se que Corbett analisava as rotas de comércio em duas vertentes:

- 1 - como rota essencial ao esforço de guerra; e
- 2 - como o fluxo normal do tráfego comercial entre as na es.

Valemo-nos mais uma vez de Monteiro (2011), que considera que esta última evoluiu para o que são conhecidas atualmente como Opera es de Segurança Marítima, e que com esta evolu o, nos nossos dias envolvem uma gama de tarefas mais amplas do que Corbett concebeu originalmente. Monteiro (2011) assim se posicionou:

De fato, hoje em dia, as Marinhas empenham-se em tarefas com conteúdo policial, ligadas   manuten o da lei e da ordem nos espaços marítimos, o que inclui, por exemplo, a prote o dos recursos marinhos

---

<sup>43</sup> MONTEIRO, 2011, p. 141.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Ibid., p. 142.

<sup>46</sup> Ibidem.

e a repressão de ilícitos no mar (como o terrorismo, a proliferação de armamento, a pirataria, as traficâncias e a imigração ilegal).<sup>47</sup>

Ao analisar os preceitos trazidos por Corbett, Monteiro considera que a função de contribuir com as operações militares em terra corresponda hodiernamente à projeção de força, se assentando na capacidade de transporte estratégico e na condução de operações anfíbias, que Corbett defendia e designava como apoio naval a operações militares, considerando ser o papel da Marinha realizar todo o necessário para o sucesso de uma operação militar.

A partir do lançamento do seu livro “Some Principles of Maritime Strategy”, Corbett passou a considerar como objetivo principal da estratégia marítima proteger ou destruir o comércio marítimo inimigo.<sup>48</sup> Ele considerava o “domínio do mar” como algo relativo e não absoluto, sendo essencial o controle das linhas de comunicação marítimas, afirmando:

Domínio do mar apenas significa o controle das linhas de comunicação marítimas, quer para fins comerciais, quer para fins militares. O objetivo da guerra naval é o controle das comunicações e não, como na guerra terrestre, a conquista do território.<sup>49</sup>

Corbett considerava impossível conquistar o mar pela sua abrangência, não podendo nenhum país considerar o mar como propriedade exclusiva do seu território.<sup>50</sup>

Corbett recebeu alguma influência da extensa obra de Mahan, apesar de possuírem visões divergentes, principalmente sobre a ligação entre o poder do Estado no mar e a prosperidade das Nações,<sup>51</sup> visto ser esse poder um facilitador do poder econômico e tendo a capacidade de influenciar as pessoas e os eventos. Contribuiu com Mahan, como nos relata Monteiro (2011):

Aliás, Corbett analisou a obra mais marcante de Mahan, *The Influence of Sea upon History, 1660-1783*, publicada em 1890, em termos muito favoráveis, elogiando a base filosófica que Mahan proporcionou à história naval, a capacidade demonstrada para retirar conclusões fundamentadas a partir de um grande número de fatos históricos e, ainda, o efeito produzido pela sua obra no pensamento e na ação política. Corbett contribuiu mesmo com um texto sobre a captura de propriedade privada no mar (“*The Capture of Private Property at Sea*”) para um livro de Mahan intitulado *Some Neglected aspects of war* (1907). Esse livro é composto por seis capítulos independentes: quatro

---

<sup>47</sup> MONTEIRO, 2011, p. 142.

<sup>48</sup> CORBETT, 2022, p. 79.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Ibid., p. 93.

<sup>51</sup> Ibid., p. 137.

de autoria de Mahan, um de Corbett e outro de Henry Smith Pritchett.  
52

Corbett aprofundou e refinou as ideias de Mahan por meio da pesquisa histórica e do acréscimo de outras teorias, como as de Clausewitz. Isso causou um certo distanciamento nas teorias de ambos, motivo pelo qual muitos o apontam como o primeiro grande crítico de Mahan. Apesar de nunca ter discordado publicamente de Mahan, Corbett chegou a considerar o seu trabalho “superficial e deficientemente ancorado na história.”<sup>53</sup>

Para Monteiro, as teorias de Corbett e Mahan se colocam em planos diferentes. Enquanto as teorias de Mahan pertencem ao domínio da Geopolítica e da Geoestratégia, versando sobre a utilização do poder do mar para o domínio dos espaços marítimos, as teses de Corbett têm como objetivo o uso do poder marítimo a serviço da Nação, seja na paz ou na guerra, pertencendo, portanto, ao domínio da Estratégia Marítima.<sup>54</sup> Essas duas teorias se complementam, com Mahan alicerçando teorias que seriam atualizadas inicialmente por Corbett e mais tarde por autores contemporâneos.

Como sucede a todos os grandes estrategistas do passado, as ideias de Corbett não podem ser transcritas literalmente para o presente. Na época em que suas teorias foram formuladas, a tendência era usar a força para dominar as outras Nações, pois não havia os conceitos de igualdade entre as Nações e o Direito Internacional ainda era incipiente. Notemos também que ele não escreveu sobre assistência humanitária e sobre o enfrentamento a grandes catástrofes marítimas, e foi um crítico do emprego de submarinos e do uso de comboios para a proteção mercante, contudo estes assuntos não faziam parte do cotidiano daqueles tempos e com um uso do mar muitas vezes menor do que o praticado nos nossos dias. O grande mérito de Corbett foi apresentar as potencialidades e limitações do Poder Marítimo, enquadrando-o nas Estratégias Nacionais, e defender que o domínio do mar passava pelo controle das Linhas de Comunicação Marítimas, lições que são utilizadas até os nossos dias.

---

<sup>52</sup> MONTEIRO, 2011, p. 138.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

## 1.4 - A visão estratégica de Richmond

Herbert William Richmond (1871-1953) foi um almirante britânico, cuja obra teve influência em Mahan e chegou a ser aluno de Corbett.<sup>55</sup>

Richmond considerava, concordando com os outros autores acima citados, que o objetivo da guerra seria uma paz em condições favoráveis, e para isso o inimigo deveria ser completamente subjugado e seus meios de produção, distribuição e comércio em poder do vencedor.<sup>56</sup>

Seguindo o pensamento esboçado por Clausewitz, Richmond qualificava a guerra como um processo para submeter o inimigo à sua vontade,<sup>57</sup> se fundamentando nas guerras do passado entre Grã-Bretanha e França caracterizadas pela busca pelo controle das Linhas de Comunicação Marítimas. Ele considerava existirem duas maneiras de fazer a guerra: através de ataques diretos às cidades com grandes perdas de vidas, ou através de bloqueios marítimos que impedissem o fluxo do comércio e forçassem a negociação ou a rendição.

Richmond, usando a Grã-Bretanha como referência, classificou a guerra em três categorias:<sup>58</sup>

- 1 – Guerras menores com pequenos países, conduzidas para manter a segurança do Império e o comando do mar, pouco afetando o poder marítimo;
- 2 – As guerras envolvendo somente a Grã-Bretanha, ou aliada a outros países, contra um adversário de primeira classe ou poder equivalente. Seriam conduzidas pelos exércitos, com o poder marítimo assumindo um papel secundário, com o resultado se processando normalmente em terra; e
- 3 – As guerras de coalizão, entre grupos de Nações, nas quais o Poder Marítimo teria o papel fundamental de bloquear os portos inimigos, atacar as colônias adversárias e as linhas de comunicação oponentes, ao mesmo tempo que protegeria as próprias linhas de comunicação procurando, por conseguinte, destruir o Poder Marítimo do adversário.

Nessa classificação, Richmond ressaltou que não se poderia pensar em prevalência entre os poderes, porque seriam interdependentes, não podendo o poder terrestre prescindir do poder marítimo para alcançar a vitória nas guerras.

---

<sup>55</sup> MONTEIRO, 2011, p. 116.

<sup>56</sup> ALMEIDA, 2015, p. 226.

<sup>57</sup> Ibid., p. 227.

<sup>58</sup> Ibidem.

Richmond entendia que não poderia, de igual modo, prescindir da diplomacia, e que, da mesma forma, o apoio do povo seria fundamental para se manter elevado o moral durante um conflito. Considerava que a condução da guerra deveria ser realizada pelos políticos, que não poderiam se abster do assessoramento dos militares. Ele considerava que, além os poderes marítimo, aéreo e militar, quatro fatores seriam essenciais para compor o poder de uma Nação:

- 1 – A Marinha Mercante, responsável pelo transporte de bens que proporcionam o desenvolvimento de um país;
- 2- O aporte financeiro necessário às Forças Armadas em campanha e a mobilização nacional;
- 3 – A posição do país em relação às linhas de comunicação marítimas e aos centros de comércio; e
- 4 – A capacidade de produção de equipamentos a serem utilizados em combate, o que pode ser entendido modernamente como o porte da sua produção industrial.<sup>59</sup>

De forma diversa a Mahan, que explicou o Poder Marítimo sem defini-lo, e se aproximando de Corbett, Richmond apresentou o seu entendimento sobre o seu significado. Na sua visão, o Poder Marítimo poderia ser definido como a modalidade do Poder Nacional que permitia ao seu detentor enviar Exércitos e comércio sobre oceanos, mares ou faixas de mar entre o seu país e seus aliados para territórios de interesse, ao mesmo tempo em que impediria o inimigo de fazê-lo.<sup>60</sup> Nesse ponto ele seguia os ensinamentos de Corbett, que apontava que o Comando do Mar passava pelo controle das Linhas de Comunicação Marítimas e, de forma notável, também os de Mahan, ao negar ao inimigo o acesso a esse controle. Para um país insular como a Grã-Bretanha, o Poder Marítimo assumia uma importância substancial.

Richmond considerava que o Poder Marítimo se desenvolveria a partir de duas condições básicas. A primeira seria interna e se resumiria na exploração econômica de um território para sua população e a proteção dessa população contra ataques externos. A segunda seria externa: conquistar e impor aos adversários a sua vontade. Ele também considerava duas causas que forçariam os países a desenvolverem o comércio: de forma natural, provocada por movimentos econômicos e sociais, e também de forma artificial, quando os países que não fossem dependentes do comércio buscariam desenvolvê-lo para

---

<sup>59</sup> ALMEIDA, 2015, p. 233.

<sup>60</sup> Ibid., p. 229.



umentar seu Poder Nacional e influência.<sup>61</sup> Richmond considerava que o motor que impulsionaria todas as guerras no mar seria a rivalidade gerada pelas disputas comerciais.

Ele também distinguiu Potência Marítima (Maritime Power), que seriam aqueles países dotados de interesses marítimos, de Poder Marítimo (Sea Power), que seria a capacidade de influência através do poder de suas unidades de combate. Nesse sentido, um Poder Marítimo (Sea Power) sempre seria uma Potência Marítima (Maritime Power) na definição de Richmond.

A Guerra Naval seria um dos ramos da guerra, e seu objetivo final seria a paz, e essa somente seria obtida quando o vencido ficasse subjugado à vontade do vencedor, e Richmond mais uma vez associava a vitória nos conflitos ao controle das rotas marítimas,<sup>62</sup> pois o controle do mar estava inteiramente associado ao controle do comércio marítimo.

Para Richmond, o Poder Marítimo possuía três elementos interdependentes:

1 – Marinha Mercante e comércio marítimo - Para ele, a Marinha Mercante realizava um grande serviço à Nação por ser parte do comércio e uma fonte de lucros, e a sua diminuição acarretaria a perda desses lucros. Ela incentivava a indústria naval nacional porque considerava uma grande vulnerabilidade o comércio marítimo depender de navios de outras bandeiras, e a Marinha Mercante deveria se constituir em uma reserva estratégica para tempos de guerra e poderosa o suficiente para, em tempos de conflito, ser capaz de buscar rotas de comércio mais distantes.

2 – Forças de combate - Richmond designava as forças navais como forças de combate e as considerava essenciais para a conquista e manutenção do Poder Marítimo, sendo apoiadas pelas bases e possessões, e com capacidade para garantir a regularidade do comércio. Essa regularidade seria obtida através da eliminação das forças de combate inimigas que criassem qualquer obstáculo para as linhas de comércio marítimas nacionais. Por isso, Richmond dividia as forças de combate em corpo principal, forças destacadas e flotilhas, de forma semelhante a Corbett.

3 – Bases e Possessões - Richmond considerava que nenhuma força de combate seria capaz de se manter por muito tempo sem bases de apoio, mesmo os navios dotados de grande autonomia, e caso não as possuíssem em quantidade suficiente, deveria se beneficiar das bases dos países aliados. A falta de bases de apoio acarretaria sobrecarga

---

<sup>61</sup> ALMEIDA, 2015, p. 234.

<sup>62</sup> Ibid., p. 235.

para a indústria naval, que seria forçada a construir navios abastecedores e navios de combate com maior autonomia.

Richmond considerava ser o papel da Marinha de Guerra conquistar o comando do mar e impedir o inimigo de utilizar o mar para o seu comércio e para o seu Exército. Para isso, além das forças de superfície, também deveriam ser utilizados os submarinos e aeronaves. Seguindo Mahan, considerava a concentração de esforços como o mais importante princípio da guerra. Considerava também o cruzador como o melhor navio para cumprir a tarefa de defender as linhas de comunicação marítimas, como Corbett também considerava a corrida armamentista e o aumento expressivo dos navios que estavam sendo construídos na sua época como fatores de instabilidade e insegurança internacional. Ele era um crítico da construção dos grandes encouraçados, pois considerava que geravam um custo muito elevado na sua construção e na sua manutenção, porém não garantiam um aumento na segurança das linhas de comunicação. Por conta desse ponto de vista estratégico, Richmond também era contra o emprego de aeronaves na guerra e a construção de porta-aviões.<sup>63</sup> Por esse ponto de vista e talvez pelas tecnologias e equipamentos disponíveis na sua época, não era um grande entusiasta do emprego de submarinos.<sup>64</sup>

### **1.5 – A visão estratégica de Ian Speller**

Ian Speller (1969- ) obteve o seu doutoramento em Estudos de Guerra pelo King's College London e suas pesquisas versam sobre a história da Marinha britânica, guerra anfíbia e sobre as marinhas de pequeno porte. Seu estudo sobre a guerra naval moderna merece destaque e o seu livro “Understanding Naval Warfare” apresenta importantes conceitos e discussões sobre o tema.

Speller considera que as Marinhas devem ser avaliadas de acordo com o ambiente onde operam, e para se entender a guerra naval deve-se primeiramente entender esse ambiente onde ela está inserida, que não é finito e também abrange as regiões costeiras que o circundam, pois os navios necessitam do apoio de bases em terra e, durante os conflitos, muitas vezes atacam as bases de outros países para evitar que estas apoiem os navios inimigos. Ele também considera que, como o ser humano habita as regiões terrestres, toda a atividade marítima se conecta com as regiões costeiras e tem efeito

---

<sup>63</sup> ALMEIDA, 2015, p. 252.

<sup>64</sup> Ibid., p. 253.

principalmente sobre elas, de forma direta ou indireta. Estas regiões, inclusive seu espaço aéreo, devem ser incluídas em qualquer estudo sobre o ambiente marinho. Ele ressalta que, por conta disso, essa região costeira por ele denominada região litorânea, tem recebido atenção crescente no pensamento naval contemporâneo desde o final da Guerra Fria.<sup>65</sup>

Observamos que esse autor considera que as áreas do mar nas quais as forças marítimas normalmente operam são divididas da seguinte forma:

- 1 – Águas azuis (blue water) - referindo-se ao mar aberto ou, mais comum, o alto mar;
- 2 – Águas verdes (green water) - referindo-se às águas costeiras, portos e bases; e
- 3 – Águas marrons (brown water) - referindo-se aos rios navegáveis e estuários.<sup>66</sup>

Operar em cada uma dessas áreas envolve diferentes desafios, e Speller ressalta que navios que operam no Atlântico Norte (águas azuis) terão muitas dificuldades para operar no Golfo Pérsico (águas verdes) ou no delta do rio Mekong (águas marrons). Deve-se também ser levado em conta que essas áreas se margeiam mutuamente, e que o conhecimento sobre o ambiente marinho precisa ser abrangente, envolvendo de igual forma os espaços aéreo e submarino da região.

Desde que o homem começou a se movimentar pelo mar e conquistar os segredos da navegação marítima, as pessoas viam o mar de forma unidimensional. A descoberta da construção do submarino e o uso das minas submersíveis acrescentou um novo nível, que se manteve até a Grande Guerra (1914-1918), quando o uso das aeronaves acrescentou um terceiro nível a esse ambiente.

Speller considera que os estudos sobre Estratégia iniciados no final do século XIX e início do século XX, baseados em análises históricas sobre a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e sobre a Guerra de 1812, ainda portam grande relevância no universo estratégico contemporâneo. Conceitos trazidos por Mahan, Corbett e Richmond sobre Estratégia permanecem relevantes no decorrer do século XXI, tal foi a profundidade na elaboração desses conceitos, e eles devem ser adaptados aos tempos contemporâneos para um uso eficaz.

Speller se utiliza da definição do almirante da Marinha dos EUA J. C. Wylie para definir a Estratégia como “um plano de ação designado para atingir determinado fim,”<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**, Second Edition. Abingdon, Oxon, N. Y., NY: Routledge, 2019, p. 15.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 37.

que normalmente é empregado nas tomadas de decisão. Divide-se em “Grande Estratégia”, com foco em política nacional e alianças entre países, e em “Estratégia Militar”, que traduz essa política em objetivos militares. Existem dois níveis para a doutrina militar, normalmente adotados nos países do Ocidente: o nível operacional, onde há o planejamento dos engajamentos e das batalhas, e o nível tático, onde há o efetivo engajamento e as batalhas.

Na visão de Speller, a Estratégia Naval não pode ser baseada simplesmente nas ações do passado. Ele lembra que Mahan e Corbett não elaboraram leis e princípios que deveriam ser seguidos à risca baseados nas guerras do passado, mas ambos sugeriram que os acontecimentos e as características das Estratégias Marítimas e das Guerras Navais transcorridas nos tempos pretéritos poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento do conhecimento no tempo presente, e que ambos discordavam da simples aplicação de regras de forma mecânica. Speller nos relembra que os pesquisadores modernos de Estratégia afirmam que os princípios estratégicos não devem ser aplicados literalmente, mas adaptados às circunstâncias do tempo, do local das batalhas e das novas tecnologias e equipamentos modernos. Ele reafirma a importância desses princípios, e alerta a que sua não observância pode gerar custos dispendiosos,<sup>68</sup> pois modernamente a complexidade das Estratégias Navais e a globalização tornam quase obrigatória a cooperação entre as Marinhas aliadas de países diversos. De acordo com esse pensamento, Speller (se baseando nas pesquisas de Geoffrey Till, que serão discutidas adiante) classifica as formas de operação das Marinhas modernas defendendo os interesses nacionais de forma competitiva ou administrando bens globais compartilhados de forma cooperativa, sempre ressaltando que estas duas formas poderão coexistir em determinado momento. As particularidades de cada situação sempre devem ser levadas em consideração. Da mesma forma as funções militar, diplomática e de polícia exercidas pelas Marinhas podem ser exercidas de maneira sobreposta.

Acompanhando o pensamento estratégico contemporâneo, Speller afirma que o mar sempre teve relevância para a segurança dos países, tanto individual como coletivamente, e enumera as três principais razões que fundamentam esse pensamento:

- 1 – Sua utilidade como passagem de bens e pessoas;
- 2 – Seu uso pelas Forças Armadas dos diversos países; e
- 3 – Sua utilidade como fonte de recursos.

---

<sup>68</sup> SPELLER, 2019, p. 39.

Speller concorda com Till quando este afirma que a globalização intensificou o comércio marítimo internacional, cabendo às Marinhas do mundo o principal papel na garantia da manutenção das linhas de comunicação marítima por onde esse comércio se desenvolve.<sup>69</sup> De forma similar, também é função das Marinhas prover proteção às regiões costeiras e insulares contra invasões e ocupações, e aos recursos marinhos, cada vez mais essenciais para as populações do ponto de vista econômico e alimentar. Speller considera que estrategicamente a terra seja mais importante que o mar, visto que é o habitat natural do ser humano, que faz do mar uma fonte de recursos, área de passagem e área de domínio e segurança. Ele reafirma que todo acontecimento ocorrido no mar se reflete no ambiente terrestre.

### **1.6 – A visão estratégica de Geoffrey Till**

Outro grande estudioso contemporâneo de Estratégia Marítima e da Geopolítica do Mares, que muitos já designam como “Oceanopolítica”, é o Professor Geoffrey Till, do King’s College London. Por sua grande contribuição na pesquisa sobre a Estratégia contemporânea, nos aprofundaremos na análise de seus estudos que servirão como base normativa para os próximos capítulos.

Em seu livro “Seapower – A Guide for the Twenty-first Century” (2018), baseado em grande parte nos estudos de Mahan, Till argumenta que para buscar e se conservar a segurança marítima, que ele denomina de “Boa Ordem no Mar”, devem ser considerados os seguintes atributos:

- O mar como recurso;
- O mar como meio de transporte;
- O mar como ambiente físico;
- O mar como área de soberania e de domínio.

Segundo Till, para se beneficiar dos quatro atributos acima, é necessário que se mantenha a estabilidade e a Boa Ordem no Mar. Desde os estudos de Corbett e Mahan a visão que os indivíduos têm do mar foi se aperfeiçoando, deixando-se de se ver o mar basicamente pelo seu aspecto físico. A preocupação de utilização desses atributos sem a interferência de outros povos tem se incrementado, tanto em tempos de paz como nas crises ou mesmo no decurso da guerra, assim as palavras “Segurança Marítima”

---

<sup>69</sup> TILL. Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. Fourth edition. New York, NY: Routledge, 2018. p. 315.

(Maritime Security – MS) e “Operações de Segurança Marítima” (Maritime Security Operations – MSO)<sup>70</sup> nunca estiveram tão em evidência.

O termo “Segurança Marítima” ainda não foi perfeitamente conceituado, e não há consenso entre os Estados sobre o seu real significado. Till salienta que as questões de segurança devem ser analisadas de forma interconectada, não devendo ser observadas de forma isolada<sup>71</sup>, citando o exemplo da Somália, que enfrentou sérios problemas com grupos que praticavam a pirataria, a pesca ilegal e também interferiam na ordem política interna do país, demonstrando as ligações que as questões de segurança normalmente apresentam. Destaca também que os conceitos de muitas dessas ações têm significados diversos para diferentes Estados, citando como exemplo a pirataria e o terrorismo, que têm uma conceituação ambígua permitindo diversas interpretações, o que cria dificuldades para o combate à essas ações criminosas pelos Estados, muitas vezes permitindo que criminosos escapem de condenações mais severas. O Professor Tiago Zanella destaca que uma das diferenças que distingue a pirataria do terrorismo encontra-se nos seus objetivos, que são completamente díspares: enquanto a pirataria visa ganhos financeiros para os que se lançam nessa empreitada, o terrorismo se caracteriza pelo desejo de uma guerra ideológica ou política.<sup>72</sup>

Há de se notar que a segurança no mar está intimamente ligada com a colaboração marítima internacional, visto que a interação é necessária para se opor aos desafios que constantemente se apresentam no ambiente marítimo, sem nunca esquecer o fato de que o mar é um só, indivisível. Os interesses de defesa internos de um país podem levá-lo a participar de ações distantes de sua costa, de modo a enfrentar os problemas, permitindo tempo hábil para respostas ágeis ou contra-ataques adequados. Há de ser implantada uma estratégia global de defesa colaborativa com outras marinhas e com as guardas costeiras, ou até mesmo com forças policiais, pois o crime não tem fronteiras.

Na contemporaneidade, a Segurança Marítima não pode prescindir de cooperação entre as Marinhas dos diversos países. Apesar de existir aspectos em que há a necessidade

---

<sup>70</sup> A Marinha Britânica define Operações de Segurança Marítima como: “Ações realizadas por unidades militares em parceria com outros governos, agências e parceiros internacionais no ambiente marinho para conter atividades ilegais e manter a liberdade dos mares, a fim de proteger os interesses nacionais e internacionais.” TILL, 2018. p. 307 (Tradução nossa).

<sup>71</sup> TILL. Ibid., p. 308. “Mas pelo menos uma coisa é clara: a importância crítica de pensar sobre os elementos interconectados nessa complexa tapeçaria marítima como um todo. Boa ordem no mar e colaboração marítima internacional para lidar com as ameaças que enfrenta tem que ser pensadas de forma holística, porque tudo está conectado à todas as outras coisas ao redor.” (tradução nossa).

<sup>72</sup> ZANELLA, Tiago V. **Manual de Direito do Mar**. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017, p. 483.

da Marinha proteger os interesses do seu próprio país, como soberania ou recursos minerais, por exemplo, muitos dos aspectos que garantem a Boa Ordem no Mar não podem ser executados somente no nível nacional, pois como foi citado acima, as ameaças não respeitam fronteiras. Podemos acrescentar que o futuro da segurança marítima não poderá prescindir das Marinhas de um ou mais países operando conjuntamente para salvaguardar mútuos interesses.

A Boa Ordem no Mar é complexa e significativa, exigindo a ampla participação de todas as partes envolvidas, necessitando que estratégias sejam planejadas para serem definidas quais tipos de abordagem, competitiva ou cooperativa, deverão ser adotadas para enfrentar os desafios que surgirem com a evolução das ameaças no ambiente marinho, que se tornarão mais claras à medida que forem confrontadas. Nesse sentido, Stuenkel (2016) nos lembra que a questão de limites marítimos torna ainda mais delicada a região do entorno da China, mantendo-se sempre acesa a possibilidade de conflito na região.<sup>73</sup> Aqui, temos a clara noção do qual forte deve ser a vontade política no sentido de se querer a estabilidade na região. Mas, como já vimos anteriormente, as razões são muito mais complexas nessa região.

### **1.6.1 – O mar como recurso**

O mar sempre foi uma fonte abundante de recursos, vivos e não vivos, sendo utilizada pelos homens desde os tempos mais remotos da civilização, contribuindo para sua evolução. Consequentemente as Marinhas e outras Forças Marítimas têm suas responsabilidades sobre a defesa desses recursos, e que esta responsabilidade se amplia a cada dia. A Política Naval brasileira considera que a América do Sul, a parte sul do Oceano Atlântico, a Antártica e os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais escassos ao redor do mundo, e esse cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos, nos quais prevaleça o uso da força ou seja necessário seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas.<sup>74</sup> Como exemplo, um terço das reservas de petróleo do mundo estão no mar, e o interesse na sua exploração vem crescendo à medida que as fontes terrestres se esgotam. A exploração desses recursos tem sido realizada em águas cada vez mais profundas, chegando a 10.000

---

<sup>73</sup> STUENKEL, 2016, p. 80.

<sup>74</sup> BRASIL. POLÍTICA NAVAL, p. 14.

pés em alguns casos.<sup>75</sup> Esses recursos precisam ser protegidos contra qualquer tipo de dano, intencional ou não, sendo um foco de preocupação em áreas disputadas dos mares Cáspio e do sul da China, onde já houve conflitos e confrontos no mar entre as marinhas e guardas costeiras das partes em disputa.

O crescimento da indústria offshore de petróleo e gás trouxe o interesse em sua utilidade militar e sua defesa. A possibilidade de ataque terrorista às áreas onde estão situadas sondas e plataformas fez surgir em alguns países forças especiais com capacidade de rápido deslocamento para as áreas em perigo e capacidade de lidar com esse tipo de ameaça.

Outra preocupação com os recursos marinhos diz respeito ao pescado. Com o aumento da demanda por peixes comestíveis, a pesca comercial mais do que quadriplicou desde 1950. No mundo existem cerca de quatro milhões de barcos de pesca que desembarcam de forma legal cerca de 90 milhões de toneladas de pescado todos os anos.<sup>76</sup>

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP – United Nations Environment Program, em inglês) alertou em 2010 que os estoques de peixes entrariam em colapso até 2050<sup>77</sup> caso fossem mantidas as taxas atuais de captura, inviabilizando comercialmente a atividade pesqueira. Com a diminuição dos estoques de peixes, os navios precisam buscá-los em locais mais distantes, aumentando o tempo de permanência no mar e seus custos operacionais. Junta-se a essa enorme pressão a presença das frotas pesqueiras altamente mecanizadas advindas de outros países, onde os estoques pesqueiros já se esgotaram, que realizam a chamada pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), atividade predatória onde frotas de navios estrangeiros avançam de forma ilegal sobre zonas econômicas exclusivas (ZEE) de outros países realizando pesca não sustentável. Existem alguns casos, como por exemplo os barcos de pesca da União Europeia e da Ásia que operam na costa do Senegal, Mauritânia e outras partes da África Ocidental, que operam sob licenças concedidas por governos em dificuldades, desesperados por capital imediato, mas sem condições de supervisionar como estas atividades pesqueiras se processam. Como observa Till, “eles sentem que têm que hipotecar seu futuro pelo bem do presente.”<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> TILL, 2018, p. 309.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 310.

<sup>77</sup> *Ibidem.*

<sup>78</sup> *Ibidem.*



A razão básica para a crise no abastecimento do pescado é a simples questão de se utilizar métodos de pesca predatória, não se permitindo que o estoque de peixe se recomponha de forma natural, com uma relutância comercial em reduzir o ritmo de pesca a níveis sustentáveis. Conforme aumenta a dificuldade em se conseguir pescado, também aumenta o desrespeito às leis e aos regulamentos, abundando os métodos de pesca irresponsáveis (pescar antes de atingir a idade de reprodução, violar os limites acordados ao desembarcar peixe ilegal e falta de vontade de mudar para espécies alternativas e menos vulneráveis), chegando os custos com essa pesca INN entre US\$ 10 e 23 bilhões em todo o mundo anualmente.<sup>79</sup> O combate a essa modalidade de pesca tem sido feito por diversos países diretamente contra os pescadores ilegais no mar, mas atualmente se reconhece que também deve-se dar importância ao combate à infraestrutura transnacional de processamento (navios-mãe e navios indústria, por exemplo, que fazem o processamento do pescado em alto-mar) e ao tráfico em terra que comercializa esse pescado ilegal.

Um fato que agrava fortemente esse problema é a poluição e, segundo as mais recentes pesquisas, até 2050 deverá haver mais plástico que peixes no oceano. No Golfo da Tailândia, uma área de extrema vulnerabilidade de estoque de peixes, o desenvolvimento costeiro e a consequente poluição terrestre e marítima causaram mudanças climáticas e a destruição das áreas de desova e habitats. No Mar da China Meridional, foco da nossa pesquisa, métodos de pesca irresponsáveis e a construção de bases militares em ilhas artificiais estão destruindo os recifes de coral, que são utilizados pelos peixes como locais de desova.

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) também acarreta outra ameaça à Boa Ordem no Mar. Muitas frotas pesqueiras são compostas por imigrantes ilegais ou tripulantes em regimes que se assemelham à escravidão. Infelizmente, são muito claras as ligações entre a pesca INN e a pirataria, o contrabando e a criminalidade geral.

O aumento das tensões internacionais provocado pela competição entre pescadores de diferentes áreas e países também é alimentado pelo declínio dos estoques de peixe. Se em regiões, como a União Europeia, onde há alto grau de consenso político e tolerância, muitas vezes se torna difícil atingir um bom entendimento, torna-se quase

---

<sup>79</sup> TILL, 2018, p. 310.

impossível se resolver problemas relacionados à pesca quando adicionamos interesses políticos conflitantes nessa equação.

A Ásia-Pacífico é a área com o maior nível de desequilíbrio entre oferta e demanda de pescado, e onde mais de um bilhão de pessoas dependem do peixe como fonte de proteína. Nesse cenário, a busca por recursos se transforma facilmente em conflitos, com o uso de força letal e pessoas mortas em pelo menos 10 disputas de pesca na década de 1990.<sup>80</sup> As disputas realmente sérias se localizam nos já citados Golfo da Tailândia e nos mares do Sul e do Leste da China, e no Mar de Okhotsk.

Segundo Till, a proteção dos pesqueiros nacionais contra invasores estrangeiros ou mesmo nacionais irresponsáveis é responsabilidade das forças navais e da guarda costeira. Reconhece este autor que é uma tarefa perigosa, por envolver riscos de colisão ou confrontos potencialmente letais, ou perseguições demasiadamente longas. Mas esse foi um episódio extremamente raro, pois poucas Marinhas ou Guardas Costeiras na região têm equipamento, tempo, recursos, profissionalismo ou mesmo inclinação para assumir postura semelhante.

Esses conflitos muitas vezes se tornam confrontos armados entre as Marinhas dos países envolvidos, e a consequência negativa dessa situação é a dificuldade na regulação da pesca e a conservação dos estoques de peixes, o que ameaça a sustentabilidade a longo prazo. Um exemplo é o Mar da China Meridional, um mar semifechado onde a falta de regulamentação afetou gravemente a saúde ambiental. Essa crise na pesca mundial tende a encorajar a extensão da jurisdição além das ZEE dos países, abrangendo também o alto mar, uma vez que os cardumes atravessam as jurisdições nacionais.

Teoricamente bastante fácil, na prática extremamente difícil politicamente, pois antes de ser assinado qualquer acordo as Marinhas e as Guardas Costeiras têm que proteger tanto sua população de peixes quanto seus pescadores contra frotas pesqueiras invasoras.

Dentre os vários recursos proporcionados pelo mar, como petróleo, gás e peixes, um se apresenta não tão óbvio: seu papel como fonte de informações.

Apesar da função histórica do mar como meio de aquisição e troca de informações e ideias tenha sido ocupada pela internet, não devemos esquecer que mais de 90% dos dados eletrônicos do mundo, incluindo a própria internet, são transportados por cabos submarinos de fibra óptica. E o mar continua sendo extremamente importante para as

---

<sup>80</sup> TILL, 2018, p. 311.

pesquisas sobre o nosso planeta e sobre a história humana, sendo crucial tanto para conhecimento e planejamento do nosso futuro, como ajuda na compreensão do passado do planeta. Pesquisas indicam que o oceano pode ter originado a vida na Terra, através das bactérias que colonizam a rocha vulcânica das profundezas do oceano em um processo de quimiossíntese independente da luz solar.

Estudos contemporâneos demonstram que o mar deve ser considerado como um repositório do patrimônio marítimo da humanidade. Apesar de ser uma questão complicada sobre a propriedade de artefatos encontrados no fundo do mar, esses artefatos representam um patrimônio que tanto pertence a determinados povos como para a humanidade em geral. Estudos mostram que a ausência de oxigênio nas profundezas salinas e escuras do Mar Negro preservaram navios de madeira do Mundo Antigo, inclusive uma civilização perdida em um desastre há 7.000 anos que pode ter originado as tradições bíblicas do dilúvio de Noé, demonstrando que o mar preserva a história humana de uma forma que a terra não consegue.<sup>81</sup>

Atualmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passou a promover arranjos e legislações que protegeram o patrimônio marítimo da pilhagem e atividades destrutivas de caçadores de tesouros que agem baseados no princípio do “achado não é roubado.” Como para isso há a necessidade de se associar recursos com prioridades, muitos governos não têm ou não escolhem indicar recursos que supram a proteção do patrimônio subaquático próprio, optando por terceirizar direitos de exploração e salvamentos a empresas comerciais privadas, geralmente ocidentais.

Pelo motivo acima, a descoberta de que os chineses secretamente salvaram o submarino britânico HMS Poseidon em 1971 gerou muita controvérsia.<sup>82</sup> Este tipo de patrimônio subaquático deve ser tratado com extrema sensibilidade e respeito, visto serem considerados por muitos países como túmulos de guerra. Por outro lado, outros consideram que o estudo desses sítios permitem entender a evolução do design dos navios, o curso dos eventos marítimos específicos e a própria experiência histórica e cultural, implicando na identidade e nos valores de muitas Marinhas. A arqueologia náutica também pode revelar antigas ligações marítimas e o desenvolvimento marítimo

---

<sup>81</sup> TILL, 2018, p. 313: “Exploradores como o Dr. Robert Ballard, cujas pesquisas levaram ao descobrimento de navios mercantes perdidos, do RMS Titanic e do USS Yorktown, demonstram os avanços nas tecnologias subaquáticas.” (Tradução nossa).

<sup>82</sup> Ibid., p. 314.

de uma determinada civilização, como por exemplo a chinesa. Por estas razões, existe o interesse das Marinhas de diversos países em preservar seu patrimônio marítimo subaquático, assegurando que não seja danificado ou destruído por negligência governamental ou por caçadores de tesouro irresponsáveis.

Quanto mais soubermos sobre o mar, maior será a possibilidade de explorar seus benefícios de forma sustentável. O interesse na pesquisa oceanográfica cresce a cada dia. O PEM-2040 informa que o Brasil tem significativas reservas minerais marítimas que precisam ser estudadas e protegidas.<sup>83</sup> Till aponta que, aproveitar a tremenda energia encontrada nas camadas de magna vulcânica, que está associada à atividade de terremotos e ao movimento das placas tectônicas que formaram os continentes, e explorar os minerais inimaginavelmente ricos que elas produzem através dos respiradores submarinos, pode ser crucial para a sobrevivência do ser humano nas próximas gerações.

Considera-se que muito ainda há de se descobrir sobre os oceanos, pois a diversidade biológica marinha é muito maior do que a terrestre, o que reforça a necessidade de se proteger esses depósitos inestimáveis de conhecimento futuro dos danos presentes e desconhecidos. Outro ponto a ser considerado é o deslocamento sobre a massa oceânica, atividade importante tanto para a pesquisa como para a economia dos países contemporâneos.

O transporte marítimo atingiu um patamar no qual a segurança e a prosperidade globais se tornam cada dia mais dependentes dessa modalidade de transporte, e Zanella (2017) destaca o transporte marítimo como um dos pilares do desenvolvimento econômico mundial.<sup>84</sup> Como enfrenta muitos riscos, cabe às Forças Navais, Guardas Costeiras e Alfândegas zelar pela sua proteção controlando as ameaças à boa ordem no mar. Nesse sentido a Marinha do Brasil, além de zelar pela operação segura dos navios, também verifica se as cargas transportadas são perigosas e possam configurar um uso ilegítimo do mar.<sup>85</sup> Os ataques cibernéticos têm se tornado uma grande ameaça ao transporte marítimo mundial, tendo ocorrido tanto ataques aos próprios navios como a sistemas de despacho e recebimento nos portos. O PEM-2040 considera que pelo motivo dessa ameaça não apresentar fronteiras físicas, ela permeia todos os setores, sejam marítimos, terrestres, aéreos e espaciais.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> PEM-2040, 2020, p. 28.

<sup>84</sup> ZANELLA, 2017, p. 30.

<sup>85</sup> PEM-2040, 2020, p. 19.

<sup>86</sup> Ibid., p. 28.

Outro ponto que tem gerado preocupação entre os operadores do transporte marítimo diz respeito a legislação restritiva, por razões ambientais ou jurisdicionais, que restringe a navegação em estreitos e mares fechados. Muitos consideram essas legislações como uma coibição à livre navegação comercial. Também existem questões políticas, como no caso do Estreito de Taiwan, separando a China da Ilha de Formosa, onde está situada Taiwan. Há uma grande rivalidade na área do Estreito, com Taiwan tentando consolidar sua independência e Xi Jinping afirmando que “os dois lados do Estreito pertencem a uma mesma família”.<sup>87</sup>

Uma missão secundária dos navios de guerra que tem assumido grande importância nos últimos anos é o dever legal de zelar pela salvaguarda (safety) dos navios mercantes. Tanto em relação a perigos no trânsito nas vias comerciais marítimas e ao meio ambiente decorrente do aumento desse fluxo, como em relação às ameaças à segurança (security), como navegação em áreas de conflito ou terrorismo e pirataria. Na opinião de Till, juntamente com as operações de busca e salvamento (SAR), essas missões devem realmente ser confiadas às forças navais e guardas costeiras, visto que tem sido pouco eficiente o trabalho das polícias locais em terra.

A navegação mercante sempre foi um fator preocupante em zonas de guerra, mesmo para navios cujas bandeiras não estejam envolvidas diretamente no conflito.

Existia a preocupação constante com a variedade de ameaças assimétricas, visto que os grandes navios americanos e soviéticos, portando as mais avançadas tecnologias para a época, eram atacados com minas tão rudimentares que poderiam ser produzidas em garagens e que eram transportadas por barcos construídos artesanalmente. Mesmo assim, o controle marítimo exercido pelas Forças de proteção permitiu que o tráfego comercial marítimo se processasse de uma forma satisfatoriamente normal.

Há que se considerar que muitas vezes era necessário se empregar regras de engajamento para atacar navios que estavam plantando minas ou para proteger navios mercantes ou tanques do ataque dos navios beligerantes. Todos os navios de guerra estavam preparados para estender sua proteção a qualquer navio mercante que a necessitasse, bem como oferecer assistência humanitária e SAR a qualquer navio atacado, independente do seu pavilhão.

Destaca-se que ataques a navios mercantes neutros em áreas em guerra não são exceção. O ataque do grupo Hezbollah com dois mísseis anti-navio C-802 contra um

---

<sup>87</sup> JINPING, Xi. **A Governança da China – Volume I**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019, p. 284.

navio israelense afundou um navio mercante nas proximidades matando 11 marinheiros egípcios.<sup>88</sup> Também existe alguma turbulência em áreas ao redor da Indonésia, na área das duas Coreias e no estreito de Taiwan, onde a proteção ao tráfego marítimo deve ser sempre exercida.

Destaca-se ainda que a proteção a navios mercantes contra o terrorismo é um advento do século XXI, e o PEM-2040 alerta que o ataque terrorista com a utilização de embarcações devem ser sempre considerado.<sup>89</sup> Outra grande preocupação é em relação aos grandes navios de cruzeiro, por terem rotas que podem ser conhecidas com grande antecedência e pela dificuldade em desembarcar um grande número de passageiros em caso de perigo.

Apesar do número de atos de terrorismo no mar ser relativamente baixo, grande atenção tem sido dada a portos e instalações de terra, sendo criado em 2004 o Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS) e introduzidas modificações nas convenções de Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e de Supressão de Atos Ilícitos no Mar (SUA) visando abarcar essa proteção.

Zanella (2017) ressalta que o terrorismo no mar tem por fim coagir ou intimidar governos ou sociedades, com o fulcro de atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos.<sup>90</sup> Nesse sentido, Till (2018) considera ser mais fácil para os terroristas executarem suas ações danosas ameaçando o porto ou lançando um ataque cibernético aos sistemas de logística computadorizados que mantêm o processo em andamento, visto que o transporte marítimo é apenas uma parte de um complexo sistema que envolve portos, ferrovias e estradas.<sup>91</sup> Pelas lições trazidas por esses pesquisadores, há de se deduzir que também deve ser reforçada a segurança dentro e no entorno dos portos, se utilizando da cooperação de força policial terrestre.

Não deixa de se destacar que o ataque a navios tem outros objetivos: chamar a atenção ou ser utilizado como arma de guerra. Os navios de guerra ficam particularmente mais vulneráveis quando atracados, podendo a ameaça vir por terra ou por mar, fazendo-se uso de pequenos pescadores ou mergulhadores. Destaca-se que essa segurança aos navios deve sempre buscar o equilíbrio com a eficiência operacional, pois não se pode

---

<sup>88</sup> JINPING, 2019, p. 317.

<sup>89</sup> PEM-2040, 2020, p. 27.

<sup>90</sup> ZANELLA, 2017, p. 483.

<sup>91</sup> TILL, 2018, p. 318.

descuidar das medidas preventivas nem as exagerar. Deve-se, assim, manter uma diplomacia naval eficaz e eficiente.<sup>92</sup>

De forma semelhante ao terrorismo, a pirataria é um assunto complexo em constante evolução. Sua própria definição atende a critérios políticos, culturais e legais, podendo variar entre os Estados. A própria UNCLOS define que a pirataria somente ocorre em águas internacionais, sendo definidos os ataques ocorridos em águas territoriais como “roubos armados”. A pirataria se diferencia do terrorismo pelo fato de que, enquanto este normalmente é realizado através de grupos que fazem uma guerra política ou ideológica, a pirataria busca lucros financeiros para particulares. Porém ambos são atos de extrema violência e causam forte interferência no transporte marítimo.<sup>93</sup> A maioria dos ataques continua ocorrendo nos portos ou nas suas proximidades, e seu foco principal mudou do Estreito de Málaca para o Mar Árábico nas costas da Somália e de Aden, e para o Golfo da Guiné.<sup>94</sup>

Como visto, esses ataques ameaçam as Linhas de Navegação Marítima mais importantes do mundo, afetando as principais rotas que sustentam a atual Ordem Mundial, aumentando as taxas de seguro em razão das conseqüentes tensões locais com risco de vida para as pessoas. Muitas autoridades consideram a pirataria mais um incômodo do que uma ameaça sistêmica ao comércio mundial, mesmo com o aumento das instabilidades locais. Também é ressaltado que, além das conseqüências econômicas negativas, girando em torno de US\$ 7 a 12 bilhões por ano<sup>95</sup>, existe um enorme potencial para uma catástrofe ambiental.

Recentes estudos apontam que os maiores problemas relativos à pirataria moderna têm ocorrido na costa da Somália desde 2008. Segundo esses estudos, são 50 principais líderes, 300 comandantes de grupos de ataque com 2.500 marinheiros financiados por talvez uma dúzia de fontes diferentes, que tentam atacar todos os navios que trafegam anualmente no movimentado Mar Árábico.<sup>96</sup> A Estratégia Naval do Brasil, baseada nesses estudos, e consciente que os ataques piratas têm se concentrado no Golfo da Guiné,

---

<sup>92</sup> TILL, 2018, p. 318.

<sup>93</sup> ZANELLA, 2017, p. 483.

<sup>94</sup> TILL, 2018, p. 319.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

que faz parte do Entorno Estratégico Brasileiro, mantém uma maior vigilância nas plataformas petrolíferas off-shore nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).<sup>97</sup>

Para conter essa ameaça e permitir o fluxo normal do comércio que necessita atravessar aquela área todos os anos, houve uma união das Marinhas do mundo, que forneceram uma pequena Armada composta de navios de guerra, helicópteros e aeronaves de patrulha marítima, algumas operando em Forças-Tarefa da União Europeia ou da OTAN, e algumas operando como escoteiros, como foi o caso das Marinhas da China, do Japão e da Coreia do Sul.

Ao ter que operar como uma Força unificada, essas Marinhas reconheceram a necessidade de compartilhar informações e melhores práticas para o sucesso da missão, quase todas aceitando a necessidade de proteger a totalidade dos navios mercantes, e não apenas os da sua bandeira em particular. As missões de combate à pirataria na costa da Somália são citadas como um dos melhores exemplos de poder marítimo colaborativo, mesmo que alguns críticos argumentem que a missão forneça uma justificativa pública para as marinhas em tempos de crise e uma espécie de laboratório para o desenvolvimento das Marinhas em combate.

McDevitt (2020) afirma que a Marinha da China deve muito do seu desenvolvimento às operações de combate antipirataria<sup>98</sup>. Nesse sentido, para Till (2018) a navegação mercante se tornou tão globalizada “que nenhuma outra resposta além de uma ação multinacional colaborativa faz sentido”.<sup>99</sup>

O grande entrave para as operações de combate à pirataria na região diz respeito a procedimentos e legislação, segundo Till.<sup>100</sup> Por mais que tentem, Marinhas e Guardas Costeiras são obrigadas a ter procedimentos diferentes para lidar com esse tipo de crime.

Teoricamente, os navios de guerra tem o direito – alguns argumentam que seria mesmo um dever – de prender e punir embarcações em ações de pirataria em alto mar. Porém a prática é divergente quanto a isso. Ao conduzir esses agentes criminosos para julgamento, a capacidade de processá-los pode ser limitada por uma legislação inadequada no país de origem do navio de guerra, e a situação se agrava se for um navio

---

<sup>97</sup> PEM-2040, 2020, p. 25. As AJB são as águas interiores e os espaços marítimos onde o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, embarcações, instalações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito e no subsolo marinho. (Nota do Autor)

<sup>98</sup> McDevitt, Michael A. **China as a twenty-first-century naval power: theory, practice and implications**. Annapolis: Naval Institute Press, 2020, p. 19

<sup>99</sup> TILL, 2018, p. 319.

<sup>100</sup> Ibidem.



de guerra europeu, pois o efeito putativo da Convenção Europeia de Direitos Humanos pode efetivamente transformar piratas sentenciados em requerentes de asilo.

Essa diversidade legal complica seriamente a cooperação entre as Marinhas dos países envolvidos. Para Till, regulamentos, protocolos e procedimentos legais harmonizados devem ser a base para a apreensão e o julgamento bem-sucedidos dos infratores.<sup>101</sup> Zanella (2017) afirma que somente um navio militar pode apresar um navio pirata, mas relembra que se não conseguir provas suficientes para comprovar esses atos de pirataria, “o Estado do pavilhão da embarcação que o deteve será responsável por todas as perdas e danos causados pelo ato.”<sup>102</sup> Aqui, além de poder gerar uma questão política que propicie um pedido de asilo, percebemos que também prejuízos financeiros podem ser auferidos.

No Golfo da Guiné, as ameaças têm motivação política, atacando principalmente o comércio de petróleo. Com o recente declínio do valor do petróleo, também esses piratas se voltaram para a tomada de reféns, com um aumento notável no número de incidentes, segundo Speller (2019).<sup>103</sup>

De forma semelhante, Till considera que as cargas transportadas pelos navios podem ameaçar a segurança nacional, regional ou global, de diversas maneiras. A passagem de cargas perigosas, como combustível nuclear utilizado, é vista por muitos países como uma ameaça à segurança, o que levou a navegarem armados os navios mercantes britânicos envolvidos nesse negócio.<sup>104</sup> Da mesma forma, o contrabando é visto como um ataque à receita dos Estados. Para os ativistas verdes, a passagem de plataformas de petróleo ou de navios mercantes transportando soja geneticamente modificada representam uma ameaça ao meio ambiente, porém Till considera que três tipos de cargas que oferecem perigo à Boa Ordem no Mar ganham cada vez mais atenção: terrorismo, drogas e imigrantes ilegais.

Essas cargas perigosas e destabilizadoras são transportadas através dos oceanos por meio de embarcações com documentação suspeita, comportamento não regular, áreas de operação e pontos de estrangulamento por onde passam. Todos esses pontos em comum corroboram a necessidade dos responsáveis pela segurança de pensar de forma

---

<sup>101</sup> TILL, 2018, p. 319.

<sup>102</sup> ZANELLA, 2017, p. 476.

<sup>103</sup> SPELLER, 2019, p. 179.

<sup>104</sup> Ibidem.

abrangente, citando-se como exemplo as escoltas navais de vários países que acompanham os navios que transportam os estoques de armas químicas para fora da Síria.

Destarte, as Marinhas e Guardas Costeiras devem redobrar a atenção quanto à proteção de suas fronteiras marítimas contra as várias formas de ataque que possam ameaçá-las, sejam esses ataques contra pessoas ou pontos turísticos, centros de transporte, reatores nucleares costeiros, navios próximos ao porto ou os próprios portos e suas infraestruturas, estendendo-se os conceitos tradicionais de defesa aos atores não estatais.<sup>105</sup> Também não devemos mais considerar o fator distância, visto que ameaças consideradas fora do nosso entorno poderão surgir de forma inesperada nesse mundo cada vez mais globalizado.

Não há dúvidas de que o tráfico de drogas é uma ameaça à Boa Ordem no Mar. Ele mata cerca de cinco vezes mais americanos por ano do que o ataque às Torres Gêmeas no 11 de setembro. Por envolver altas cifras, é um dos maiores negócios da economia mundial, frequentemente operando ao lado de outras formas de crime organizado. Pela sua abrangência, atingindo todos os níveis da sociedade, prejudica a prosperidade e a estabilidade social.

Faz parte do desenvolvimento humano os grandes movimentos de pessoas de uma área para outra. O aumento do número de migrantes, fugindo de áreas devastadas pela guerra, fracasso social diante da aceleração das populações ou desastres naturais, atingiram níveis que muitos no país receptor consideram insustentáveis. Diante disso, são impostos limites e qualificações para a aceitação de pessoas como migrantes. Centenas, ou mesmo milhares, de imigrantes ilegais se afogam todos os anos quando os barcos que os transportam afundam. Mesmo quando inseridos na nova comunidade de acolhimento, muitos ficam vulneráveis à exploração econômica e social implacável, são presas da prostituição ou de condições de trabalho análogas a de escravo. Nos casos extremos, eles podem se tornar uma ameaça involuntária à boa ordem em seu novo ambiente. Tudo isso pode ser considerado como uma ameaça à boa ordem do mar e à estabilidade em terra.<sup>106</sup> Pela distância marítima do continente africano, de onde partem muitos barcos de migrantes, o Brasil ainda não se encontra na rota das migrações marítimas. Não se tornaria viável, e seria extremamente perigoso, se aventurar em uma travessia do Atlântico nos barcos habitualmente utilizados pelos refugiados.

---

<sup>105</sup> TILL, 2018, p. 321.

<sup>106</sup> Ibid., p. 322.

Infelizmente as Marinhas, a Guardas Costeiras e as Polícias Marítimas tratam apenas dos sintomas do tráfico de seres humanos, e não de suas causas. A vigilância, a cooperação internacional e o patrulhamento são úteis, como o são no combate ao contrabando de drogas.

Navios conduzindo migrantes, na maioria das vezes em condições precárias para navegação, ziguezagueavam para dificultar o apresamento pelos navios de guerra encarregados da contenção de imigrantes ilegais. Uma vez dentro dos navios, os pequenos grupos de inspeção britânicos eram maltratados e agredidos, na maioria das vezes por idosos, mulheres e crianças, que os atacavam com o que dispunham, fazendo uso de barras de ferro, alfinetes de chapéu, óleo fervente ou mangueiras de vapor. As pontes de comando eram fortificadas para dificultar o acesso e os sistemas de direção sabotados. Naturalmente, as tentativas iniciais de lidar com uma situação dessa envergadura tiveram um sucesso inicial variável, porém treinamento duro, realista e especializado dos fuzileiros da Marinha Real baseados em Malta tornou as abordagens posteriores muito mais eficientes, controlando-se a situação com o mínimo de danos para ambos os lados.

Till considera que essas abordagens, apesar de amplamente negligenciadas, merecem estudo porque fornecem um modelo eficiente de como essas tarefas desagradáveis podem ser concluídas de forma satisfatória. Também adverte que essas tarefas serão muito duras e exigirão muito treinamento especializado, principalmente quanto ao uso de armamento não letal. A ocorrência crescente e generalizada desse tipo de movimentação ilegal envolvendo seres humanos levará todas as Marinhas do mundo a buscarem preparação e/ou aperfeiçoamento para lidar com esse tipo de situação. A Marinha do Brasil, nesse sentido, já se prepara para semelhante situação, apesar de que as rotas migratórias atuais se encontram em terra firme, representadas por pessoas fugindo de países com péssimas condições de vida.<sup>107</sup>

### **1.6.2 – O mar como ambiente físico**

Durante séculos, o meio ambiente marinho foi considerado ilimitado e autossustentável, quanto mais se retirasse mais ele se recomporia naturalmente, mas ao longo do século XX a percepção da sua importância para o futuro do planeta cresceu

---

<sup>107</sup> BRASIL. **POLÍTICA NAVAL**, p. 20.

consideravelmente, da mesma forma a consciência do número crescente de ameaças que iam surgindo.

Till relembra que a vida no nosso planeta começou nos oceanos e continua fortemente influenciada por eles.<sup>108</sup> São as correntes oceânicas que ajudam a regular nosso clima, e o mar desacelera e mascara os efeitos do aquecimento global ao absorver carbono da atmosfera. Entende-se que o oceano profundo possa ser crucial para se entender o passado da Terra e garantir o seu futuro. Mesmo assim, não se conhece muito sobre os oceanos, havendo ainda muito mistério sobre como seu sistema realmente funciona.

A única certeza plausível é que os oceanos se encontram em constante ameaça. A ONU criou, em 1995, a Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos (IWCO), para investigar as ameaças aos recursos marinhos e as possíveis formas de protegê-los. Quarenta cientistas e figuras políticas, comandadas pelo político português Mario Soares, produziram um relatório que foi lido na Expo-98. Expôs esse relatório que os oceanos passavam por uma crise causada pela poluição, disputas jurisdicionais, superexploração e ignorância generalizada, sendo destruído inconscientemente todos os dias. Com mais de 70% da população mundial vivendo a menos de 50 km dos litorais,<sup>109</sup> estava sendo exercida uma enorme pressão sobre o frágil meio ambiente marinho. Percebe-se que essa pressão tenderá a aumentar no decorrer dos anos caso nenhuma atitude venha a ser tomada.

Exemplos dessa vulnerabilidade descrita no relatório da IWCO estão sendo cada vez mais comuns. O Mar do Sul da China tem uma das maiores biodiversidades do planeta, tendo um estudo de 2000 listado mais de 8.600 espécies diferentes. Apesar dessa grande quantidade, estima-se que atualmente só estão disponíveis de 5 a 30% do que existiam na década de 1950. E essa situação também se apresenta e ameaça a Grande Barreira de Corais, na Austrália.<sup>110</sup>

Já é sabido pelos líderes das Nações que os resultados gerais para poluição marítima pesam sobre todos os aspectos do uso do mar. No século XVII, os mares eram cristalinos, limpos por trilhões de mariscos, e os primeiros marinheiros relataram que a abundância de peixes era tamanha que se pescava bacalhau simplesmente colocando cestas em algumas áreas do Atlântico Norte. Hoje o oceano apresenta suas águas turvas,

---

<sup>108</sup> TILL, 2018, p. 324.

<sup>109</sup> ZANELLA, 2021, p. 21.

<sup>110</sup> TILL, 2018, p. 325.

decaiu sua oferta de pescado e o uso do mar está ameaçado em vários aspectos. Com isso a vida humana também fica prejudicada reforçando o argumento de que o mar é uno e não há de se falar em fronteiras ou particularização de trechos específicos. Se o mar entrar em colapso, fatalmente as perspectivas de estabilidade, segurança e talvez até de sobrevivência da sociedade seriam seriamente comprometidas.<sup>111</sup>

Hodiernamente, a questão ambientalista, principalmente com relação aos oceanos, saiu do debate e tem se tornado a principal da política corrente. No final da década de 1960 surgiu oficialmente o Direito Internacional do Ambiente,<sup>112</sup> apesar de já existirem iniciativas anteriores para a proteção do ambiente. O Programa Internacional sobre o Estado do Oceano (IPSO) expressou crescente preocupação com a saúde do oceano, alimentada pelo temor das consequências do que a demora no reconhecimento desse perigo possa causar. Não obstante, muitas das ações decisivas de gerenciamento ou de reversão dos efeitos marinhos das mudanças climáticas se mostraram em grande parte inúteis, mesmo os princípios de proteção do meio ambiente marinho trazidos pelo Artigo 92 da UNCLOS ou pelo Capítulo 17 da Agenda 21 da ONU.

Considera-se que muito disso como segurança “soft” (diferente da segurança “hard” de alianças e guerras), mas é segurança da mesma forma porque tais preocupações equivalem a um ataque indireto à prosperidade e estabilidade da sociedade internacional e de cada um dos seus países constituintes. Para comprovar isso, Stuenkel (2018) assegura que por conta da rápida industrialização abastecida à carvão, nas últimas três décadas a China enfrentou uma grave crise de saúde pública devido à destruição ambiental.<sup>113</sup> Estudos recentes também apontam que países insulares como Maldivas, Kiribati ou Tuvalu enfrentam a perspectiva de danos maciços ou até mesmo extinção devido à elevação do nível do mar. Não se pode imaginar uma questão de segurança que deva ser levada mais a sério. Nesse contexto, podemos observar que o que esses países devem buscar é a garantia da própria sobrevivência.

Mais uma vez recorremos a Till que considera que as Marinhas do mundo têm um papel importante a desempenhar na proteção do meio ambiente marinho, destarte a maior responsabilidade seja da agências civis. Pela quantidade e variedade de meios, e por contar com pessoal mais capacitado e constantemente treinado, nos parece que as Marinhas são os atores ideais para a proteção desse ambiente. As agências civis, por outro

---

<sup>111</sup> TILL, 2018, p. 325.

<sup>112</sup> ZANELLA, 2017, p. 499.

<sup>113</sup> STUENKEL, 2018, p. 77.

lado, dependem muitas vezes de verbas governamentais que variam de acordo com o cenário político. Apesar dos militares também dependerem dessas verbas, eles possuem um treinamento padrão que não é afetado pela constante troca de técnicos e pesquisadores civis, que ocorre pelos mais diversos motivos. Em janeiro de 1998, o Comitê Consultivo para a Proteção dos Mares reunido em Estocolmo procurou “encorajar os Estados a usar a capacidade de suas organizações militares e de inteligência para a segurança ambiental em parceria com seus homólogos civis”. O comitê reconheceu que as Marinhas naturalmente tinham mais habilidades e qualidades técnicas para oferecer tanto em termos de pesquisa como em termos de proteção ambiental, e o presidente da China, Xi Jinping, considera que a proteção ao meio ambiente, o enfrentamento às mudanças climáticas e a salvaguarda da segurança dos recursos e energias são desafios comuns de todas as Nações.<sup>114</sup>

Alega o autor inglês que não são simplesmente essas as razões para as marinhas se envolverem na questão da proteção ao meio ambiente, porque qualquer ameaça a esse meio toma uma dimensão global de segurança. Ainda afirma que a experiência sugere que as disputas políticas e as instabilidades que geralmente seguem os desastres podem comprometer uma autoridade ou um governo. Concordamos com essa afirmativa e ainda ressaltamos que não é somente o ambiente físico que está ameaçado, mas também são geradas graves consequências pois, como ressalta Xi Jinping, a proteção ambiental além de contribuir para o presente, beneficia o futuro.<sup>115</sup> Assim, ao ajudar a lidar com desastres relacionados ao clima e salvaguardar o meio ambiente marinho, as Marinhas estariam respondendo às consequências indiretas do aquecimento global e contribuindo para evitar as instabilidades em grande escala que de outra forma poderiam ocorrer.

As Marinhas e as Guardas Costeiras podem também exercer a mediação nas disputas frequentes que ocorrem entre os diferentes tipos de usuários do mar, principalmente quando há a necessidade de se manter a paz como, por exemplo, nos enfrentamentos entre os baleeiros japoneses e os barcos do Greenpeace/Sea Sheperd que ocorrem no Oceano Antártico. Na China, com a ascensão de Xi Jinping, foi criada a Força Tarefa para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Civilização Ecológica, para se dedicar à preservação do meio ambiente.<sup>116</sup> Outro ponto importante, é que o conceito

---

<sup>114</sup> JINPING, 2019, p. 258.

<sup>115</sup> Ibid., p. 253.

<sup>116</sup> MUSSE, Ricardo (Org.). **CHINA CONTEMPORÂNEA** – Seis Interpretações. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 131.

de “crime ambiental” está se desenvolvendo rapidamente e as Marinhas serão os principais atores na tarefa de suprimi-lo.

Mas o que as Marinhas podem fazer para proteger diretamente o meio ambiente marinho?

Till responde a esta pergunta esclarecendo que as Marinhas frequentemente ajudam a esclarecer ou evitar riscos de poluição que resultam dos vários tipos de uso do mar, citando como exemplo o encalhe do navio petroleiro Exxon Valdez<sup>117</sup>, contribuindo para a eliminação dos resíduos de petróleo.<sup>118</sup> Afirma que as Marinhas são as primeiras a chegar ao local do desastre prontas para realizar a primeira pesquisa, tomar as medidas de emergência que se façam necessárias, como pulverização antecipada de manchas de petróleo, e fornecem arranjos de comando e controle. Normalmente, as agencias civis têm um emprego mais adequado e mais econômico quando se necessita de respostas de longo prazo a incidentes envolvendo poluição,

Mais importante ainda é o fato de que as Marinhas evitam ser causadoras de poluição e ajudam a eliminar os detritos perigosos e nocivos provenientes de guerras ou de operações militares. Temos como exemplo as operações para limpar áreas com minas e bombas lançadas no mar e para descartar naufrágios perigosos ou poluentes, como foi o USS Mississinewa<sup>119</sup> afundado durante a Segunda Guerra Mundial e que estava vazando óleo no Atol de Ulitihi na Micronésia. Mas a ameaça ambiental mais séria continua sendo o descarte com segurança dos reatores indesejados dos submarinos nucleares e partes contaminadas de cascos da antiga Marinha Soviética. Todas essas ações podem significar que as Marinhas estão fazendo o seu melhor para garantir que o impacto ambiental das suas atividades de treinamento e pesquisa sejam devidamente entendidas e pesadas na balança antes que qualquer tipo de decisão venha a ser tomada. Nesse sentido, a China implementou grandes projetos de reabilitação do ambiente marinho, pois considerou que um ambiente saudável constituiria a base para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos e da sociedade. Xi Jinping sempre afirmou que a China

---

<sup>117</sup> O Exxon Valdez foi um navio petroleiro que em 1989 colidiu contra rochas submersas na costa do Alasca, ocasionando o derramamento de sua carga de 36 mil toneladas de petróleo no mar, causando um grande desastre ecológico com a consequente morte de centenas de milhares de animais e as regiões costeiras coberta de piche. (Nota do Autor)

<sup>118</sup> TILL, 2018, p. 326.

<sup>119</sup> O USS Mississinewa foi um navio atingido por torpedos japoneses enquanto estava ancorado, vindo a afundar. Mesmo afundando, continuou a liberar óleo e causar poluição ambiental. (Nota do Autor)

deve persistir na prevenção como ação principal e no controle integral da poluição da água, do ar e do solo.<sup>120</sup>

É o interesse no próprio lucro financeiro que tende a forçar que esse tipo de situação aconteça dessa forma, já que a poluição proveniente de embarcações aumentou a agenda ambiental, em grande parte por causa da oferta da IMO de “tornar o transporte mais seguro, limpo e eficiente”.<sup>121</sup> As funções das Marinhas do mundo podem ser afetadas caso não se adequem a essas preocupações ambientais. Alguns países, por exemplo, querem reduzir a imunidade dos navios de guerra para que se tornem suscetíveis às regulamentações de segurança e ambientais que regulam o transporte civil. Somente isso já criou um incentivo em projetos de navios de guerra “amigáveis ao meio ambiente”. A China acredita que somente leis mais rigorosas e o aperfeiçoamento do sistema de avaliação sobre o desenvolvimento socioeconômico podem mostrar um painel sobre a real situação do consumo de recursos, mensurando os prejuízos ambientais e os benefícios ecológicos, de forma a se obter uma orientação e uma delimitação para todos os trabalhos voltados para a proteção do meio ambiente.<sup>122</sup> O descarte a bordo de resíduos de navios (especialmente petróleo, plástico, material duro, resíduos médicos, etc.), por exemplo, permite que as Marinhas demonstrem liderança na governança dos oceanos, mas também podem facilitar as operações navais, pois há menos chance de detritos plásticos flutuantes serem confundidos com minas, como muitas vezes aconteceu após a Guerra do Golfo.

Till reafirma que, acima de tudo e por meio do esforço e da pesquisa, as Marinhas do mundo podem ajudar a humanidade a conhecer e entender mais e melhor sobre o ambiente marinho no qual a humanidade está inserida e do qual tanto é dependente.<sup>123</sup> Zanella (2021) reforça essa afirmação e acrescenta que por conta desses fatores os Estados têm demonstrado um interesse constante em exercer o seu domínio sobre os espaços oceânicos.<sup>124</sup> O que nos leva a analisar o nosso próximo tópico.

### **1.6.3 – O mar como área de soberania e domínio**

Todos os benefícios que o mar tem a oferecer e a necessidade de sua proteção demonstram o quão importante são as questões jurisdicionais para o pleno gozo desses

---

<sup>120</sup> JINPING, 2019, p. 255.

<sup>121</sup> TILL, 2018, p. 326.

<sup>122</sup> JINPING, 2019, p. 255.

<sup>123</sup> TILL, 2018, p. 327.

<sup>124</sup> ZANELLA, 2021, p. 22.



benefícios. Visto serem cada vez mais importantes para os diversos países, inclusive como contribuição para os poderes políticos, econômico e militar, cada vez mais atenção tem sido dada ao mar como uma área sobre a qual a jurisdição deve ser reivindicada e exercida. Isso amplia nossa visão sobre as preocupações de segurança marítima, nos levando a dimensões de segurança muito mais amplas.

Soberania geralmente significa ter autoridade absoluta e independente sobre uma extensão do território, e uma soberania marítima simplesmente estende esse conceito ao mar, que passa a ser considerado como uma extensão do território de um Estado. Xi Jinping considera ser essencial salvaguardar a soberania de um Estado,<sup>125</sup> enquanto Till observa a soberania marítima em duas variedades complementares:<sup>126</sup>

- “Instrumental” – na medida em que é algo de que os países necessitam para usufruir dos benefícios do mar. No caso de países arquipelágicos (como a Indonésia ou as Filipinas, ou países com comunicações terrestres internas precárias, como a Noruega ou o Brasil do século XIX), a soberania marítima pode ser fundamental para a integridade nacional.

- “Expressivo – na medida em que é uma representação simbólica do poder e dos valores de um país. Isto é particularmente evidente na propriedade de ilhas. Em tempos de fraqueza nacional, a capacidade de um país de manter a jurisdição sobre suas ilhas pode muitas vezes tornar-se bastante tênue. Sua capacidade de manter suas ilhas torna-se uma espécie de indicador do desempenho de orgulho e eficácia nacional. Isso ajuda a explicar os sentimentos profundos que a Argentina exhibe em relação às Ilhas Falklands, a China em relação à Taiwan e a Grécia e a Turquia em relação às rochas de Imia/Kardak, por exemplo.

Os tipos de soberania acima, para serem aceitos pelos demais países, precisam ser afirmados, exercidos e, quando necessário, defendidos.<sup>127</sup> Como a proteção desse território marinho e de seus cidadãos de “todos os inimigos domésticos e estrangeiros” é o dever básico e a justificativa para o Estado, esses assuntos são levados a sério e, de fato, necessitam ser. Nesse sentido, os países estão cada vez mais preocupados em exercer e, em muitos casos, estender sua jurisdição sobre o mar. A adoção da UNCLOS fornece a estrutura dentro da qual isso está sendo feito. Cerca de 151 estados costeiros têm direitos soberanos sobre mares adjacentes e sua plataforma continental; 54 deles podem reivindicar extensões de sua área marítima além das 200 milhas náuticas da costa. O

---

<sup>125</sup> JINPING, 2019, p. 284.

<sup>126</sup> TILL, 2018, p. 327.

<sup>127</sup> Ibidem.

resultado é que a jurisdição pode muito bem ser estendida por uma área total de cerca de 75 milhões de quilômetros quadrados de mar, o equivalente a mais da metade da superfície terrestre da Terra. Sem surpresa, isso levou a muitos problemas.

Há muitas áreas de disputa marítima. Esse é especialmente o caso da Ásia-Pacífico, onde uma cadeia de ilhas que se estende desde Cingapura até Kirules do Sul ao norte do Japão são disputadas por muitos países de forma intensa. A isso acrescenta-se uma infinidade de disputas mais simples sobre o traçado de linhas de jurisdição marítima entre países vizinhos. A UNCLOS por si só não encerra essas disputas; simplesmente fornece um conjunto de parâmetros pelos quais tais disputas devem ser resolvidas com o acordo de todas as partes envolvidas.

Uma vez que é um princípio fundamental do direito internacional que, para que a soberania seja reconhecida, que ela seja afirmada e exercida, muitos países agora enfrentam um desafio real sobre como podem fazê-lo. Entre os piores colocados estão os mini-Estados do Pacífico de Kiribati, com 690 quilômetros quadrados de terra, mas 3,5 milhões de quilômetros quadrados de mar, e as Ilhas Marshall, com 181 e 2,1 milhões de quilômetros quadrados, respectivamente. Estes são exemplos extremos de um problema comum.

Em nenhum lugar do planeta os problemas relacionados à Boa Ordem no Mar por reivindicações não resolvidas de soberania marítima são mais evidentes do que no Mar da China Meridional.<sup>128</sup> Como suas águas são potencialmente muito valiosas, os países do seu entorno reivindicam vigorosamente as partes que consideram suas.

Essas reivindicações são baseadas em uma complexa mistura de características históricas, legais e físicas. O Presidente Xi Jinping,<sup>129</sup> como já visto, considera fundamental e essencial salvaguardar a integridade territorial do país em relação a Taiwan e a soberania do Estado.

O interesse expresso de outros países em alguns aspectos dessa disputa agrega um nível adicional de complexidade. Para esses países, em especial a China, esses territórios fazem parte da sua identidade e a separação de qualquer deles é algo inegociável. Xi Jinping já afirmou que Hong Kong, Macau e o continente chinês estão estreitamente ligados pelo destino.<sup>130</sup>

---

<sup>128</sup> TILL, 2018, p. 330.

<sup>129</sup> JINPING, 2019, p. 284.

<sup>130</sup> Ibid., p. 275.

Assim como a complexa disputa sobre jurisdição no Mar da China Meridional, outras partes da região também enfrentam contendas semelhantes, como por exemplo as ilhas Senkaku/Diaoyu e Takeshima/Todko. Além disso, o orgulho e a honra podem não estar relacionados com o estatuto jurídico das ilhas, e o valor dos recursos podem gerar ou mesmo acentuar o seu valor estratégico.

Till considera que a questão da soberania se torna ainda mais complicada quando evolui da controvérsia sobre seus limites físicos de extensão da soberania no Mar da China Meridional para a questão mais restrita do que tal soberania permite que as Nações façam dentro da área de sua jurisdição.<sup>131</sup> Reaparece aqui a questão extremamente delicada da liberdade de navegação, especialmente relativa aos navios de guerra que navegam pela região. McDevitt concorda com Till e afirma que isso tem gerado atrito nas relações dos EUA com a China devido à determinação da Marinha norte-americana em manter seu livre acesso à área e à crescente sensibilidade da China quanto a isso,<sup>132</sup> principalmente devido ao aumento do seu investimento naval na província de Hainam.<sup>133</sup>

É difícil precisar o que os Estados precisam fazer para exercerem sua soberania marítima, porque isso depende de fatores como extensão da área marítima, seu clima e a força das ameaças que podem desafiá-los. O requisito básico é que um país saiba o que está acontecendo em sua área de soberania. Consideramos que esse é o grande desafio na região da Ásia-Pacífico. Se o tamanho da área impossibilita a manutenção de uma presença contínua, deve ser mantida uma vigilância suficiente na área por outros meios. Onde isso revela infrações reais ou potenciais de leis nacionais e direitos territoriais, o Estado deve ter uma capacidade demonstrável de responder com força graduada, mas isso não significa que tais forças devam ser todo-poderosas, uma vez que sua função principal pode ser simbólica. Forças com menor potencial ofensivo podem fazer diferença na manutenção da soberania exercendo o que Till denomina “dissuasão existencial”.<sup>134</sup> O autor inglês quer dizer que a necessidade de retirar fisicamente Forças com menor poder ofensivo pode impor severos limites à sua liberdade de ação de uma Força melhor equipada. Como exemplo desse tipo de situação, ele cita as Filipinas, que colocaram um

---

<sup>131</sup> TILL, 2018, p. 330.

<sup>132</sup> McDEVITT, 2020, p. 146.

<sup>133</sup> Hainam é a menor província da China e a única constituída por um arquipélago. É uma área de livre comércio, e também é disputada por vários países da região. (Nota do Autor).

<sup>134</sup> TILL, 2018, p. 330.

velho cargueiro, o “Sierra Madre”<sup>135</sup>, no Second Thomas Shoal e enviou alguns marinheiros desafortunados a bordo; até agora, isso protegeu o recife, enquanto outros foram reivindicados e perdidos para os chineses.

No entanto, a experiência fornece muitos exemplos de dano que níveis inadequados de força marítima podem causar à capacidade de um país de manter sua soberania sobre as regiões marítimas que considera como suas. A julgar pelo revigoramento da Guarda Costeira japonesa e a questão das regras de engajamento mais robustas para a Marinha Japonesa, em consequência de aparentes “invasões” chinesas e da Coreia do Norte em uma área de jurisdição que considera como sua, e a disposição tanto da Coreia do Norte como da Coreia do Sul em adotar medidas extremas em defesa de seus pontos de vista sobre a linha de demarcação entre elas no Mar Amarelo, percebeu-se a necessidade de defender suas reivindicações de soberania de forma mais robusta, sendo essa necessidade amplamente aceita por vários países na área da Ásia-Pacífico.

A soberania contestada não só agrava as relações entre os Estados, mas também compromete de forma muito negativa a manutenção da Boa Ordem no Mar, embora existam casos de desenvolvimento conjunto em que as reivindicações de soberania foram deixadas de lado. Infelizmente, fronteiras disputadas são um impedimento para o progresso na resolução de tudo que ameaça a segurança marítima em áreas como o Mar do Sul da China e em torno da costa da África, por exemplo. Por esses fatos, entendemos que a gestão destas difíceis questões de desmilitarização é uma pré-condição para a defesa da Boa Ordem no Mar.

Como visto nessa pesquisa, o Mar do Sul da China é um ambiente marítimo singularmente frágil e, como tal, um exemplo de muitos dos problemas que afetam os oceanos como um todo. A pesca predatória e a poluição constituem uma grande ameaça à segurança do meio ambiente da área.

Paradoxalmente, a natureza instável da jurisdição sobre o Mar do Sul da China reduz a perspectiva de proteção marinha da área e de seus recursos, com o resultado de que a captura de peixes é insustentavelmente alta, o habitat é colocado em risco e as considerações de segurança são negligenciadas, o que reduz os recursos da área.

Dada a incapacidade local de acordar a implementação de regulamentos gerais, países são tentados a tomar medidas unilaterais no que consideram como “suas” partes

---

<sup>135</sup> Para reivindicar a soberania sobre esse atol, as Filipinas encalharam propositalmente um velho navio em 1999, mantendo-o guarnecido por sua tripulação e, conseqüentemente, ocupando o atol. Por essa artimanha, a China não conseguiu obter a soberania sobre essas ilhas. (Nota do Autor)

do Mar do Sul da China, podendo isso atrair forte resistência por parte dos outros reclamantes, menos por causa da regulamentação propriamente dita do que pela imposição unilateral de medidas. Assim, o incidente Scarborough Shoal de abril de 2012 foi desencadeado por uma inspeção das Filipinas e a tentativa de prisão de uma traineira chinesa encontrada colhendo corais, moluscos gigantes e tubarões vivos (cuja captura é ilegal tanto nas leis chinesas como nas leis filipinas). Nesse sentido, a China e as Filipinas admitiram implicitamente a necessidade de mais regulamentação ao impor moratórias de pesca unilaterais quase simultâneas.

Da mesma forma, a China considera que a necessidade de proteger os estoques de peixe é uma justificativa para a sua moratória anual de pesca imposta em parte do Mar do Sul da China a partir de 1999. Essa proibição unilateral por parte da China em águas disputadas e a intrusão de um grande número de barcos de pesca chineses no que o Vietnã considera como sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) agravaram ainda mais a situação já delicada entre os dois países.

O incidente anterior é um exemplo de uma forma pragmática de proteger o estoque de peixes enquanto a questão jurisdicional permanece sem solução. Um passeio ao lado da frota pesqueira em Hainan mostra a extensão do investimento socioeconômico na indústria pesqueira (afinal a China é o principal país pesqueiro do mundo e grande exportador de pescado) e o enorme desafio que a capacidade pesqueira desses países reclamantes representa para o estoque do Mar do Sul da China caso não se encontrem outras formas de controle da pesca na região.

Em consequência das pressões conflitantes desse tipo, a união de esforços em prol da proteção do meio ambiente no Mar do Sul da China, como o Órgão de Coordenação dos Mares de Leste Asiático e as parcerias em Gestão Ambiental dos Mares de Leste Asiático, têm se mostrado, infelizmente, ainda muito modestos.

Isso ainda é mais grave devido ao efeito antecipado que o colapso ambiental no Mar do Sul da China teria na área circundante. Um aumento significativo no nível do mar, por exemplo, transformaria a situação jurisdicional nessa região e, como efeitos mais gravosos, inundaria grande parte do Vietnã, incluindo talvez um quarto de sua maior cidade e grande centro financeiro, a cidade de Ho Chi Minh. Com apenas 3,3 por cento da massa terrestre do mundo, mas 11 por cento do seu litoral, o Sudeste Asiático como um todo é desproporcionalmente vulnerável aos efeitos marítimos das mudanças climáticas. Além disso, essas mudanças podem levar a uma proporção maior do estoque de peixes existente mais ao norte para águas especialmente contestadas. Dada a pressão

para o crescimento econômico da região, no entanto, é muito difícil acreditar que a proteção ambiental receba a prioridade que merece.

Desta forma, a insegurança no mar – o que alguns chamam de “má ordem no mar”<sup>136</sup> – retrocede para minar os fundamentos de segurança da ordem internacional. Embora o Mar do Sul da China seja de longe o mais complexo e um dos exemplos mais difíceis da maneira pela qual a jurisdição em disputa ameaça a Boa Ordem no Mar, não é o único. Outros exemplos geralmente menos conhecidos são abundantes em todo o mundo.

### **1.7– A visão estratégica de autores da China**

De forma a apresentarmos uma visão mais abrangente e isenta sobre Estratégia, aprofundando e diversificando a nossa pesquisa, veremos agora a visão de dois autores chineses contemporâneos: Qiao Liang e Wang Xiangsui.

Qiao Liang é general da reserva da Força Aérea do Exército de Libertação do Povo (PLAAF), e atualmente exerce o cargo de vice-diretor do departamento criativo da PLAAF, é secretário-geral adjunto do Conselho de Estudos de Política de Segurança Nacional e faz parte da Associação de Escritores Chineses. É autor de várias obras abrangendo a teoria e a Estratégia militar.

Wang Xiangsui é coronel da reserva da PLAAF e professor da Universidade Beihang, em Beijing. Apesar de pertencer aos quadros da Força Aérea, sua visão estratégica ultrapassa os limites das Forças singulares, nos legando uma visão contemporânea da guerra e da Estratégia.

Em 1999 esses teóricos da Estratégia lançaram o livro “A Guerra Além dos Limites”, onde argumentaram que nenhuma superpotência, como os EUA, pode ser derrotada por meios convencionais e que devem ser empregados meios assimétricos, como por exemplo a manipulação de sistemas bancários e o controle da mídia e dos recursos naturais. Para esses autores, modernamente vivemos em um mundo sem limites e a guerra molda-se em novos parâmetros. Nas palavras deles:

Na atualidade, ainda é difícil vislumbrar se esta nova era irá redundar no desemprego de grandes efetivos militares, ou se irá abolir a guerra da face da Terra. Tudo isso ainda é indeterminado. A única conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. Em outras palavras, se no futuro, a humanidade não tiver

---

<sup>136</sup> TILL, 2018, p. 331.

alternativas que não a de engajarem-se em guerras, estas não serão mais conduzidas dentro dos moldes que nos eram familiares. É impossível negar o profundo impacto exercido sobre a sociedade pelas novas motivações representadas pela liberdade econômica, concepção dos direitos humanos e percepção da importância da proteção ambiental. Mas é certo que a metamorfose da guerra provocará um cenário ainda mais complexo, caso contrário, o imortal pássaro da guerra, na eminência de seu declínio, não será capaz de atingir o seu nirvana.<sup>137</sup>

Em 1996, os EUA uma Força-Tarefa para as proximidades de Taiwan apoiando, de forma “velada”, a decisão desse país de se manter independente da China continental. A partir do acompanhamento do desenrolar desses fatos, esses autores apresentaram teorias que vinham sendo pesquisadas há décadas, nas quais vislumbraram alternativas ao enfrentamento direto à um país com poder militar comparável ao dos EUA.

Essas teorias foram reunidas nesse livro, onde os autores argumentaram que o mundo sofreu várias mudanças a uma grande velocidade, e que essas mudanças afetariam a forma de se fazer e planejar a guerra. A queda da URSS, que alçou os EUA a única superpotência mundial, as várias guerras regionais que ocorriam, a crise financeira mundial e o desenvolvimento dos sistemas de informação, com destaque para a internet, levariam a forma de se ver e fazer a guerra para outros patamares. Nesse sentido, argumentaram que a sociedade mundial está sendo seriamente impactada pela liberdade econômica, pela busca por um maior fortalecimento nas questões de direitos humanos e nas relativas à defesa do meio ambiente, e essas novas questões exerceriam grande influência sobre a vida do homem contemporâneo.

Esses autores afirmaram que essas mudanças levariam à guerras não-militares, sem enfrentamento direto das Forças Armadas dos países em litígio, mas também ponderavam que a guerra nunca deixaria de existir, apenas se adaptaria e se tornaria mais complexa, mais penetrante e mais encoberta e mais sutil.<sup>138</sup> Mas também consideraram que com essas mudanças a guerra se desencadearia de forma cada vez mais atípica pois enquanto seria reduzida a violência militar, haveria um recrudescimento da violência econômica, política e tecnológica. Argumentaram que a guerra deixaria de ser definida pelo emprego da força armada para compelir a vontade do inimigo à nossa, para se

---

<sup>137</sup> QIAO Liang e WANG Xiangsui. **A Guerra além dos limites**. Beijing: PLA literature and arts publishing house, fevereiro, 1999, p. 5.

<sup>138</sup> Ibid., p. 6.

caracterizar como a utilização de todos os meios, militares e não-militares, letais e não-letais, para compelir o inimigo a se submeter aos nossos interesses.<sup>139</sup>

Durante muitos séculos, nos primórdios da guerra, a força armada era o último recurso que os Estados dispunham, porém atualmente os meios militares foram suplantados por outros, sejam eles políticos, econômicos ou diplomáticos.<sup>140</sup> Mas esses autores asseveraram que a humanidade não tem razões para se regozijar, pois na realidade foi substituída uma guerra sanguinária por uma outra sem derramamento de sangue.<sup>141</sup> Afirmaram esses teóricos da Estratégia que nesse sentido o globo terrestre se tornou um grande campo de batalha cujas guerras, embora menos sanguinárias, permanecem igualmente brutais, tornando o sonho da raça humana de um mundo de paz tão ilusório como sempre foi.<sup>142</sup>

Esses teóricos argumentaram também que a guerra está em processo acelerado de transcender a ambiência dos militares para se tornar um tema para políticos, cientistas e banqueiros, que deverão se unir para resolver o problema da condução da guerra. Mas alertaram que mesmo estes últimos se iludem esperando encontrar no desenvolvimento tecnológico soluções que ajudem no controle da guerra. Citando exemplos de atos terroristas de grande espectro e crises financeiras com alta abrangência, os autores questionaram se a brutalidade da guerra não permaneceria, mesmo que sobre outro viés. Não seria o uso de armas não-letais que reduziria a perda de vidas humanas. As modernas formas de terrorismo como o 11 de setembro e as crises financeiras também acarretaram mortes e muito sofrimento, mesmo não havendo militares envolvidos ou que uma guerra tenha sido oficialmente declarada. Eles consideraram que assim se apresentava a guerra na era da globalização.

Outro ponto citado no livro e também referente à globalização seria a intensa cobertura da mídia nas últimas guerras. Os autores consideraram que as informações dos combates são repassadas para o mundo inteiro em tempo real, tornando a mídia parte da guerra, não sendo esta mais um mero veículo que proporcionaria informações de um campo de batalhas distante.<sup>143</sup> Mas também consideraram a existência de um acordo previamente acertado entre repórteres e comandantes no campo de batalha, de forma que as informações repassadas seriam aquelas que estes últimos quisessem que fossem

---

<sup>139</sup> QIAO e WANG, 1999, p. 7.

<sup>140</sup> Ibid., p. 249.

<sup>141</sup> Ibid., p. 250.

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> Ibid., p. 86.



conhecidas, para que pudessem influenciar a opinião pública mundial.<sup>144</sup> Também esses teóricos consideraram que a imprensa, principalmente a norte-americana, abandonara a neutralidade para atuar de forma coordenada com as Forças Armadas. Deram como exemplo dessa afirmação a Guerra do Iraque, onde militares norte-americanos e a mídia ocidental se associaram para criar o laço que iria ser usado para enforcar no cadafalso o Iraque de Saddam.<sup>145</sup> Nas palavras desses autores:

Parece que nos conflitos do futuro, além das ações militares básicas, a mídia tende a representar um ator a mais na guerra, e irá desempenhar um papel comparável ao das operações militares, na determinação do curso das guerras. Ao contrário da propaganda de guerra, que é dotada de uma característica excessivamente subjetiva, sendo facilmente rejeitada pelos oponentes ou neutros, a mídia por ser habilmente camuflada como uma informação objetiva tem um impacto silencioso e que é difícil de ser avaliado.<sup>146</sup>

Nas suas pesquisas, também alertaram que os efeitos das ações da mídia eram uma faca de dois gumes, pois a velocidade com que as informações são apresentadas podem levar a análises precipitadas, que impedem um razoável tempo para reflexão e tomada de decisão estratégica.

Associando e analisando guerra psicológica, repartição de custos entre Nações, combinação de diferentes gerações de armas e métodos, nessa obra os autores argumentam que a Estratégia evoluiu rapidamente com a experiência adquirida na observação e análise das guerras modernas, e que as Forças Armadas singulares (Exército, Marinha e Força Aérea) compreenderam a necessidade de um esforço conjunto na busca da união que leva ao êxito nos conflitos.

Diante de um ambiente bastante volátil, a China busca deixar bem claras as suas intenções para enfrentar seus desafios e exercer sua soberania sobre as áreas em disputa. A ascensão à presidência do país de Xi Jinping contribuiu para o estabelecimento de medidas estratégicas que fortaleçam o entendimento. Mesmo ele reconhecendo que o mundo atual está longe de ser um lugar pacífico, a Ásia enfrenta muitos desafios e dificuldades e o caminhos está cheio de declives e obstáculos.<sup>147</sup> Na visão de Xi Jinping, deve-se implementar uma estratégia militar de defesa ativa, impulsionar a inovação da

---

<sup>144</sup> QIAO e WANG, 1999, p. 86.

<sup>145</sup> Ibid., p. 87.

<sup>146</sup> Ibid., p. 88.

<sup>147</sup> JINPING, 2019, p. 394.

estratégia militar e desenvolver o papel orientador das Forças Armadas em todos os domínios da construção militar.<sup>148</sup>

Após conhecermos a base teórica que fundamenta os conceitos de Estratégia e Poder Marítimo, no próximo capítulo analisaremos como se procedeu a evolução da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN, em inglês), focalizando a partir da Revolução de Mao Zedong até os nossos dias. Analisar como uma Marinha de águas marrons se tornou uma Marinha de águas azuis e uma Potência Marítima em pouco mais de meio século e como se processa o seu pensamento estratégico contemporâneo permitirá ao Brasil, e à MB, buscar boas práticas e conhecimento estratégico que possam ser utilizados para o seu aprimoramento.

---

<sup>148</sup> JINPING, 2019, p. 263.

## Capítulo 2

### 2.1 – A República Popular da China

A China que conhecemos hoje surgiu em 1949, quando foi proclamada a República Popular da China (RPC), após o Partido Comunista Chinês (PCC) de Mao Zedong derrotar o Partido Nacionalista Guomindang e o forçar a se retirar para a ilha de Formosa. O Partido Comunista Chinês assinala esse evento como o fim do Século da Humilhação Nacional, iniciado com a Primeira Guerra do Ópio, em 1839, fato destacado em um discurso proferido por Mao na Praça da Paz Celestial (Praça Tianamen, em Beijin) em 1º de outubro de 1949.<sup>149</sup>

Vasco Rato (2020) argumenta que Mao deu início às bases do “Sonho Chinês” e do “Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa” que Xi Jinping se propõe atualmente a cumprir, e a Estratégia que é modernamente implementada pela China não será bem compreendida caso não se entenda e se analise o impacto causado pelo Século da Humilhação Nacional na vida do chinês contemporâneo.<sup>150</sup> Esse evento foi traumático na população do país. Baseados nas pesquisas de Stuenkel, consideramos que o consenso vigente atualmente nesse país é que a perda da primazia regional da China nesse período é um erro histórico a ser necessariamente corrigido.<sup>151</sup>

Apesar de não ser o foco da nossa pesquisa, julgamos necessário fazer um resumo no próximo item sobre o que foi o Século da Humilhação Nacional para que o leitor não familiarizado com o tema compreenda o porquê de sua grande significação para a China contemporânea e de sua escolha como motivador para as grandes mudanças que ocorreram no país.

### 2.2 – Como o Século da Humilhação marcou profundamente a China

De forma semelhante ao pensamento ocidental contemporâneo, os imperadores da antiga China consideravam que as culturas fora do seu território seriam bárbaras e teriam um comportamento considerado fora do “normal”, e procuravam não

---

<sup>149</sup> RATO, Vasco. **De Mao a Xi – O ressurgimento da China**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2020, p. 22.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> STUENKEL, 2018, p. 29.

se envolver com elas nem deixar que essas culturas invadissem e influenciassem seu território e o comportamento de seus cidadãos, construindo até uma Grande Muralha, que serviria para manter fora os mongóis e todos os outros povos não-chineses (os denominados por eles de “bárbaros”). Tal era o etnocentrismo chinês à época, que seus cidadãos se consideravam o símbolo máximo da civilização, como Kissinger (2011) escreveu:

As instituições políticas e culturais e a língua chinesa eram o símbolo máximo da civilização, de tal forma que até mesmo rivalidades regionais e conquistadores estrangeiros as adotaram em graus variados como sinal de sua própria legitimidade (muitas vezes como um primeiro passo para serem absorvidos pela China).<sup>152</sup> A extensão e a diversidade desse território encorajavam o sentimento de que a China era um mundo em si mesmo. Sustentaram o conceito do Imperador como uma figura de ascendência universal, governando o ‘tian xia’, ou “Tudo Sob o Céu.”<sup>153</sup>

Podemos observar nesse apontamento de Kissinger uma grande semelhança com os EUA dos tempos atuais, e o Reino Unido de outrora, que exportam sua cultura e influência a várias partes do planeta, exigindo dos outros povos a assimilação dessas características. A China perdeu uma parte da sua influência sobre os povos limítrofes durante o Século da Humilhação, como já teremos a oportunidade de constatar.

A partir do início do comércio com outros países, esta impressão somente se consolidou para os governantes chineses, visto que os países visitantes não queriam somente iniciar relações comerciais, mas também impor suas condições, não tendo nenhum escrúpulo em se utilizar de violência para atingir seus objetivos nem se importando em respeitar a cultura chinesa. Sem a consciência dessa falta de escrúpulos e superestimando seu poderio bélico e poder de influência, o Imperador se considerava com autoridade sobre todas as coisas, e que essa autoridade sempre continuaria respeitada por todos sobre a Terra.

No século XVIII, a China havia conquistado o status de grande potência da Ásia. Seus imperadores se consideravam enviados divinos que haviam recebido a missão “celestial” de governar todos os povos, que esses ao seu entorno lhes deviam tributos e vassalagem e o Ocidente era composto de tribos bárbaras que não compreendiam a cultura chinesa, e por isso deveriam permanecer à distância.

---

<sup>152</sup> KISSINGER, 2011, p. 20.

<sup>153</sup> Ibid., p. 23.

A riqueza dos seus recursos e a grande extensão territorial atraíram os olhos do Ocidente para a China, e os comerciantes ocidentais que chegaram a esse país se propuseram a alterar o modo de comércio chinês então vigente. Coisas cotidianas na Europa e nos Estados Unidos, como o livre comércio e comerciantes estrangeiros residindo de forma permanente no solo chinês, como embaixadores, eram situações inconcebíveis na cultura chinesa, na qual o Imperador era considerado o enviado celestial para dominar e doutrinar todas as culturas, sendo-lhe devidos tributos e honrarias, pois a China seria o centro do mundo, o “Império do Meio”. Por conta dessa visão sinocentrista, o comércio com os outros países era controlado pela Corte chinesa, que impunha que este deveria ser realizado por meio de comerciantes chineses selecionados e por apenas um porto: Cantão, hoje Guangzhou, durante um determinado período do ano e sob rígidas normas. Eram adotadas normas extremamente rígidas, como explica Vasco Rato (2020):

Longe de consubstanciar um regime de comércio livre, o ‘sistema Cantão’ distinguia-se pelas suas inúmeras limitações: navios de guerra, armas de fogo e mulheres estrangeiras eram proibidas no interior do perímetro da cidade.<sup>154</sup>

A China não adotava as normas de livre comércio ou permitia embaixadas na sua capital, Beijing, nem igualdade em suas relações comerciais, o que muito desagradava os europeus, principalmente os britânicos. Para o Imperador, que se autointitulava “O Filho do Céu”, a participação dos europeus no comércio de seda e chá, entre outros, era uma grande demonstração de sua grandeza pessoal e benevolência. Inicialmente, os comerciantes europeus aceitaram ser chamados de “bárbaros” e suas relações comerciais serem considerados “tributos”. Mas aos poucos a altivez chinesa começou a incomodar, impedir o desenvolvimento comercial e principalmente impactar nos lucros com as valiosas mercadorias chinesas. O Reino Unido era, nesse período, a maior potência comercial do Ocidente, contando com a maior força naval existente, e não estava nada satisfeita em se submeter aos caprichos de um país cujo exército ainda se utilizava de arco e flecha e que não possuía uma Marinha. A situação se tornou crítica com os grandes prejuízos sofridos pelos comerciantes britânicos, principalmente em relação ao chá, conforme nos explica Rato (2020):

A maioria destes homens de negócios representavam a Companhia das Índias Orientais, cujo comércio com a China era estimulado pela insaciável procura de chá, cujo consumo fora popularizado por Catarina de Bragança. No entanto, uma vez que os chineses recusavam comprar

---

<sup>154</sup> RATO, 2020, p. 28.

mercadorias europeias e exigiam prata como pronto pagamento pelo chá, Londres acumulava elevadíssimos déficits.<sup>155</sup>

Numa tentativa de remediar essa situação, e ainda de uma forma polida e amistosa, o Reino Unido enviou em 1793 Lord George Macartney com a missão de estabelecer novas regras para o comércio, com igualdade e liberdade, além de conseguir a permissão do Imperador para instalar uma embaixada em Beijing. Essa missão fracassou estrondosamente devido à grande barreira cultural entre esses povos e pelo Imperador manter uma atitude altiva e tratar perigosamente o Reino Unido como “uma tribo bárbara, arrogante e desinformada cortejando favor especial junto ao Filho do Céu.”<sup>156</sup> Os presentes enviados pelo rei George III como sinal de amizade entre os povos foram considerados tributos, e durante semanas foi discutida a exigência de Macartney realizar o *kowtow*<sup>157</sup>, sob ameaça de não ser recebido pelo Imperador. Finalmente, o enviado foi mandado de volta à Inglaterra sem conseguir negociar com o Imperador da China, levando consigo uma carta<sup>158</sup> deste para o Rei George III na qual mais uma vez exibiu ingenuamente demonstrações de soberba e total desconhecimento de como as relações comerciais e diplomáticas se processavam no mundo ocidental. Trechos dessa carta foram reproduzidos por Kissinger (2011), nos quais podemos observar a arrogância do Imperador chinês:

Vós, ó Rei, viveis além dos confins de muitos oceanos, entretanto, impelido por vosso humilde desejo de compartilhar dos benefícios de nossa civilização, despachastes uma missão respeitosamente portando vosso memorial. (...) Se vós asseverais que vossa reverência por Nossa Dinastia Celestial vos enche do desejo de adquirir nossa civilização, nossos cerimoniais e nosso código de leis divergem tão completamente dos vosso que, ainda que vosso enviado fosse capaz de adquirir os rudimentos de nossa civilização, vós não poderíeis de modo algum transplantar nossos modos e costumes para vosso solo estrangeiro.<sup>159</sup>

E para finalizar a sua missiva, o Imperador menosprezou as mais recentes criações tecnológicas enviadas pelo Reino Unido e colocou, indiretamente, o soberano da maior

---

<sup>155</sup> RATO, 2020, p. 29.

<sup>156</sup> KISSINGER, 2011, p. 34.

<sup>157</sup> Reverência protocolar ao Imperador da China que consistia em prostrar-se diante deste e bater a testa três vezes no chão em sinal de servidão e respeito. Depois de muitas negociações, Macartney conseguiu apenas apoiar-se sobre o joelho, com a mesma reverência aos monarcas do Reino Unido. (Nota do Autor)

<sup>158</sup> A carta do Imperador pode ser consultada, na íntegra e em inglês, em:

“<https://china.usc.edu/emperor-qianlong-letter-george-iii-1793>”

<sup>159</sup> KISSINGER, 2011, p. 36.

potência do Ocidente à época na posição de mero vassalo do “*Filho do Céu*”. Kissinger (2011) reproduziu outro trecho dessa carta:

Objetos exóticos e caros não me interessam. Se ordenei que as oferendas por vós enviadas como tributo, ó Rei, fossem aceitas, foi somente em consideração pelo espírito que vos impeliu de despachá-las de tão longe. [...] Como vosso embaixador pode ver por si mesmo, possuímos todas as coisas.<sup>160</sup>

Logo após esses fatos o Reino Unido se viu envolvido nas Guerras Napoleônicas, levando-se alguns anos até que fosse retomada a questão sobre o comércio com a China. E a questão foi resolvida à moda da época, com a utilização da força. Consideramos que se a elite chinesa a época buscasse conhecer seu novo adversário, não o tratando de forma semelhante às Nações do seu entorno, poderiam ser evitadas as Guerras do Ópio e o conseqüente Século da Humilhação. Ou, nas palavras do Professor Rato (2020):

A missiva revela o elevado grau de desdém, autoconvencimento e autocomplacência que permeia a mundividência da elite imperial. Dir-se-ia que, na ausência de um tão profundo desconhecimento do mundo exterior, dificilmente a China teria embarcado nas desastrosas Guerras do Ópio que originaram o “século da humilhação nacional.”<sup>161</sup>

O Reino Unido, à essa época, era um grande produtor de papoula na Índia, e incentivava o consumo de ópio na China, levando para lá grandes carregamentos que geravam um bom lucro. Diante do crescente número de usuários, que estavam gerando uma série de problemas econômicos e sociais naquela comunidade, a China decidiu proibir o comércio de ópio e prender todos os comerciantes de Guangzhou em suas fábricas, mesmo os que não estavam envolvidos com a importação e o comércio do ópio, ameaçando cortar a exportação de seus produtos, que considerava vitais para o Ocidente: “Se a China cortar esses benefícios sem mostrar qualquer compaixão pelo que virão a sofrer, então com quem os bárbaros poderão contar para sobreviver?”<sup>162</sup> Percebemos que, mais uma vez, os governantes chineses demonstraram total desconhecimento das intenções e capacidades bélicas dos novos povos com quem estavam lidando, ao comentarem: “Os produtos que entram na China vindos de fora podem ser usados apenas como brinquedos. Podemos perfeitamente viver com eles ou sem eles.”<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> KISSINGER, 2011, p. 36.

<sup>161</sup> RATO, 2020, p. 30.

<sup>162</sup> KISSINGER, 2011, p. 40.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

Foi o motivo que o Reino Unido ansiava para enviar uma frota naval para a China, dando início às Guerras do Ópio e ao Século da Humilhação. A China estava claramente centrada no seu próprio universo e não se permitia conhecer o mundo além da sua vizinhança conhecida. Um funcionário argumentou, diante do Imperador, uma justificativa que seria usada, um século mais tarde, pela Argentina ao invadir as Ilhas Falklands/Malvinas, sobre o fato da Inglaterra estar geograficamente muito distante e supor que não se arriscaria a entrar em um combate do outro lado do mundo:

Os bárbaros ingleses são uma raça insignificante e detestável, confiando cegamente em seus navios poderosos e enormes canhões; mas a distância imensa que terão atravessado tornará a chegada periódica de provisões impossível, e seus soldados, após uma única derrota, vendo-se privados de suprimentos, ficarão desencorajados e perdidos.<sup>164</sup>

Destaque-se que, em ambos os casos, tanto no trato com o representante do Reino Unido como no caso da crise do ópio, foi comprovado o total desconhecimento das capacidades e determinações britânicas, somando-se a isso uma certa arrogância por parte do Imperador e de seus conselheiros, que supunham o mundo centrado na China no qual os países ao seu redor lhe destinavam tributos, submissão e honrarias. Com uma visão estratégica muito deficiente e ainda apegados às tradições seculares, consideravam que o mundo via na figura do Imperador um enviado dos céus.

Os britânicos rapidamente bloquearam o Rio das Pérolas e tomaram diversas ilhas diante de Ningbo, depois romperam as defesas costeiras e bloquearam os principais portos. Apesar da China tentar resistir, acabou capitulando frente à superioridade britânica e assinando o Tratado de Nanquin (Nanjing, em chinês), que concedia várias permissões lucrativas de comércio e residência para o Reino Unido e ainda punia a China com uma indenização de 6 milhões de dólares. Após a assinatura do Tratado, outras nações europeias e os EUA também impuseram pela força tratados comerciais à China, aumentando a insatisfação do povo e o sentimento de humilhação. Aliada a essa pressão comercial, os países vizinhos, Rússia e Japão, também a confrontavam nas questões de fronteiras. No verão de 1860 uma força mista do Reino Unido e da França, composta de 20.000 soldados, desembarcou no norte da China, derrotou a fraca resistência das tropas imperiais e se dirigiu para Beijing, onde arrasou os Jardins de Brilho Perfeito, o antigo Palácio de Verão (Yuanning Yuan), que simbolizava o poder da dinastia imperial e

---

<sup>164</sup> KISSINGER, 2011, p. 40.



expressava tanto a grandeza da civilização chinesa como as suas aspirações universalistas. Rato (2020) considera que esse evento simbolizou uma demonstração de superioridade incontestável das Forças do Ocidente, ao discorrer sobre a destruição desse palácio:

A destruição de Yuanning Yuan evidencia, se dúvidas restassem, a incontestável supremacia militar do Ocidente e, como corolário, demonstra que Zhongguó deixara de ser o centro de “tudo debaixo dos céus”. (...) Hoje, mais de um século volvido, os escombros de centenas de edifícios saqueados e queimados pelas tropas anglo-francesas são integralmente preservados a fim de recordar a agressão e a humilhação sofrida às mãos dos soldados estrangeiros.<sup>165</sup>

Diferentemente da China, o Japão logo reconheceu a superioridade das forças invasoras ocidentais e da necessidade de se modernizar o país para não ser engolido pela perigosa e inevitável tsunami que o Ocidente representava. Com isso, adotou as técnicas recém trazidas e se tornou a nova potência da região, fazendo frente, inclusive militarmente, a China e Rússia. Rato (2020) cita que “em contraste com as suas congêneres chinesas, as elites nipônicas abraçam um modelo de modernização de inspiração ocidental para assegurarem a emergência do Japão como grande potência mundial.”<sup>166</sup>

Após derrota para o Japão na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a China assinou o Tratado de Shimonoseki, em 17 de abril de 1895, se obrigando a pagar novas grandes indenizações e a conceder quatro portos àquele país, além de reconhecer a independência da Coreia e a ceder Taiwan, as Ilhas Pescadores e a Península de Liandong aos japoneses. Essa foi considerada pelos chineses como a pior e mais humilhante das derrotas sofridas até então, como expõe Rato (2020):

A profundíssima humilhação provocada pela assinatura do Tratado de Shimonoseki supera as humilhações impostas pelas potências ocidentais aquando das Guerras do Ópio. Afinal de contas, a China acabara de ser derrotada por um *wojen* (inferior ‘povo anão’, um termo depreciativo usado pelos chineses para se referirem aos nipônicos).<sup>167</sup>

A derrota para o Japão abalou profundamente a sociedade chinesa, levando-a a certeza de que não poderia mais ficar à margem das inovações ocidentais. Concomitantemente, começou-se a contestar a capacidade de liderança e administração e

---

<sup>165</sup> RATO, 2020, p. 35.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 37.

a própria figura do Imperador quando novos Estados ocidentais forçaram sua entrada na China. Destarte, em 1912 o Imperador Pu Yi foi obrigado abdicar e foi fundada a República da China, conforme o relato de Vasco Rato (2020):

Em finais de janeiro de 1912, com o sul da China nas mãos do governo republicano sediado em Nanjing, dezenas de comandantes das tropas de Beiyang exigem que o Imperador Xuantong (Pu Yi), de seis anos de idade, dissolva o Império e estabeleça a república. Perdido o apoio das Forças Armadas e esgotadas as alternativas, o Imperador abdica no dia 12 de fevereiro.<sup>168</sup>

Na Primeira Guerra Mundial, a China republicana uniu-se às forças aliadas e enviou 100.000 trabalhadores<sup>169</sup> para a frente de batalha na Europa, ficando decepcionada quando, ao final da Guerra, o Tratado de Versalhes de 1919 transferiu as concessões alemãs em território chinês para o Japão, seu eterno inimigo e parceiro do Reino Unido. A partir daí começaram a surgir movimentos, como o “Quatro de Maio”, que popularizavam o anarquismo, buscando mudanças econômicas e políticas, e o marxismo.

A permanência do Japão em solo chinês tornou a Segunda Guerra Mundial mais extensa para a China do que para as outras Nações envolvidas no conflito. A Segunda Guerra Sino-Japonesa se iniciou em 1937, antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acirrando conflitos entre esses dois países que se estenderam até a rendição incondicional do Japão aos Aliados.

A intenção dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial seria atacar o Japão a partir da China, e para isso recursos foram investidos na construção de aeródromos para os bombardeiros norte-americanos. Mas essa Estratégia se mostrou infrutífera, pois a combatida sociedade chinesa sofria com invasões, fome e corrupção, não conseguindo se organizar de forma satisfatória como uma Força de combate. Nesse sentido, Hastings (2011) relatou que:

Todos os esforços se revelaram inúteis. A China continuou sendo uma sociedade caótica, pobre e profundamente dividida. Chiang Kai-shek gabava-se de ter um enorme exército no papel, mas seu regime e seus comandantes eram corruptos e incompetentes demais, e seus soldados, mal equipados e pouco motivados para fazer qualquer progresso significativo contra os japoneses.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> RATO, 2020, p. 39.

<sup>169</sup> Ibid., p. 40.

<sup>170</sup> HASTINGS, Max. **O Mundo em Guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011, p. 694.

A ocupação de regiões do território chinês pelos japoneses e a disputa pelo Poder entre nacionalistas e comunistas deixava a China fraca e dividida. Não obstante, a vastidão do território chinês e sua grande população hostil e faminta<sup>171</sup> suscitou um grande aporte de recursos financeiros para o Japão na tarefa de dominar esse território. E o fez com extrema crueldade. Consideramos que nenhuma estatística é totalmente confiável, mas Hastings afirma que cerca de 15 milhões de chineses morreram nesse período em consequência das ações japonesas, sejam ações militares ou através da fome ou de epidemias deliberadamente causadas por guerra biológica. Hastings afirma que “os japoneses foram os únicos a usar armas biológicas em larga escala durante a guerra.”<sup>172</sup>

A Unidade 731 do Exército Imperial Japonês, oficialmente “Unidade de Proteção Epidêmica e Abastecimento de Água do Exército Kwantang” assassinou milhares de prisioneiros chineses em testes com armas biológicas e vivissecção sem anestésicos.<sup>173</sup> Durante a guerra o Japão disseminou no território chinês germes do cólera, desintéria, peste e tifo através de bombas de porcelana usadas para distribuir pulgas infectadas com essas doenças,<sup>174</sup> como teste para uma futura utilização contra as Forças Armadas norte-americanas. Alguns pesquisadores especulam que haveria um plano para o lançamento dessas bombas em território dos EUA.

Durante a Segunda Guerra Mundial foram poucos embates entre China e Japão em campos de batalha, se resumindo na realidade às frequentes expedições punitivas japonesas para reprimir dissuasões ou recolher alimentos. Segundo Hastings (2011), como vingança pelo ataque aéreo norte-americano a Tóquio em maio de 1942, o Japão enviou mais de 100 mil soldados, incluindo a Unidade 731, às províncias de Chenkiang e Kiangsi. Cinco meses depois, quando as tropas se retiraram dessas províncias, restou um saldo de 250 mil chineses mortos.<sup>175</sup>

Em 1944 o Japão lançou seu último ataque contra o território chinês, com o objetivo de destruir os aeródromos de bombardeiros norte-americanos. Esse ataque expôs, de forma definitiva, a fragilidade e impotência do Exército chinês na época, que não pôde evitar a perda de centenas de milhares de vidas humanas nesse conflito. Esse ataque foi considerado estrategicamente fútil, mas criou nos EUA a convicção que a China não seria

---

<sup>171</sup> HASTINGS, 2011, p. 695

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> Ibidem. Vivissecção é a dissecação ou qualquer operação congênere realizada em pessoa ou animal vivo para estudo. (Nota do Autor).

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> Ibid., p. 697.

capaz de participar efetivamente a guerra. Para Hastings, “a China não passou de grande vítima, atrás apenas da Rússia na escala de sofrimentos e perdas, ao mesmo tempo que lhe foi negado o consolo de qualquer conquista militar redentora.”<sup>176</sup>

O Século da Humilhação começou a se encerrar, após várias revoltas internas e guerras externas, com a tomada do poder pelo Partido Comunista chinês de Mao Zedong e a fundação da República Popular da China, que buscou reviver a grandeza da China de outrora, meta também perseguida por seus sucessores ao longo dos anos.

Rato (2020) considera que existe a visão de que o Século da Humilhação Nacional molda de forma decisiva a percepção dos chineses sobre o mundo e sobre as suas relações contemporâneas com os outros países.<sup>177</sup> Esse evento foi uma ruptura com as tradições milenares chinesas. Mas não se pode julgar que a China foi uma vítima passiva da violência e da exploração estrangeira. Muitos autores contemporâneos, tais como Kissinger (2011), Stuenkel (2018) e Rato (2020), por exemplo, consideram que as elites chinesas não se adaptaram nem anteciparam a nova realidade trazida com a chegada de navegantes de países estrangeiros, continuando a se agarrar à ideia secular de que Zhongguó seria o centro do mundo, com o Imperador dominando “tudo debaixo dos céus”, onde os Estados fronteiriços deviam-lhe obediência e tributos.

Lanfeng Zhou (2021) considera que a lembrança constante desse evento vergonhoso seja uma estratégia para aprimorar e fortificar a identidade nacional chinesa, de forma que todos os grupos étnicos se unam para construir e manter uma harmonia entre a identidade nacional e a ética.<sup>178</sup> Na visão dessa pesquisadora, esse evento se tornou uma forte ferramenta do Partido Comunista Chines para incrementar o nacionalismo no país. Disse ela:

Atualmente, o conceito de nação chinesa tem estado profundamente enraizado no coração do povo chinês, tornando-se uma crença firme e inabalável e um poder suave para o desenvolvimento da China. (...) Quando falamos deste tema, devemos falar sobre a história humilhante da China, um conceito frequentemente utilizado pelo Partido Comunista hoje em dia, o Século de Humilhação Nacional.<sup>179</sup>

---

<sup>176</sup> HASTINGS, 2011, p. 701.

<sup>177</sup> RATO, 2020, p. 22.

<sup>178</sup> ZHOU, Lanfeng. “O Século da Humilhação e sua influência na construção da identidade nacional da China.” E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP. Nº 9, maio de 2021. Disponível em:

[www.iscap.pt/cej/e-rei/lanfengzhou](http://www.iscap.pt/cej/e-rei/lanfengzhou). Visitada em: 01/09/2022.

<sup>179</sup> Ibid., p. 6.

Este tema sempre é lembrado pelos dirigentes chineses de forma a tentar desenvolver e consolidar no povo o sentimento de defender o país desde a infância e a lutar sempre pelo progresso, e com isso construir a identidade nacional.<sup>180</sup>

### 2.3 – Como a China buscou a evolução

Por conta do sentimento descrito no item anterior, por suas dimensões continentais que a coloca em posição fronteiriça com diversos Estados e pela necessidade imperiosa de desenvolver o seu comércio, a China se voltou para o mar a cerca de quarenta anos, a partir da ascensão ao poder de Deng Xiaoping em 1978, buscando progredir de uma nação terrestre e isolada para outra com grande atuação no cenário internacional marítimo e com grande participação no comércio global entre os países.<sup>181</sup>

Kissinger (2011) nos relata ter sido Deng quem cunhou a expressão “socialismo com características chinesas”, caracterizado por mudanças nas relações entre Estado e propriedade privada, de forma a permitir que empresas estrangeiras, atraídas pela mão-de-obra barata e de qualidade, passassem a produzir no país em parceria com empresas chinesas. Entre as várias reformas que beneficiaram economicamente a China, também implantou o “Plano das Quatro Estações”, responsável pelo planejamento de ações para o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da ciência e da tecnologia, além das Forças Armadas.<sup>182</sup> O presidente Xi Jinping mantém esse legado, afirmando que é preciso manter as tradições gloriosas das Forças Armadas Chinesas, criadas pelos presidentes Mao Zedong e Deng Xiaoping, entre outros, e que é necessário impulsionar a modernização da defesa nacional.<sup>183</sup>

Henry Kissinger (2011) desenvolveu uma grande consideração por Deng Xiaoping por conta do seu trato político direto. Diferentemente de Mao, que procurava suavizar seus comentários com parábolas, e da amabilidade nas solicitações de Zhou Enlai,<sup>184</sup> Deng era direto e prático, sempre considerando seus interlocutores “adultos o bastante para aparar as arestas sem levar as coisas para o lado pessoal.”<sup>185</sup>

---

<sup>180</sup> ZHOU, 2021, p.12.

<sup>181</sup> OLIVEIRA, Vagner Belarmino de. **A evolução estratégica da China nos últimos quarenta anos.** Caderno da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, V. 3, p.6-86. 2019, p. 9.

<sup>182</sup> Ibid., p. 19.

<sup>183</sup> JINPING, 2019, p. 263.

<sup>184</sup> Zhou Enlai foi Primeiro-Ministro da China de 1949 até seu falecimento em 1976. (Nota do Autor)

<sup>185</sup> KISSINGER, 2011, p. 371

Kissinger considera que as modernizações iniciadas por Deng transformaram a China na superpotência econômica atual, e que ele foi muito ousado quando conclamou a China a uma volta à ordem, ao profissionalismo e a eficiência após anos mergulhada em uma Revolução Cultural que defendia a anarquia como meio de organização social, a “luta” sem fim como meio de purificação nacional e um grande amorismo nas empreitadas econômicas e acadêmicas.<sup>186</sup>

Deng pregava a necessidade de ênfase em ciência e tecnologia para o desenvolvimento da economia chinesa, e para isso havia a necessidade, segundo ele, de requalificação da força de trabalho chinesa e do encorajamento do talento e da iniciativa individuais – coisas inconcebíveis segundo a filosofia maoísta – devendo-se valorizar a competência profissional acima da ideologia política e recompensar aqueles que se destacassem em suas áreas de atuação.

McDevitt (2020) ressalta que na interpretação chinesa a base do Poder Marítimo repousa em uma Marinha de Guerra forte, uma grande e eficaz Guarda Costeira, uma Marinha Mercante de primeira classe e uma frota pesqueira, além de uma capacidade de construção naval reconhecida mundialmente e da capacidade de extrair recursos marítimos economicamente importantes,<sup>187</sup> o que nos remete aos teóricos clássicos da Estratégia.<sup>188</sup>

Rato (2020) nos relata que nas primeiras décadas do século XV o Almirante Zheng He fez sete célebres viagens marítimas de descoberta e engajamento no “Oceano Ocidental”, alcançando o Sudeste Asiático, o Médio Oriente e as costas da África, tendo a primeira dessas viagens o impressionante número de sessenta e dois navios e vinte e oito mil homens.<sup>189</sup> Porém o Imperador determinou o fim dessas viagens, e Oliveira (2019) considera que sua importância só retornaria efetivamente com as reformas e os projetos de Deng, que considerava que se a China quisesse alcançar a prosperidade e se tornar forte deveria encarar o mundo e ir além de mares e oceanos.<sup>190</sup> Nas palavras de Oliveira:

Essas mudanças foram acompanhadas de um grande desenvolvimento da mentalidade marítima da China que, como era previsível, levou a profundas alterações nas concepções de emprego do Poder Naval chinês, expressas na evolução da sua Estratégia Naval, e que tem

---

<sup>186</sup> KISSINGER, 2011, p. 372.

<sup>187</sup> McDEVITT, 2020, p. 4.

<sup>188</sup> Vide Capítulo 1.

<sup>189</sup> RATO, 2020, p. 24.

<sup>190</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 9.

moldado tanto o emprego quanto a configuração de suas forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais.<sup>191</sup>

Oliveira (2019) ressalta que o tradicional isolacionismo da China criou uma sociedade voltada para a continentalidade em detrimento da maritimidade. Segundo esse autor, ainda existe uma forte corrente de pensadores que defendem a teoria que considera a China como uma nação terrestre.<sup>192</sup> Apesar disso, importantes acontecimentos permitiram a Deng implementar suas reformas e projetar os rumos marítimos da China. O primeiro deles foi o fim dos grandes conflitos desde o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Após isso, a dissolução da União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS), ocasionando o fim da Guerra Fria, findou com a grande ameaça nuclear que rondava o norte da China. Esses fatores proporcionaram aos líderes chineses e seus estrategistas desenvolverem sua economia para o mar, explorando a sua geografia litorânea, e proporcionou aos diplomatas chineses a oportunidade de estabilizar as disputas de fronteiras com a Rússia e as novas repúblicas da ex-URSS, e também com Vietnã, Coreia do Norte, Mongólia e Índia. Com isso, desde o final da década de 1970 chegou-se à conclusão que existe maior possibilidade de um conflito envolvendo a China acontecer em seu entorno marítimo. Para comprovar essa possibilidade, a China tem enfrentado disputas crescentes por recursos marítimos nas suas águas jurisdicionais, existindo a questão separatista com Taiwan e as constantes disputas territoriais nos mares do Sul e do Leste da China (Mar do Japão).<sup>193</sup>

Após a implantação da República Popular da China (RPC), Mao implementou mudanças que possibilitaram o início da modernização da China, como a implementação de indústria de base e o aumento dos campos irrigados. Esses fatores propiciaram que fossem realizadas reformas econômicas nas décadas e governos após o falecimento de Mao que proporcionaram o desenvolvimento para a China.

Com a transformação socioeconômica ocorrida na China, iniciada com as reformas implantadas por Deng Xiaoping, esta se tornou mais dependente do mar. O transporte marítimo, impulsionado pelo crescente comércio internacional, a exploração de recursos naturais marinhos e a pesca se tornaram importantes elementos do desenvolvimento nacional da China. O próprio Deng declarou em 1979 que a estratégia

---

<sup>191</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 10.

<sup>192</sup> Ibid., p. 20.

<sup>193</sup> Ibid., p. 25.

do desenvolvimento do país não poderia ficar dissociada da orientação marítima e que o Poder Marítimo passou a incorporar outras expressões do Poder Nacional, como a política, a economia, a militar e a tecnológica.<sup>194</sup> Oliveira (2019), ao dissertar sobre esse assunto trazendo o enfoque de outros estudiosos do tema, considera que:

Segundo Holmes e Yoshirara (2008), os resultados do direcionamento marítimo da China têm sido representados pelo crescimento econômico das últimas quatro décadas. Entre 1980 e 2000 o Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu a uma média de 9,7%. Entre 2003 e 2005 sustentou um crescimento medido de dois dígitos. E com o declínio da ideologia comunista, proporcionar o bem-estar econômico à população tem sido a meta dos governantes, que veem ali a sobrevivência do atual regime. A explosão de crescimento econômico e a determinação governamental de mantê-la nesses termos gerou visíveis efeitos relacionados ao Poder Marítimo: o comércio marítimo costeiro deu um salto quantitativo.<sup>195</sup>

Para realizar suas reformas, Deng se deparou com o desafio de não realizar reformas políticas, pois não poderia ameaçar o monopólio do poder detido pelo PCC.<sup>196</sup> As mudanças necessárias deveriam ser executadas pelo Partido e não poderiam de forma alguma contrariar seus interesses. Seria o Partido que determinaria a margem de manobra que Deng teria para implantar suas reformas. Kissinger (2011) considerou que a China de hoje – com a segunda maior economia mundial e o mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, e com inúmeras cidades exibindo arranha-céus mais elevados que o Empire State Building – é um testemunho da visão, tenacidade e do bom senso de Deng.<sup>197</sup>

Como já frisado anteriormente, e contrariando as normas que estavam em curso na China oriundas da Revolução Cultural de Mao Zedong, Deng clamava sobre a necessidade de se investir em ciência e tecnologia para desenvolver a economia. E também buscava encerrar antigos paradigmas pelos quais a China não deveria buscar ensinamentos nos países estrangeiros. Para Deng, a competência profissional deveria estar acima da ideologia política. Ele definia as prioridades chinesas tradicionais como *a necessidade de conquistar a consolidação, a estabilidade e a unidade*.<sup>198</sup>

Deng considerava que os bens de consumo deveriam ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade das pessoas deveria ser liberada e haver menos

---

<sup>194</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 21.

<sup>195</sup> Ibid., p. 22.

<sup>196</sup> RATO, 2020, p. 98.

<sup>197</sup> KISSINGER, 2011, p. 368.

<sup>198</sup> Ibid., p. 374



centralização por parte dos governantes.<sup>199</sup> Kissinger, que acompanhou as reformas no governo chinês realizadas por Deng, declarou que:

Deng governava liberando a criatividade do povo chinês para que concretizassem sua própria visão de futuro. (...) Deng era sincero quanto à pobreza da China e não escondia o abismo que separava o padrão de vida chinês do que era encontrado no mundo desenvolvido. Decretando que “pobreza não é socialismo”, Deng proclamou que a China necessitava obter tecnologia, especialização e capital estrangeiros para remediar suas deficiências.<sup>200</sup>

A visão de reforma na economia e revitalização nacional não incluía liberalismo político ou democracia pluralista. Temendo que o país se tornasse uma anarquia, as reformas não incluíam qualquer alteração na regra do partido único ou qualquer oposição ao PCC.

Apesar das várias críticas, Deng não abandonou seu programa de reformas e sempre insistiu que este deveria ser mantido por 100 anos, sob o risco de levar a China a um “beco sem saída.”<sup>201</sup> Ele considerava que a abertura proporcionada pelas reformas haviam evitado que a China tivesse entrado em uma guerra civil após os incidentes de 1989 na Praça Tiananmen. Na opinião de Deng, a Revolução Cultural de Mao havia tido o mesmo efeito, para o país e para a sua população, de uma guerra civil,<sup>202</sup> e que para continuar progredindo a China deveria adotar os princípios de mercado, tomada de riscos, iniciativa privada e valorizar a produtividade e o empreendedorismo. Segundo ele, *o governo perderia o apoio popular se punisse os empreendedores pelo seu sucesso.*<sup>203</sup>

Além de enviar estudantes chineses para se aperfeiçoarem em outros países, Deng conclamou os intelectuais que haviam sido exilados durante o governo de Mao a retornar ao país, independentemente de suas atitudes prévias, e dar sua contribuição para o avanço científico, tecnológico e educacional, de forma a cooperar com o desenvolvimento econômico advindo das reformas que estavam sendo implantadas.<sup>204</sup>

Com isso, esse desenvolvimento econômico mantido pelo governo impulsionou o comércio marítimo. Uma excelente infraestrutura de transporte aliada ao baixo custo nos portos proporcionou que a China superasse os principais países portuários asiáticos, como

---

<sup>199</sup> KISSINGER, 2011, p. 378.

<sup>200</sup> Ibid., p. 383.

<sup>201</sup> Ibid., p. 389.

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Ibid., p. 502.

<sup>204</sup> Ibid., p. 504.

Japão, Coreia do Sul, Singapura e Hong-Kong, e tornasse o porto de Shangai o maior do mundo em movimentação de cargas e contêineres.<sup>205</sup>

Atualmente a China possui os maiores estaleiros do mundo, sua indústria de construção naval e sua frota de navios-tanque lideram o ranking mundial. No setor militar, produz navios de elevada complexidade e tecnologia, como fragatas com sistemas antiaéreos sofisticados, navios com características furtivas, submarinos com propulsão nuclear e navios aeródromos.<sup>206</sup>

## **2.4 – Como Deng Xiaoping mudou o pensamento estratégico da China**

Deng Xiaoping reverteu os planos políticos, econômicos e sociais de Mao Zedong que estagnavam a China, proporcionando uma nova era de modernização e abertura para outras Nações, de forma a trazer progresso e prosperidade para a China.<sup>207</sup>

Ele percebeu que com o colapso da URSS, os EUA passaram, em primeiro momento, a diminuir sua presença na Ásia-Pacífico. Viu ali uma oportunidade de confirmar a hegemonia da China na região ao mesmo tempo em que atraia os investidores estrangeiros. Também vinculou a modernização do PLA às reformas econômicas, e substituiu os comandantes militares por uma nova, mais jovem e melhor formada geração de militares.<sup>208</sup>

Deng e seus conselheiros concluíram que a URSS seria a grande ameaça na década de 1980, o que levou a China a uma aproximação com os EUA, especialmente após o Vietnã receber apoio soviético na guerra contra a China. Com o desenrolar dos acontecimentos, os conselheiros de Deng consideraram haver um baixo fator de temor e preocupação de uma guerra vindo da sua fronteira norte ou mesmo uma guerra entre as superpotências, tal era o processo de decadência que se anunciara na URSS. Por esse motivo, os estrategistas chineses destinaram algumas das verbas que seriam do PLA para a economia, para a indústria, para a agricultura e para a PLAN. Foi a partir desse momento que o PLA iniciou a venda de armamento no mercado internacional, se tornando em poucos anos um dos cinco principais comerciantes de armas do mundo, fornecendo

---

<sup>205</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 25.

<sup>206</sup> Ibid., p. 27.

<sup>207</sup> MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping. O homem que pôs a China na cena do século XXI.** E-book. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

<sup>208</sup> Ibid., p. 252.

armamento a preços competitivos e de fácil manutenção.<sup>209</sup> Era uma estratégia usada por Deng com o objetivo de obter fundos para o desenvolvimento de material bélico moderno. De forma semelhante, ele também autorizou a indústria de defesa a produzir máquinas de lavar, carros, bicicletas e televisões, com o intuito de se obter fundos a serem investidos no desenvolvimento de novos sistemas de armas.<sup>210</sup>

Com o declínio cada vez mais pronunciado da URSS a partir de 1985, Deng e seus estrategistas começaram a reexaminar a doutrina militar, substituindo-se a estratégia de aprestamento para enfrentar uma guerra total contra a URSS por uma preparação para conflitos localizados e com objetivos limitados. A partir dessas conclusões, verificou-se não mais existir a pungente necessidade de um grande exército permanente, e que o ideal de Mao Zedong de se possuir um imenso exército de camponeses prontos para travar uma guerra de atrito defensiva, atraindo o inimigo para o coração da China, sucumbira com a evolução dos fatos. O queurgia, naquele momento, era uma força menor e tecnologicamente sofisticada, configurada para operar com rapidez e mobilidade, apta a concentrar poder de fogo em alvos específicos.<sup>211</sup> Segundo Marti:

Os planejadores de defesa da China chegaram a conclusão de que a tecnologia militar moderna dava ao agressor a capacidade de tomar a iniciativa das primeiras batalhas da guerra, e aquelas primeiras batalhas seriam cruciais para as guerras futuras. Mobilizar o país inteiro e todo mundo deixava de ser uma opção.<sup>212</sup>

Deng e seus assessores estratégicos perceberam que o desenvolvimento da guerra exigia forças prontas e aptas para reagir com golpes rápidos e letais, e para isso decidiram que a cada região militar seria destinada a tarefa de se preparar para defender a sua área de jurisdição e as periferias, ao mesmo tempo em que deveriam estar aptas a integrar operações conjuntas e criar novas tecnologias ou estratégias. A exemplo dos Rangers<sup>213</sup> americanos, foram criados grupos de operações de assalto para quando fossem necessárias ações “duras” e rápidas.<sup>214</sup>

---

<sup>209</sup> MARTI, 2021, p. 3012.

<sup>210</sup> Ibid., p. 3017.

<sup>211</sup> Ibid., p. 3027.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Os United States Army Rangers, mais conhecidos somente como **Rangers**, são membros da tropa de elite do Exército dos Estados Unidos, encarregados de missões especiais. (Nota do autor).

<sup>214</sup> MARTI, 2021, p. 3031.

Com o fortalecimento do PLA, a China também desenvolveu sua Marinha, que deixou de ser uma Marinha costeira (de águas verdes) para se tornar uma Marinha de águas oceânicas (águas azuis),<sup>215</sup> apta a operar longe de suas bases. Em 1985, o Comitê Militar Central (CMC) reuniu-se para dar início a importantes mudanças na Estratégia Naval da China, como a criação do Corpo de Fuzileiros Navais e a aquisição ou construção de um navio aeródromo.<sup>216</sup>

Os protestos dos estudantes na Praça Tiananmen (Praça da Paz Celestial, em Beijim) em 1989 também foram significativos para a mudança de Estratégia Militar na China. Deng observou que, a despeito das ordens de dissolver os protestos, muitos comandantes de unidades se recusaram a marchar contra os estudantes. Isso foi um duro golpe contra a máxima de que o PLA era totalmente controlado pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Os comandantes insubordinados foram punidos e exonerados, sendo realizada uma ampla reforma no PLA de forma a se garantir total lealdade de seus membros ao PCC.

Outro evento impulsionador das reformas estratégicas militares na China foi a Guerra do Iraque de 1991. A esmagadora demonstração de superioridade tecnológica das Forças Armadas norte-americanas sobre as Forças Armadas iraquianas acendeu um sinal de alerta no PLA. Os equipamentos de combate iraquianos, todos oriundos da União Soviética, eram basicamente os mesmos dos chineses, na realidade cópias de baixo custo. Marti (2021) considera que esse evento colocou em xeque a qualidade e o futuro da indústria bélica chinesa, sentenciando:

A China teria que modernizar seus sistemas de armas caso pretendesse competir no mercado internacional de armamento. Equipamentos de baixo custo eram, de certa forma, economicamente compensadores, mas, para resumir, as Nações mais ricas estavam em busca de comprar qualidade.<sup>217</sup>

A partir desses eventos, Deng iniciou um trabalho de modernização do PLA e de alterações em sua estrutura interna, e decretou que o mesmo reteria o controle das indústrias militares pelo tempo que vigessem suas políticas. Ele determinou que o PLA subordinasse o seu trabalho ao desenvolvimento do Estado, apoiando a reforma e a estruturação econômica do país com atitudes concretas.<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> SPELLER, 2019, p. 16.

<sup>216</sup> MARTI, 2021, p. 3036.

<sup>217</sup> Ibid., p. 3045.

<sup>218</sup> Ibid., p. 3054.

Em um encontro em sua casa com representantes militares e do PCC em 1992, Deng, para reafirmar a nova postura a ser exigida das Forças Armadas chinesas, declarou que:

O Exército deve fazer um bom trabalho para melhorar o nível cultural, adquirindo mais conhecimentos militares e aprofundando a capacitação profissional, de forma que as três Forças Armadas possam estar sempre em perfeito estado de aprestamento. Só isto já constitui um poderoso fator de dissuasão. E somente assim o Exército terá condições de dar a atividade central de todo o Partido e de toda a Nação garantia e apoio realistas.<sup>219</sup>

Com isso, Deng estava claramente convocando o Exército<sup>220</sup> a se engajar na construção econômica no interesse da própria modernização. Ele procurava conscientizar os chefes militares da importância da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo, demonstrando que todos os países buscavam a modernização e o aperfeiçoamento e que aqueles países que não procedessem dessa forma amargariam uma grande atraso militar e estratégico. Por isso, era de vital importância que a China também se inserisse nessa nau do desenvolvimento, para não correr o risco de, segundo Deng, “ser intimidado pelos outros países.”<sup>221</sup>

Essa reunião foi convocada também para deixar bem claro um ponto extremamente crítico e que se abalara com a atitude dos comandantes insubordinados em Tiananmen: quem comandava o PLA. O Exército de Libertação do Povo sempre foi subordinado às ordens do Partido Comunista da China e Deng não queria deixar que essa máxima fosse esquecida, ao declarar:

O Partido comanda o canhão. O canhão deve se submeter totalmente ao comando do Partido e atender expedita e resolutamente aos chamados e executar as ordens do Partido. Dessa forma, proporcionará garantia confiável de que pretende aderir à linha justa do Partido ao longo dos próximos 100 anos.<sup>222</sup>

Essa foi a razão da reunião dessas autoridades políticas e militares em sua casa: Deng queria obter dessas autoridades o compromisso de lealdade a ele e ao PCC, de forma que pudesse implementar suas reformas e afastar de vez a ideia que surgira entre alguns

---

<sup>219</sup> MARTI, 2021, p. 3119.

<sup>220</sup> Cabe lembrar que na China as Forças Armadas são compostas pelo Exército de Libertação do Povo (People's Liberation Army - PLA, em inglês), constituindo a Marinha, a Força Aérea, a Guarda Costeira e os Fuzileiros Navais departamentos do PLA. Quando Deng cita o Exército, ele está se referindo ao conjunto dessas Forças. (Nota do Autor)

<sup>221</sup> MARTI, 2021, p. 3124.

<sup>222</sup> Ibidem.

membros das Forças Armadas chinesas de que o PLA não deveria ser politizado e que teria que ser uma entidade afastada do Partido. Era necessário robustecer a certeza de que o PLA era o braço armado do PCC e que não deveria ser empregado somente contra as ameaças externas, mas também estar sempre pronto para salvaguardar a liderança do Partido e o sistema socialista.<sup>223</sup>

Quanto às ameaças externas, teóricos da Estratégia do PLA acompanharam e analisaram os principais conflitos que se desenrolavam nas décadas de 1980 e 1990, chegando à conclusão de que o modo de se fazer a guerra havia mudado. A antiga teoria de Mao Zedong de atrair o inimigo para o interior e atacá-lo com um grande contingente se tornara obsoleta. As guerras modernas haviam se tornado limitadas e eram travadas com armamento de alta tecnologia, fazendo-se muito uso da guerra eletrônica (GE) e de forças combinadas de terra, mar, ar e espaciais. Comando e Controle seriam centralizados, e as guerras seriam travadas com armas de última geração, como satélites e mísseis, sem contato entre as tropas beligerantes.

Marti (2021) considera que o início da transformação das Forças Armadas chinesas se deu quando Deng lançou a China em uma evolução econômica ocidentalizada, e a relação entre as Forças Armadas e o setor industrial foi essencial para esse soerguimento. Para ele, foi a comunhão do desenvolvimento econômico nacional e a modernização das Forças Armadas que tornaram a China rica e poderosa no cenário internacional.<sup>224</sup>

O desenvolvimento econômico culminou com uma forte dependência do mar, essencial para a manutenção do fluxo do seu comércio. Junto surgiram novos problemas ao se voltar para o mar: o velho problema da soberania de Taiwan, direitos marítimos e demarcação com seus vizinhos fronteiriços.<sup>225</sup>

## **2.5 – A Marinha do Exército de Libertação do Povo (People’s Liberation Army Navy – PLAN)**

McDevitt nos reporta que até a década de 1980 a PLAN era uma Marinha antiga com vários navios obsoletos. Tal era a precariedade dos seus navios, que um oficial da

---

<sup>223</sup> MARTI, 2021, p. 3165.

<sup>224</sup> Ibid., p. 3216.

<sup>225</sup> McDEVITT, 2020, p. 11.

Marinha dos Estados Unidos (EUA) à época a caracterizou como “uma Marinha de ‘lixo’, lamentavelmente amadora.”<sup>226</sup>

A partir de 1985, a PLAN iniciou uma série de viagens de visita a outros países e operações com as Marinhas desses países buscando aprimoramento. Nessas viagens pequenos problemas, como falhas nos equipamentos e necessidade de reabastecimento de alimentos foram facilmente superados pois essas viagens eram de curta duração, sem a permanência de vários dias no mar. Era a PLAN evoluindo paulatinamente, e McDevitt (2020) considerou que essas primeiras incursões significaram um importante aprendizado.

Oliveira (2019) considerou que três episódios foram fundamentais para o avanço da PLAN nesse período. O primeiro deles foi a avaliação de Deng sobre o PLA, visto anteriormente. Ele chegou à conclusão de que estas estavam mal preparadas e incapazes de se projetar em um conflito moderno e, além das unidades e armamento obsoletos, ainda apresentavam graves problemas de planejamento operacional, de tática, de comando e controle e de logística. Deng determinou ao PLA o estudo das operações militares estrangeiras, principalmente as ocidentais, na busca da sua evolução.<sup>227</sup>

O segundo episódio, ocorrido a partir de 1985, foi a decisão estratégica de não mais considerar a ameaça soviética como a principal meta de defesa do PLA, e que a mesma deveria se voltar para o aperfeiçoamento militar e tecnológico dos países no seu entorno e se preparar para enfrentar conflitos regionais de menor envergadura.

O terceiro episódio, possivelmente o mais decisivo, foi a resolução de Deng de nomear o Almirante Liu Huaqing (1919-2011) Comandante da Marinha do Exército de Libertação do Povo. Esse militar havia se aperfeiçoado na URSS e tinha passado toda a sua carreira até então na área de ciência e tecnologia do PLA e, mais importante, desfrutava da total confiança de Deng. Foi Comandante da PLAN entre 1982 e 1987, e sua influência sobre as decisões estratégicas manteve-se entre 1987 e 1997, enquanto esteve no cargo de Vice-Presidente do Comitê Militar Central do PCC. Segundo Oliveira:

Ele (almirante Liu Huaqing) foi o responsável em planejar e iniciar a modernização da PLAN em três estágios, cada qual adequado às capacidades estratégicas necessárias ao seu cumprimento, a *near-coast defense*, a *near-seas active defense* e deixando o caminho pavimentado para a *far-seas protection*.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> McDEVITT, 2020, p. 20.

<sup>227</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 32.

<sup>228</sup> Ibidem.

A seguir abordaremos, de forma sucinta, alguns desses conceitos para um melhor entendimento das estratégias navais inicialmente adotadas pela China a partir das reformas implementadas pelo almirante Liu sob o governo de Deng Xiaoping.

## 2.6 – Camadas de defesa

Proposto por Deng na Conferência do Comitê Permanente da PLAN em 1979, a near coast defense foi a partir daí aplicada pelo almirante Liu, sendo entendida como “defender ativamente, operando nos mares próximos.”<sup>229</sup> Consiste em uma estratégia de defesa de uma faixa de cerca de doze milhas náuticas (MN), que se estende para o mar a partir da costa da China, e de uma porção terrestre de cerca de 300 km de largura que se estende para o interior do litoral, onde as cidades política e economicamente importantes estão localizadas.

Devido à extensa linha de costa da China, a defesa naval estava amplamente focada nos estreitos e canais de importância estratégica, ou naqueles que poderiam ser explorados pelo inimigo que tentasse invadi-la pelo mar para conquistar alvos terrestres estrategicamente importantes. Esses locais incluem:

- o Estreito de Bohai, porta de entrada marítima para Tianjin e Pequim, e dizem respeito à segurança da costa norte;
- o Estreito de Taiwan, que se relaciona com a segurança da costa leste, a reunificação de Taiwan com o continente e a segurança das LCM ao redor daquela ilha; e
- o Estreito de Qiongzhou, que é central para garantir a Ilha de Hainan e a costa sul da China.

O almirante Liu considerava que essa Estratégia de defesa deveria ser aplicada em todos os ambientes da guerra, e que a guerra naval deveria se diferenciar da guerra terrestre. Contrariando a concepção estratégica vigente até então para a PLAN, que não chegava a operar até o limite das 200 milhas náuticas do litoral, Liu insistia que esses limites deveriam ser atingidos e ultrapassados, e que a área de operação da PLAN deveria ser estendida ao Mar Amarelo, aos Mares do Leste (Mar do Japão) e do Sul da China, ao Estreito de Taiwan e ao arquipélago das Ilhas Ryukyu.

Liu concebeu uma estratégia de operação para a PLAN estruturada em duas linhas defensivas. Nessa primeira, e como forma de causar menos impacto e conseguir adesão

---

<sup>229</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 32.



para as suas ideias, ele adaptava para o mar o conceito de defesa terrestre de Mao Zedong, tendo como marco limitador o que é hodiernamente conceituado como Primeira Cadeia de Ilhas.

Na sua segunda linha de defesa, a “near-seas active defense”, a ser implantada de acordo com a evolução estratégica e material da PLAN, ele estendia essa linha para a parte norte do Pacífico até a Segunda Cadeia de Ilhas, mudando de uma estratégia de defesa de costa para uma defesa realmente ativa. Mas o que são essas cadeias de ilhas utilizadas pelo Almirante Liu como referência para sua Estratégia?

A Primeira e a Segunda Cadeia de Ilhas se referem a um plano estratégico norte-americano de cercar a China com bases navais em ilhas ao seu redor para projetar Poder e restringir seu acesso ao mar. Foi criado em 1951 para conter o avanço marítimo da China e da então União Soviética. Curiosamente, o Brasil também é cercado por ilhas no Atlântico Sul pertencentes ao Reino Unido, em um total de oito, que poderiam impactar nas operações brasileiras mercantes e de pesquisa, principalmente com o Continente Africano e o Antártico, caso ficasse restrita a navegação nas suas proximidades.<sup>230</sup>

Ainda se referindo às teses do Comandante da PLAN, Oliveira (2019) argumenta que alguns pesquisadores consideram que essa Estratégia do almirante Liu em situar os perímetros de defesa e ataque nas cadeias de ilhas foi baseada nas teses do almirante Gorshkov, da Marinha soviética. Segundo Gorshkov, o estabelecimento da defesa em camadas dificulta a aproximação da Força invasora, permitindo o contra-ataque partindo dessas linhas ao mesmo tempo que possibilite que as defesas de costa tenham tempo para melhor se organizarem.

O próprio Oliveira (2019) desmistifica essa tese ao propor que a Estratégia do PLA, baseada na experiência adquirida em antigos conflitos, já se utilizava da divisão do campo de batalha. E se fundamenta nas definições de Gao Lan:

...um campo de batalha próximo e estreito, onde uma frente relativamente clara se desenvolveria para definir o engajamento dos dois lados, o que é conhecido como linha anterior; e um campo distante e vasto, onde os elementos do PLA podem manobrar e operar. Como esse segundo campo está fora, mas próximo aos flancos externos e à retaguarda do desdobramento do inimigo, essas manobras também são conhecidas como operações em linha externa.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Essas ilhas são: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Falklands/Malvinas. (Nota do Autor)

<sup>231</sup> LAN in OLIVEIRA, 2019, p. 33.

As Estratégias introduzidas pelo almirante Liu se traduzem em um programa de longo prazo com o objetivo de demonstrar como a PLAN poderia se desenvolver no mar e para o mar, além de demonstrar sua estreita ligação com os objetivos do PCC. Nelas foram identificados os objetivos, designadas áreas de responsabilidade e direcionadas tarefas e missões que deveriam contribuir com o avanço e o aperfeiçoamento dos interesses de segurança da China. Com isso, a PLAN foi reorganizada e foi criado o Corpo de Fuzileiros Navais. Também importante, além da ampliação de bases e centros logísticos, foi atualizado e ampliado o Sistema de Ensino Naval chinês. O resultado dessas mudanças estratégicas, a ampliação das preocupações marítimas e o incremento do comércio marítimo criaram a imprescindibilidade de uma Marinha forte, e recursos financeiros passaram a ser destinados para este fim.<sup>232</sup>

O almirante Liu considerava que a PLAN se utilizaria da estratégia “*near-seas active defense*” ao redor da Primeira Cadeia de Ilhas por um bom tempo, devido às limitações da sua Marinha. Ao mesmo tempo, sugeriu que o crescimento da economia chinesa se traduziria na necessidade do aumento do Poder Naval chinês, e isso somente seria alcançado com o desenvolvimento tecnológico, que permitiria a PLAN estender sua área de operação até a Segunda Cadeia de Ilhas. Para Liu, a partir do momento em que atingisse esse objetivo, a PLAN estaria utilizando a estratégia “*far-seas protection*” e poderia finalmente se considerar uma Marinha oceânica.<sup>233</sup>

Como citado anteriormente, a implosão da União Soviética em pequenas repúblicas tornou os Estados Unidos a única superpotência mundial. De igual modo, este evento ascendeu a China a potência regional de destaque, graças à expansão econômica que ocorria desde as mudanças de Deng Xiaoping. Essa expansão econômica incrementou o tráfego pelas linhas de comunicação marítimas, o que gerou, conseqüentemente, junto com uma maior disponibilidade de recursos, maiores investimentos no setor de Defesa, principalmente na PLAN, para garantir a manutenção e expansão do comércio marítimo. O setor de tecnologia foi o mais beneficiado, e com isso se permitiu um aumento de qualidade e capacidade dos meios navais e aéreos chineses, que se expandiram em tamanho, sofisticação, alcance e permanência.<sup>234</sup> Segundo Fernandes e Li:

Em dezembro de 2001 o então presidente Jiāng Zémín declarou que, embora continuasse implementando a estratégia *near-seas active*

---

<sup>232</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 34.

<sup>233</sup> LI in OLIVEIRA, 2019, p. 34.

<sup>234</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 35.

*defense*, a PLAN reforçaria as capacidades de defesa e operações em alto-mar. Depois, Hu Jintao sucedeu Jiang em 2002, enfatizando a necessidade de a PLAN fazer uma transição gradual para a defesa em “mares longínquos”, aumentando as capacidades de operações oceânicas. Em termos de escopo operacional as áreas marinhas adjacentes às bordas da Segunda Cadeia de Ilhas, bem como o espaço marítimo além dessa cadeia, foram englobadas pela definição da PLAN para “mares longínquos”, caracterizando uma vasta área que se estende do noroeste do oceano Pacífico ao leste do oceano Índico.<sup>235</sup>

Outro fator importante para a evolução da PLAN foi a mudança no pensamento estratégico, a partir do momento em que o Partido Comunista Chinês estabeleceu novos objetivos nacionais e definiu metas que permitiram o desenvolvimento de novas capacidades para a PLAN.<sup>236</sup> Isso permitiu um incremento nas capacidades navais da PLAN, que passou a realizar uma quantidade maior de exercícios e operações entre as suas esquadras até que, em finais de 2008, enviou um grupo-tarefa composto por dois navios-escolta e um navio de apoio logístico para realizar operações de combate à pirataria contra o tráfego mercante no Golfo de Áden. McDevitt (2020) considera esse como o marco inicial de projeção e transformação da PLAN em uma Marinha de águas azuis e da China como uma potência marítima.

Para se manter grupos-tarefa no mar se faz necessária toda uma rede de apoio, composta por toda uma infraestrutura em terra e capacidades multifuncionais de comando e controle, além de facilidades para atracação e apoio às tripulações (treinamento, fornecimento de todo material necessário para manutenção das tripulações e dos meios navais) surgindo o conceito de “Cidades de Marinha” (*haijun cheng*).<sup>237</sup> Para isso, a China começou a planejar a construção de bases navais e aeródromos que pudessem apoiar as áreas de operação da PLAN que estavam se expandindo, que agora e voltavam em direção ao Pacífico Ocidental e ao Oceano Índico, de forma a se integrar à estratégia econômica do “colar de pérolas”.<sup>238</sup> Oliveira apontou que:

Desde 2009, a PLAN expandiu suas operações além das tradicionais visitas a portos estrangeiros. Ela ampliou o escopo e a frequência de seus deslocamentos navais de longo alcance, exercícios militares e compromissos, sendo que as operações contra a pirataria no Golfo de Áden, treinamentos e exercícios internacionais, evacuações de não

<sup>235</sup> FERNANDES e LI in OLIVEIRA, 2019, p. 35.

<sup>236</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 35.

<sup>237</sup> FERNANDES in OLIVEIRA, 2019, p. 36.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 36. Colar de Pérolas (String of Pearls) é a designação nominativa que o Ocidente outorgou à estratégia chinesa de cercar o seu entorno marítimo, por meio da construção de diversas bases navais – inclusive em ilhas naturais e artificiais. (Nota do Autor).

combatentes na Líbia e operações de manutenção de paz na África sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a fazer parte da visão cada vez mais ambiciosa da China para expandir as atividades da PLAN e sua crescente influência global.<sup>239</sup>

Como citado acima, a PLAN ampliou suas viagens e frequência a portos estrangeiros e mudou o foco dessas missões, que deixaram de ser simples visitas para exercícios e operações navais mais robustas. Com o escopo de aumentar a visibilidade e o poder de influência da China no mundo, a PLAN passou a realizar com mais frequência deslocamentos navais de longo alcance, intensificou o combate à pirataria no Golfo de Áden, reforçou treinamentos e exercícios marítimos internacionais, realizando com sucesso a evacuação de civis chineses na Líbia e participando de operações de manutenção de paz da ONU na África.

Em agosto de 2017, fruto dessa mudança de estratégia, instalou sua primeira base militar fora do território chinês, em Djibuti, na costa da África. Essa instalação militar tem o objetivo de, além de apoiar as missões navais na costa da África, também projetar poder e dissuadir pela força militar,<sup>240</sup> seguindo os preceitos trazidos por Mahan (1918). Oficialmente as autoridades chinesas afirmaram à época que o objetivo da construção dessa base era simplesmente apoiar e proteger o transporte marítimo.<sup>241</sup> As instalações da base abrigavam cerca de 2.000 pessoas, grande parte fuzileiros navais, um hospital, pista de pouso com torre de controle e pátio para helicópteros, além de um píer com aproximadamente 450 metros de comprimento, capaz de abrigar dois navios aeródromos ou quatro submarinos nucleares. Essa base também serviu para o aumento da presença comercial da China na região e para o desenvolvimento de alguns países, através de empréstimos financeiros e investimentos da China, como para o próprio Djibuti e para a Etiópia.<sup>242</sup>

## **2.7 – O fundamento estratégico adotado pela China**

Observa-se que no processo de mudança da PLAN de uma Marinha costeira para uma Marinha de águas azuis, a despeito do trabalho de Deng Xiaoping e do almirante Liu

---

<sup>239</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 36.

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> McDEVITT, 2020, p. 163.

<sup>242</sup> Ibidem.

Huaqing, muitos dos estrategistas chineses estudaram e se basearam nas teses de Alfred Thayer Mahan.<sup>243</sup>

A China da década de 1980 se assemelhava muito aos Estados Unidos de Mahan na época do lançamento seu livro “The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783”. Era uma Nação emergente que via no mar, ao mesmo tempo, uma grande rota para expansão do seu comércio como também uma grande área de fragilidade que necessitava ser protegida e defendida.

Mahan considerava que o controle das linhas de comércio marítimo era fundamental para o bem-estar de qualquer Estado, e esse controle deveria sempre ser perseguido pois, segundo ele:

A profunda influência do comércio marítimo sobre a riqueza e a força dos países foi claramente vista muito antes dos verdadeiros princípios que regem seu crescimento e prosperidade serem detectados. Para garantir ao próprio povo uma parcela desproporcional desses benefícios, todos os esforços foram feitos para excluir outros, seja ou pelos métodos legislativos pacíficos do monopólio ou regulamentos proibitivos, ou, quando estes falharem, por violência direta. O choque de interesses, os sentimentos raivosos despertados por tentativas conflitantes, assim, de se apropriar da maior parcela, se não da totalidade, das vantagens do comércio, e de regiões comerciais distantes e ingratas, levaram a guerras.<sup>244</sup>

Assim, a China seguia os preceitos de Mahan de que todo Estado que se pretende grande deve garantir os seus interesses contra rivais e adversários tomando-se o controle do mar. É verdade que Deng Xiaoping, o almirante Hiu e seus estrategistas sabiam que não poderiam empreender uma batalha decisiva contra qualquer inimigo dispondo do equipamento e estratégia empregados pela PLAN naquele momento. Por esse motivo o almirante Hiu foi estruturando paulatinamente a PLAN, com forte apoio de Deng, que conseguiu mudar o pensamento dos líderes do PCC para aumentar os investimentos no PLA e na sua Marinha. Em um primeiro momento, a estratégia da PLAN determinada por Hiu foi dominar as águas dos Mares do Sul e do Leste da China, descendo do Japão, passando por Taiwan e Filipinas e descendo até Singapura e Malásia, formando um cinturão de proteção nessa que foi batizada pelos chineses como “Primeira Cadeia de Ilhas.”

---

<sup>243</sup> Vide item 1.2.

<sup>244</sup> MAHAN, 1918, p. 26

Dessa forma, seguiam os preceitos de Mahan que determinavam que uma grande potência necessitava de uma grande e poderosa Marinha, capaz de projetar poder sobre as rotas marítimas e garantir a segurança do comércio nacional. Até a base de Djibuti teve a necessidade da sua instalação baseada nesses ensinamentos de Mahan:

Os navios que, assim, navegam para lá e para cá devem ter portos seguros para onde retornar e devem, na medida do possível, ser seguidos pela proteção de seu país durante toda a viagem. Essa proteção em tempo de guerra deve ser estendida por transporte armado. A necessidade de uma marinha nasce, portanto, da existência de um transporte pacífico, e desaparece com ele, exceto no caso de uma nação que tem tendências agressivas, e mantém uma Marinha apenas como um ramo do estabelecimento militar.<sup>245</sup>

A ampliação dos interesses econômicos e políticos da China vieram a reboque do seu crescimento econômico. Porém também trouxeram à discussão a necessidade de energia para sustentar esse crescimento, que viu nas linhas de comunicação marítimas o canal para o envio de seus produtos para as diversas partes do mundo como também para o recebimento das commodities necessárias para o sustento desse desenvolvimento. O socialismo com “características chinesas” adotado por Deng possibilitou uma certa estabilidade social, elevou o padrão de vida dos cidadãos chineses e garantiu a livre circulação de bens, o que impulsionou o comércio. Segundo Nunes (2020), isto tornou-se uma questão crucial para a sobrevivência do próprio Partido Comunista Chinês.<sup>246</sup>

Mas ao se projetar para o mar a China encarou uma geografia que não lhe era favorável, por conta dos vários Estados insulares que a cercavam e a aprisionavam, com a necessidade de cruzar as águas desses Estados para ter acesso à navegação no Oceano Pacífico e no Índico. Estudiosos contemporâneos designam esses Estados insulares como uma “Muralha às avessas”, restringindo o uso das linhas de comunicação marítima pela China.<sup>247</sup> Para contornar essas dificuldades e alcançar a projeção militar que almejavam, os estrategistas chineses perceberam que não poderiam mais se utilizar das doutrinas estratégicas utilizadas pelo PLA até então, doutrinas essas baseadas nos ensinamentos de Confúcio (551-479 a.C.), Sun Tzu (544-496 a. C.) e por Mao Zedong (1893-1976), pois estas eram essencialmente destinadas ao uso terrestre e sua adaptação não se mostrava

---

<sup>245</sup> MAHAN, 1918, p. 49. (Tradução nossa).

<sup>246</sup> NUNES, Felipe Matias. **A estratégia naval da China no século XXI: uma análise sob a ótica Anti-Access/Area-Denial**. Dissertação para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval, 2020, p.25.

<sup>247</sup> Ibidem.

eficiente para a PLAN. Nessa fase inicial de transformação da PLAN e por essas teorias não se adaptarem às aspirações chinesas, Nunes (2020) considera que houve a necessidade dos estrategistas chineses buscarem os ensinamentos de Mahan e, em menor escala, as teses do almirante Gorshkov.

A trindade mahaniana<sup>248</sup> trazida por Almeida (2015) pode ser utilizada para justificar o crescimento da PLAN para apoiar o desenvolvimento comercial da China pois, como foi citado acima, esse desenvolvimento dependia de um abastecimento de commodities somado a uma exportação de bens manufaturados. Para apoiar essas operações, havia a necessidade de se ter uma Marinha forte, tanto Mercante como de Guerra, e também bases de apoio no exterior. Esses aspectos justificam a escolha dessas estratégias após os líderes da China estudarem as teses de Mahan, “em razão da teoria mahaniana ter profunda relação com as necessidades de um Estado em crescimento econômico, dependência energética e aquisição de insumos oriundos do estrangeiro.”<sup>249</sup> Nunes (2020) também ressalta que os ensinamentos de Mahan não foram seguidos à risca, pois obviamente houve a necessidade de serem adaptados às necessidades estratégicas chinesas da época.

A ascensão econômica da China proporcionou ao país o status de potência regional e internacional com capacidade de exercer influência nas áreas da economia e da política.<sup>250</sup> Para garantir sua influência e ao mesmo tempo poder usufruir das linhas de comunicação marítimas da Ásia-Pacífico, a China baseou suas reivindicações em três pilares básicos:

- o desenvolvimento pacífico;
- a conservação da soberania e restauração dos territórios; e
- o novo conceito de segurança.<sup>251</sup>

As reformas propostas por Deng Xiaoping e a abertura de mercado na China proporcionaram um rápido desenvolvimento comercial ao mesmo tempo em que era mantida uma postura internacional discreta, postura essa somente alterada após a ascensão de Xi Jinping ao poder.<sup>252</sup>

---

<sup>248</sup> Vide item 1.2. A “trindade mahaniana” é representada por forte economia produtiva, uma forte rede de transporte de bens através de navios mercantes (shipping) e a existência de pontos de trocas de produtos e base de apoio para navios. (Nota do Autor)

<sup>249</sup> NUNES, 2020, p. 28.

<sup>250</sup> U.S. Department of Defense, 2021.

<sup>251</sup> JESUS JÚNIOR e GODINHO, 2019, p. 794.

<sup>252</sup> Vide Capítulo 3.

Deng, como visto anteriormente, conhecia as capacidades da sua Marinha e, junto com o almirante Liu, engendrou um programa de desenvolvimento de médio prazo envolvendo estudo militar-naval e reforço na capacidade industrial e tecnológica naval, de modo a suprir as necessidades da PLAN que ainda não possui equipamento, tecnologia e treinamento condizentes com a estatura estratégica que deseja ascender. Segundo Moura e Stanzel:

Em termos estratégicos, isso significa que a China tinha como objetivo se adaptar à agenda internacional do pós Guerra Fria e ao multilateralismo, porém assumindo um papel discreto e se concentrando nas políticas domésticas de promoção do desenvolvimento econômico.<sup>253</sup>

O presidente Xi Jinping desde o início do seu mandato reiterou esse princípio, e considerou que o conhecimento e o entendimento mútuo eram o fundamento para se promover o desenvolvimento das relações entre os Estados.<sup>254</sup> Ele tinha insistido que os “fatos são mais eloquentes que as palavras”, ao afirmar que:

Nas últimas décadas, a China tem insistido consistentemente numa política externa pacífica de independência e autodeterminação e deixado sempre claro que sua política externa busca manter a paz no mundo e promover o desenvolvimento comum. A China tem afirmado em várias ocasiões que o país se opõe a qualquer forma de hegemonia e da política de força, que segue o princípio de não intervenção nos assuntos internos dos outros países e que jamais buscará a hegemonia e o expansionismo. Essa é a política que seguimos na prática. Ao mesmo tempo, a China vai defender firmemente a sua soberania, segurança e interesses de desenvolvimento. Nenhum país estrangeiro deve esperar que engulamos os frutos amargos que prejudiquem a nossa soberania, segurança e interesses de desenvolvimento.<sup>255</sup>

A soberania e a unidade de seu território são temas indiscutíveis para a política chinesa. A Constituição da China (1982) prega que “Formosa faz parte integrante do território sagrado da República Popular da China” e que é dever de todo o povo chinês levar a cabo a grande tarefa da reunificação da “Mãe Pátria”.<sup>256</sup>

Em seus pronunciamentos, o presidente Xi cita a Constituição chinesa ao lembrar que “o mais fundamental e essencial é salvaguardar a integridade territorial do país e a

---

<sup>253</sup> MOURA, 2015, STANZEL et al., 2017 in JESUS JÚNIOR e GODINHO, 2019, p. 794.

<sup>254</sup> JINPING, 2019, p. 319.

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 1982, p. 3.



soberania do Estado” porque “apesar de não se ter ainda concretizado a reunificação, a parte continental e Taiwan pertencem a uma só China e formam um todo inseparável.”<sup>257</sup>

Vê-se a tamanha importância do tema “reunificação de Taiwan” para o povo chinês que, culturalmente, não consegue reconhecer a independência de qualquer uma das suas regiões. A separação de Taiwan na Ilha de Formosa se tornando um Estado independente é inaceitável desde a era de Mao Zedong. Estrategicamente, está muito próxima da China continental e seria crítico pertencer a um país inimigo desta.

Com os problemas de fronteira terrestre de outrora e a constante ameaça representada pela URSS, a China pouco se voltou para a sua costa. Mesmo a ameaça surgida com os navegadores ocidentais e japoneses, que gerou a tomada de algumas cidades e o tão mal afamado “Século da Humilhação”, não surtiu o efeito de fazer os dirigentes da China se voltarem para a segurança marítima e reorganizarem a sua Marinha. Com as políticas governamentais continentais adotadas à época, voltadas para o interior da China, as cidades costeiras tinham pouca proteção e foram facilmente conquistadas. Não havia um fator decisivo para se estimular o comércio marítimo visto serem muito utilizadas na época as rotas comerciais pelas fronteiras norte e oeste da China.

A partir das ascensão de Deng, os líderes chineses perceberam a necessidade de fortalecer a PLAN para proteger as suas costas, garantir o comércio marítimo e recuperar áreas que a China considerava lhe pertencer para garantir seus interesses nacionais. As Estratégias para consolidar o alcance desses interesses nacionais incluem modernização nos equipamentos da PLAN, criação de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, onde são instaladas bases militares, e a tentativa de avançar a sua jurisdição marítima para além das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE)<sup>258</sup>. Eles reivindicam áreas que excedem os limites assegurados pelo Direito Internacional, fundamentando suas reivindicações em origens históricas, sustentando ter soberania e jurisdição sobre essa área de forma contínua e pacífica há muitos séculos.<sup>259</sup>

Buscando manter a estratégia de resolução pacífica dos litígios na área marítima, o presidente Xi Jinping observou em discurso na Universidade Nazarlayev, em Astana, Cazaquistão, em 7 de setembro de 2013:

---

<sup>257</sup> JINPING, 2019, p. 284.

<sup>258</sup> A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é um espaço além do Mar Territorial na qual os Estados costeiros possuem direitos e deveres, nomeadamente em relação à exploração de recursos naturais. (ZANELLA, 2017, p. 227)

<sup>259</sup> JESUS JÚNIOR e GODINHO, 2019, p. 799.

No que diz respeito às divergências e litígios existentes entre a China e alguns países do Sudeste Asiático em termos de soberania territorial e dos direitos marítimos, os envolvidos devem persistir sempre em resolver as divergências e litígios de maneira adequada, por via pacífica e através do diálogo em pé de igualdade e consultas amistosas, a fim de salvaguardar os interesses gerais das relações bilaterais e da estabilidade regional.<sup>260</sup>

De acordo com Jesus Júnior e Godinho (2019), a ascensão da China e sua projeção como potência emergente a faz oscilar suas relações políticas e estratégicas entre o *Hard Power* e o *Soft Power*<sup>261</sup>, variando de acordo com a percepção dos seus governantes em relação às ameaças, influências ou oportunidade de cooperação internacional.<sup>262</sup>

O colapso da URSS impulsionou uma ampliação na presença militar dos EUA no Mar do Sul da China e na sua circunvizinhança com o passar do tempo, e provocou na China a necessidade de remodelar suas políticas e estratégias navais e implementar um novo conceito de segurança que abarcasse a defesa da soberania chinesa, no tocante às águas jurisdicionais que considerava como suas. Também a imagem como a China era retratada pelos seus opositores preocupava e preocupa até os nossos dias a alta governança do país. O presidente Xi Jinping comentou que:

Diante do crescimento contínuo da China, algumas pessoas começam a ficar preocupadas; algumas veem a China através de óculos coloridos, acreditando que o país se tornará inevitavelmente uma ameaça à medida que se desenvolve; e alguns chegam mesmo a retratar a China como um terrível monstro que algum dia vai sugar a alma do mundo. Absurdo como esse não pode ser mais ridículo, mas algumas pessoas, lamentavelmente, nunca se cansam disso.<sup>263</sup>

Com a adoção desse novo conceito de segurança, houve a necessidade primordial de reestruturação do Exército de Libertação Popular em diversos níveis, com a aquisição de novos equipamentos e melhoramento do seu complexo militar. Xi Jinping (2019) assevera que a revitalização da Nação chinesa só foi alcançada com a coordenação entre a prosperidade do país e o fortalecimento das Forças Armadas, formando e consolidando uma defesa nacional sólida.<sup>264</sup>

---

<sup>260</sup> JINPING, 2019, p. 353.

<sup>261</sup> Hard Power é uma política caracterizada pelo uso do alto poderio militar de um Estado como estratégia de persuasão contra outros Estados. Já o Soft Power se utiliza de outros meios de persuasão não militares e sem uso da força. (Nota do Autor)

<sup>262</sup> JESUS JÚNIOR e GODINHO, 2019, p. 802.

<sup>263</sup> JINPING, 2019, p. 319.

<sup>264</sup> Ibid., p. 265.

Essas reformas proporcionaram um forte poder de dissuasão regional, contribuindo vigorosamente para o processo de projeção do poder militar da China no seu entorno, que ainda sofre reveses com a presença militar norte-americana por meio de bases e meios de guerra, que aumentaram consideravelmente a cada ano em que a China se fortalece, limitando-a ao norte pelo Japão e pela Coreia do Sul, ao sul por Austrália e Filipinas e a Ilha de Guam ocupando uma posição mais ao centro, formando a “Muralha às avessas”, citada no item 2.5, com a intenção de conter o desenvolvimento militar e econômico chinês.

## 2.8 – A China cresce frente ao Ocidente

Para Jesus Júnior e Godinho (2019) a tensão entre China e Taiwan, a cada ano mais acentuada, e as disputas por soberania e jurisdição nos Mares do Sul e do Leste da China justificam esse engrandecimento no efetivo das Forças Armadas norte-americanas na região, somadas à ameaça constante representada pela Coreia do Norte com armamento nuclear.<sup>265</sup>

Para tentar amenizar essa tensão com os EUA, em uma entrevista conjunta à imprensa internacional com o ex-presidente norte-americano Barack Obama, o presidente Xi Jinping frisou que:

O presidente Obama e eu consideramos que, ante o avanço da globalização econômica e a necessidade objetiva de todos os países ajudarem uns aos outros a superar as dificuldades, a China e os Estados Unidos devem e podem abrir um caminho diferente ao do passado que se caracterizava por confrontações e conflitos entre os grandes países. Concordamos em trabalhar conjuntamente para construir um novo modelo de relações entre os grandes países, com base no respeito mútuo e em uma cooperação ganha-ganha, beneficiando os nossos povos e os demais povos do mundo. A comunidade internacional, por sua vez, também espera uma melhoria e um desenvolvimento constante das relações sino-norte-americanas. Quando a China e os Estados Unidos mantiverem uma boa cooperação, poderão servir como lastros de barco para a estabilidade do mundo e como impulsores da paz mundial.<sup>266</sup>

Nota-se acima uma nova postura entre países em disputa, onde as perdas comerciais são mais levadas em conta do que as divergências militares ou políticas. A postura “pacífica” da China aparentemente busca dois objetivos: manter suas linhas de comércio em funcionamento e não iniciar um conflito com um adversário que pode

---

<sup>265</sup> JESUS JÚNIOR E GODINHO, 2019, p. 804.

<sup>266</sup> JINPING, 2019, p. 337.

revidar de forma contundente e prejudicial, nos remetendo às oscilações chinesas entre o *hard power* e o *soft power* observadas no item 2.5.

Cabral observa que para conter o avanço chinês o governo Obama tornou os EUA o maior investidor externo da Índia e reduziu seus investimentos na China, ao mesmo tempo em que estimularam empresas norte-americanas a deixarem este país e investirem em outros mercados na região, como Índia, Vietnã, Cingapura, Tailândia e Malásia. Porém esta iniciativa não obteve sucesso.<sup>267</sup>

Nos nossos dias, a República Popular da China, tal como a União Soviética de outrora, também parece constituir um enigma para algumas democracias ocidentais.<sup>268</sup> Alguns pesquisadores da geopolítica contemporânea como Kissinger, McDevitt, Till, Rato e Stuenkel, por exemplo, afirmam que nos últimos anos houve um grande período de mutação no ordenamento global.

Segundo esses pesquisadores, a nova carta estratégica internacional se encaminha do Atlântico para a Ásia-Pacífico. Alguns chegam a afirmar que a época do domínio ocidental se encerrou,<sup>269</sup> e que a nova ordem de distribuição de poder alterará, de alguma forma ainda não mensurável, a ordem liberal euro-americana estabelecida após a Primeira Grande Guerra. Nesse sentido, Stuenkel (2018) considera que a China seja o único país seriamente capaz de desafiar a ordem liderada pelo Ocidente.<sup>270</sup> Essa afirmativa é compartilhada por Rato (2020), que sentencia:

A imagem ocidental da China como “fábrica do mundo”, país importador de tecnologia avançada e incapaz de inovar, deu lugar à realidade de uma China em vias de consolidar a sua liderança em áreas tecnológicas cruciais para a nova economia, tais como a inteligência artificial (IA), a robótica e os automóveis autônomos. (...) As tensões em volta da inovação científica e tecnológica eram inseparáveis dos receios quanto à relação comercial entre a China e o Ocidente, em geral, e os Estados Unidos, em particular.<sup>271</sup>

No capítulo 3 veremos como se encontra a Marinha do Exército de Libertação Popular e sua disputa com os EUA e os seus países vizinhos, e como se desenvolveu sua Estratégia Naval nas décadas recentes. Veremos que as teses de Mahan foram

---

<sup>267</sup> CABRAL, Ricardo. **O Império contra-ataca: a nova estratégia de contenção**. Revista História Militar em Debate. Publicada em: 22 de julho de 2022. Disponível em: <https://historiamilitaremd debate.com.br/o-imperio-contra-ataca-a-nova-estrategia-de-contencao/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.

<sup>268</sup> RATO, 2020, p. 6.

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> STUENKEL, 2018, p.73.

<sup>271</sup> RATO, 2020, pp. 8 e 9.

aperfeiçoadas e que também foram estudadas as teses do teórico britânico da Estratégia Julian Stafford Corbett, que atualizou as teses de Mahan. Ao analisar as teses desses teóricos e de outros da atualidade, como Henry Kissinger, Michael A. McDevitt, Ian Speller, Geoffrey Till, entre outros, buscaremos compreender as Estratégias contemporâneas utilizadas pela China para manter e proteger suas águas jurisdicionais garantindo o seu comércio e sua soberania. Buscando a união na busca desse objetivo, o presidente Xi Jinping proclamou:

Os comitês do Partido e os governos em todos os níveis devem dar atenção e apoio à construção da defesa nacional e do Exército, reforçar a educação cívica sobre a defesa nacional e trabalhar para aumentar e consolidar a consciência de todo o povo sobre a defesa nacional, de maneira que toda a sociedade tenha um consenso ideológico e adote ações conjuntas para acompanhar, estimar, construir e salvaguardar a defesa nacional.<sup>272</sup>

Veremos que para atingir esse fim houve a necessidade de muito investir na Marinha do Exército de Libertação do Povo. Também serão analisadas no próximo capítulo as mudanças trazidas com a ascensão ao poder de Xi Jinping, que atualmente reúne as funções de Presidente da China, Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e Presidente do Comitê Militar Central, algo inédito na política chinesa desde a derrubada do Império da China. Assim como Deng Xiaoping, Xi trouxe profundas mudanças no meio político, econômico e militar chinês, e o seu “Sonho Chinês”<sup>273</sup> pode levar a China às glórias do seu passado imperial. Suas estratégias para a Marinha chinesa a tornaram a maior Marinha da Ásia e, segundo o Departamento de Defesa norte-americano, já pode ser considerada a maior Marinha do mundo em quantidade de meios<sup>274</sup>. Mas as aspirações de Xi se apresentam bem mais ousadas. Após adquirir um navio aeródromo soviético, construiu um novo com tecnologia nacional chinesa e um outro, mais moderno, já se encontra em construção. Além disso, a China também investe em navios de superfície e submarinos com propulsão nuclear, para confirmar sua hegemonia sobre os Mares do Sul e do Leste da China e salvaguardar a defesa nacional.

---

<sup>272</sup> JINPING, 2019, p. 269.

<sup>273</sup> Vide Capítulo 3.

<sup>274</sup> U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2021.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 – O Presidente Xi Jinping

Geoffrey Till considera que as questões de segurança devem ser tratadas de forma interconectada,<sup>275</sup> para que as ações ocorram de forma coordenada. Parece-nos que a China, compartilha desse preceito, pois atualmente o presidente Xi Jinping reúne as funções de Presidente da China, Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e Presidente do Comitê Militar Central, e desde a sua posse declarou que seu “Sonho Chinês” inclui um “forte sonho militar.”<sup>276</sup>

A realização da grande revitalização da nação chinesa é o maior sonho chinês desde o início dos tempos modernos. Pode-se dizer que este sonho significa o sonho do fortalecimento do país e, para o Exército, significa também o sonho do seu fortalecimento. Para alcançar a grande revitalização da nação chinesa, devemos persistir na coordenação entre a prosperidade do país e o fortalecimento das Forças Armadas.<sup>277</sup>

Xi Jinping era um nome desconhecido internacionalmente na política quando ascendeu ao Poder na China. É filho do ex-Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado Xi Zhongxun, que foi preso em 1968 durante o governo de Mao. Em consequência dessa prisão, sua família foi enviada para a zona rural para “reeducação”. Superando diversas adversidades Xi ingressou no PCC em 1974, e em 2007 foi nomeado Secretário do Comitê Municipal e também para o Comitê Permanente do Politburo, o núcleo duro da liderança do Partido.<sup>278</sup> Rapidamente alcançou projeção nacional ao obter grande sucesso com a reincorporação política de Macau e Hong Kong e com a supervisão geral dos Jogos Olímpicos na China em 2008.

Em 2012 substituiu Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido, iniciando uma campanha anticorrupção que retirou das fileiras do PCC aproximadamente um milhão de membros implicados em práticas ilegais.<sup>279</sup> Essa ação permitiu o retorno à confiança do povo no PCC e um melhor investimento nas reformas necessárias para o progresso da China. Apesar da China ter avançado visivelmente em vários setores no governo de Xi, muitos de seus opositores consideram que no seu governo houve um endurecimento do

---

<sup>275</sup> TILL, 2018, p. 308.

<sup>276</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 38.

<sup>277</sup> JINPING, 2019, p. 265.

<sup>278</sup> RATO, 2020, p. 135.

<sup>279</sup> Ibidem.

monopólio do poder do PCC e da exaltação da sua figura, o que não se via desde a era Mao. Alegam também que o combate à corrupção serviu para afastar seus adversários políticos, mas não se pode negar que sob Xi a China está se tornando uma potência no nível mundial em uma velocidade assombrosa. Nessa transformação chinesa, destacaremos a evolução da Marinha chinesa e as lições que poderemos buscar para o progresso da MB.

Dando continuidade às reformas no Exército de Libertação do Povo (Popular Liberation Army – PLA, em inglês) iniciadas com Deng Xiaoping, Xi Jinping empreendeu a implantação de reformas com a intenção de tornar as Forças Armadas Chinesas mais enxutas e mais letais, com melhores condições de conduzir Operações Conjuntas modernas e, com isso, ter pretensões de competir com as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA). Foram estabelecidos Comandos Conjuntos de Teatros de Operações e um novo Estado-Maior conjunto e reorganizados os departamentos das Forças Armadas no Comitê Militar Central, de forma a prover uma melhor integração e uma resposta mais ágil em caso de conflitos. Segundo Oliveira:

As reformas estruturais também estabeleceram um quartel-general separado do PLA, elevaram a força de mísseis da China ao status de Força Armada, ao estabelecer a Força de Foguetes Estratégicos, unificaram as capacidades espaciais e cibernéticas da China sob a Força de Suporte Estratégico e criaram uma Força de Apoio Conjunto para coordenar o apoio ao PLA. Contudo, talvez a mais significativa decisão foi a de colocar o Exército, que tradicionalmente desempenhou um papel dominante na liderança do PLA, em “pé de igualdade” com os outros serviços.<sup>280</sup>

### **3.2 – A composição da Marinha do Exército de Libertação do Povo**

Baseado na forte tradição militar terrestre chinesa, o Exército de Libertação do Povo (PLA) é a designação genérica que engloba todas as Forças Armadas da China, inclusive sua Marinha (Marinha do Exército de Libertação do Povo – PLAN, em inglês). A PLAN é dividida da seguinte forma:

- 1 – Quartel-general do Comando, em Beijing, responsável pelo comando operacional, treinamento, comunicações e demais assuntos militares;
- 2 – Departamento de Política da Marinha, encarregado da propaganda, educação, normas e disciplina; e

---

<sup>280</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 38.

3 – Departamento de Material da Marinha, com responsabilidade sobre pesquisa, desenvolvimento e manutenção dos meios navais e aéreos da PLAN, além dos armamentos e demais equipamentos.<sup>281</sup>

A PLAN se divide em três Esquadras:

- A Esquadra do Norte, sediada em Qingdao, possuindo um Comando de Aviação Naval, responsável pelo Mar de Bohai e pelo Mar Amarelo;
- A Esquadra do Leste, sediada em Ningbo e que também possui um Comando de Aviação Naval, tendo incumbência sobre o Mar do Leste da China. Essa foi a primeira esquadra da PLAN; e
- A Esquadra do Sul, em Guangdong, é a maior das Esquadras chinesas e tem sob sua responsabilidade o Mar do Sul da China.<sup>282</sup>

Além dessa divisão em Esquadras, a PLAN também se divide em cinco serviços ou corpos:

- Força de Superfície;
- Força de Submarinos;
- Força Aeronaval;
- Corpo de Fuzileiros Navais; e
- Força de Defesa Costeira, composta de canhões e mísseis distribuídos pela costa chinesa e por suas ilhas.

### 3.3 – A Defesa Nacional da China na Nova Era

Segundo o White Paper lançado em 2019, “A Defesa Nacional da China na Nova Era”, a China oficialmente busca manter uma política puramente defensiva, fazendo esforços políticos, diplomáticos e econômicos para promover a harmonia entre os povos e o desenvolvimento mundial. Segundo esse documento, a China adere a uma Estratégia Militar de defesa, autodefesa e resposta pós-ataque, e adota a defesa ativa, nunca atacando a menos que seja atacada. Mas enfatiza que, se for atacada, com certeza contra-atacará.<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 39.

<sup>282</sup> Ibidem.

<sup>283</sup> REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC). **Livro Branco de Defesa de 2019**. Título original: **China's National Defense in the New Era**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2019. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.



A China considera que para seu engrandecimento necessita coordenar o desenvolvimento da economia e da Defesa Nacional, de forma que a estratégia de desenvolvimento nacional não se desassocie da Estratégia de Defesa Nacional. A China considera a defesa nacional como parte integrante do seu desenvolvimento social e econômico.<sup>284</sup> E ainda enfrenta as disputas territoriais com os países vizinhos. Nesse sentido, Till (2018) afirma que a soberania precisa ser afirmada, exercida e defendida, e que os problemas de soberania são mais evidentes no Mar da China Meridional, onde as reivindicações são baseadas em características históricas, legais e físicas.<sup>285</sup>

A China alega que está vivendo um momento importante de oportunidades para o progresso do país. Porém, ressalta que essas mesmas oportunidades trazem múltiplas e complexas ameaças à segurança, trazendo à tona questões relacionadas à subsistência do povo e ao desenvolvimento do país. O seu próprio ritmo de desenvolvimento aumenta a presença norte-americana na região Ásia-Pacífico, desejosa do retorno ao *status quo ante*, quando era a única potência dominante após a queda da URSS. McDevitt (2020) considera que possa ter havido uma falha estratégica na presença de norte-americanos na área, pois essa presença muito contribuiu para acelerar o engrandecimento da PLAN. Sobre esse assunto, Cabral considera que:

Desde 1998 as empresas norte-americanas aceleraram a transferências de plantas industriais para o território chinês aproveitando as vantagens oferecidas por Beijing em determinadas áreas do país, as Zonas Econômicas Especiais (baixíssimos salários, mão de obra qualificada, boa infraestrutura, mercado livre praticamente sem regulação e regulamentação, câmbio depreciado, liberdade e liquidez para grandes investimentos com apoio do governo). A liberdade que os chineses concediam, significou o desrespeito a patentes dos produtos fabricados nas ZEE, que por muitos anos ficaram limitadas ao mercado interno, como em um processo de aprendizagem, utilizando engenharia reversa e se aproveitando do conhecimento adquirido na implantação e no gerenciamento das plataformas industriais. Em paralelo, grandes investimentos na formação de mão de obra especializada e qualificada nas escolas técnicas e universidades do país. A educação foi e é alvo de vultuosos investimentos.<sup>286</sup>

Mas a presença norte-americana não se configura para a China como a única ameaça à sua segurança nacional. Till (2018) diversas vezes afirmou que os oceanos e os

---

<sup>284</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 39.

<sup>285</sup> TILL, 2018, p. 330.

<sup>286</sup> CABRAL, Ricardo. **O Dragão Chinês desafia a república imperial norte-americana**. Revista História Militar em Debate. Publicada em: 07 de agosto de 2022. Disponível em: <https://historiamilitaremd debate.com.br/o-dragao-chines-desafia-a-republica-imperial-norte-americana/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.

países costeiros se encontram em constante ameaça. A pirataria e o terrorismo, as epidemias e os desastres naturais também são eventos com os quais a PLAN tem que lidar. Para enfrentá-los, as Forças Armadas chinesas procuram incrementar a preparação militar e aprimorar as capacidades de combate, elaborando uma Estratégia Naval equilibrada e estável, se concentrando na defesa e coordenando vários domínios, e aderindo aos princípios da flexibilidade, mobilidade e interdependência. “Com base na ideia de que a defesa nacional da China é responsabilidade de todo o povo chinês, as Forças Armadas da China dão pleno uso ao poder geral de guerra popular, inovando em suas estratégias, táticas e medidas.”<sup>287</sup>

Quanto à questão do uso de armamento nuclear, a China ressalta que não iniciará nenhum conflito com este tipo de armamento, “em nenhum momento e em nenhuma circunstância”, nem ameaçará Estados sem este tipo de armamento ou o utilizará em zonas livres de armas nucleares. Ressalta não se envolver em corrida armamentista nuclear e mantém seu arsenal no mínimo necessário para a sua segurança, se utilizando do princípio da autodefesa para dissuadir outros Estados a usar ou ameaçar usar armas nucleares contra a China.<sup>288</sup>

A China considera que para construir uma Defesa Nacional fortificada e um Exército forte, que reflita a posição internacional do país juntamente com seus interesses de segurança, se faz necessária uma Estratégia de modernização que reflita as mudanças propostas por Xi Jinping, que incluem mecanização, informatização e desenvolvimento de capacidades para cumprir as missões e tarefas que os novos tempos apresentam. Para isso, três objetivos estratégicos para o desenvolvimento da Defesa Nacional e Militar devem ser buscados para se alcançar o “Sonho Chinês”:

- Mecanização geral até o ano de 2020 com informatização significativamente aprimorada e capacidades estratégicas muito aprimoradas;
- Avanços de forma abrangente na modernização da teoria militar, estrutura organizacional, pessoal militar e armamento e equipamentos em sintonia com a modernização do país e basicamente completar a modernização de defesa nacional e das Forças Armadas até 2035; e

---

<sup>287</sup> RPC, 2019, p. 7.

<sup>288</sup> Ibid., p. 8.

- Transformação total das Forças Armadas Populares em Forças de classe mundial até meados do século XXI.<sup>289</sup>

O “Sonho Chinês” necessita de uma PLAN forte que contribua para a estabilidade e a paz mundial, aprofundando a cooperação multilateral de segurança, onde todos estejam comprometidos com o princípio da cooperação ganha-ganha.<sup>290</sup> A China garante que participa de operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), na assistência humanitária e socorro à desastres, colabora na segurança das linhas de comunicação marítimas (LCM) internacionais e se esforça para responder conjuntamente aos desafios globais oriundos do terrorismo, da segurança cibernética e dos grandes desastres naturais. Till (2018) considera que a segurança no mar está intimamente ligada com a colaboração marítima internacional, visto que a interação é necessária para se opor aos desafios que constantemente se apresentam no ambiente marítimo.<sup>291</sup>

No âmbito interno, a China considera que suas Forças Armadas devem cumprir missões e tarefas oriundas do PCC e do povo para atender as demandas estratégicas de segurança e desenvolvimento nacional. Aqui é reforçado que as Forças Armadas são o braço armado do PCC, e para garantir a estabilidade do país sua obediência ao Partido deve ser total.

Com uma fronteira terrestre de mais de 22.000 Km, um litoral de mais de 18.000Km,<sup>292</sup> e com um grande número de países com os quais faz fronteira, a China tem uma grande preocupação com a segurança dos seus limites, principalmente os marítimos, o que compele suas Forças Armadas a manter atenção constante contra invasões e salvaguardar a soberania. E como pudemos observar anteriormente nas palavras de Till, a soberania necessita ser afirmada e defendida constantemente.

A China assinou acordos de cooperação de fronteira com 9 países vizinhos e estabeleceu mecanismos de encontro fronteiriço com 12 países.<sup>293</sup> O PLA firmou intercâmbio com seus países vizinhos em três níveis (Ministério da Defesa, Comandos de Teatro [TCs] e tropas de fronteira) e realiza visitas mútuas, patrulhas e exercícios conjuntos com esses países para combater crimes transnacionais. Já existem acordos com

---

<sup>289</sup> RPC, 2019, p. 8. Alguns desses objetivos tiveram que ser revisados por conta da pandemia de Covid-19. (Nota do Autor).

<sup>290</sup> É um princípio no qual as partes envolvidas são beneficiadas através do cooperativismo. (Nota do Autor).

<sup>291</sup> TILL, 2018, p. 308.

<sup>292</sup> RPC, 2019, p. 10.

<sup>293</sup> Ibidem.

Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão para implementar um tratado de desarmamento de fronteira entre esses países. Acordo semelhante está sendo negociado com a Índia. Já a fronteira do Afeganistão necessita de constante controle por conta da infiltração de terroristas. Também há o serviço de busca e limpeza de minas e outros artefatos explosivos ao longo das fronteiras do Vietnã e de Myanmar.

A China relembra que suas Forças Armadas defendem águas, ilhas e recifes importantes no Mar da China Oriental, Mar da China Meridional e no Mar Amarelo, realizando operações conjuntas de proteção de direitos e aplicação da lei, tendo sido realizadas mais de 4.600 patrulhas de segurança marítima e mais de 72.000 operações de proteção de direitos e aplicação da lei entre 2012 e 2019,<sup>294</sup> envolvendo defesa aérea, reconhecimento e alerta antecipado por meio do monitoramento do espaço aéreo territorial e periférico chinês. A China ressalta que um dos objetivos, entre outros desse fortalecimento da preparação militar com ênfase no mar, é salvaguardar a unidade nacional, pois ao fazer patrulhas marítimas e aéreas ao redor de Taiwan enviam um forte aviso às forças separatistas que agem na ilha. A China não considera Taiwan um país independente, mas uma província rebelde que logo se reincorporará ao Sonho Chinês de “um só país, dois sistemas”, a exemplo de Macau e Hong Kong.

A responsabilidade por manter as Forças Armadas Chinesas em prontidão para o combate, por meio de exercícios regulares e inspeções, cabe conjuntamente ao Comitê Militar Central e aos comandos de operações conjuntas dos Comandos de Teatro (TC), que sempre realizam inspeções surpresa. Os exercícios buscam sempre uma maior aproximação com a realidade, de forma a manter as Forças Armadas chinesas com o mais alto nível de prontidão. Como incentivo, são realizados concursos e competições para incentivar oficiais e soldados a se manterem motivados.<sup>295</sup> A PLAN ampliou sua área de treinamento no mar e implantou a força-tarefa de porta-aviões para seu primeiro exercício de combate em mares distantes do Pacífico Ocidental.<sup>296</sup>

A China considera que a base para garantir a soberania e a segurança nacionais é a sua capacidade nuclear, que é o principal fator de dissuasão estratégica, capaz de proteger a segurança estratégica nacional e manter a estabilidade estratégica internacional. Da mesma forma, o espaço exterior assumiu um papel crítico na competição estratégica internacional, e sua segurança permite o desenvolvimento

---

<sup>294</sup> RPC, 2019, p. 10.

<sup>295</sup> Ibid., p. 11.

<sup>296</sup> Ibid., p. 12.

nacional e social. Nesse sentido, a China tem participado do desenvolvimento de tecnologias e capacidades espaciais, contribuindo de forma ativa com a comunidade espacial internacional, com o intuito de garantir a capacidade de entrar, sair e usar abertamente o espaço sideral.<sup>297</sup>

Igualmente a China também considera o ciberespaço como uma área fundamental para a segurança nacional, o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Para combater a ameaça global representada por essa ameaça cibernética as Forças Armadas têm investido nas suas capacidades, desenvolvendo meios de segurança e de defesa cibernética, de forma a combater prontamente qualquer invasão de rede, visando a proteção das informações e a garantia da soberania cibernética nacional. Hoje percebemos que todas as atividades, mesmo as mais triviais, estão ligadas ao ciberespaço, e qualquer invasão pode causar grandes prejuízos materiais e financeiros.

Atualmente podemos perceber que a PLAN investe ativamente na segurança internacional e na salvaguarda dos interesses externos da China, tendo como uma das suas missões prover a segurança e proteger os direitos e os interesses dos cidadãos, organizações e instituições chinesas nos diversos países do mundo. Para atingir esse objetivo, a China tem construído instalações logísticas no exterior e aprimora as capacidades de defesa das linhas de comunicação marítimas e coopera em missões com Marinhas dos mais diversos países. Como exemplo, cita-se a construção da base naval de Djibuti em 2017, que além de oferecer apoio logístico à PLAN também apoia a comunidade local. Em 2015, realizou a evacuação de 621 cidadãos chineses do Iêmen, quando a situação política nesse país se tornou tão grave que a PLAN necessitou navegar pelo Golfo de Áden, atracar pela primeira vez em uma área de engajamento e retirar seus cidadãos juntamente com outras 271 pessoas de outros países, incluindo Paquistão, Etiópia, Singapura, Itália, Polônia, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Índia e Japão.<sup>298</sup>

Cabral (2023) nos traz a notícia de que a China poderia construir uma base naval em Ushuaia, na Argentina. Essa base se localizaria em uma região de passagem do Oceano Pacífico para o Atlântico, o que representa um grande poder de influência para a PLAN nessa região próxima a Antártida. A China já opera, também na Argentina, a base espacial de Neuquén.<sup>299</sup>

---

<sup>297</sup> RPC, 2019, p. 13.

<sup>298</sup> Ibid., p. 14.

<sup>299</sup> CABRAL, Ricardo e DRUMMOND, Pedro. **A expansão chinesa no Atlântico Sul e a construção da base naval chinesa em Ushuaia**. Revista História Militar em Debate. Publicada em: 17 de janeiro de 2023.

Atualmente a PLAN é considerada o principal serviço estratégico do PLA por conta de todas as tarefas nas quais é empregada, garantindo a soberania e a segurança marítima da China. É observado que a PLAN gradualmente alterou sua estratégia *near-seas active defense* para uma fusão desta com a estratégia *far-seas protection*, com a intenção de aumentar suas capacidades de dissuasão estratégica, contra-ataque e operações conjuntas no mar, construindo uma força de combate marítima combinada, multifuncional e eficiente. A estratégia *near-seas active defense* prioriza a defesa dos interesses marítimos imediatos da China, principalmente pela necessidade de construir um Poder Marítimo que lhe permita projeção de poder e inserção internacional nas disputas territoriais e jurisdicionais marítimas do seu entorno estratégico. Já a estratégia *far-seas protection* visa permitir a proteção das linhas de comunicação marítimas e das empresas e ativos chineses no exterior, além de garantir a chegada de proteínas, metais, minerais, componentes diversos, entre outros, para a indústria chinesa e o livre trânsito do seu comércio.<sup>300</sup>

Oliveira (2019) ressalta que as reformas implementadas por Xi Jinping não apenas deram continuidade ao legado de Deng Xiaoping, mas as complementaram, ao afirmar que:

Assim, observa-se que a China dá claros sinais de que está se afastando de uma Estratégia Naval apoiada apenas em submarinos e mísseis baseados em terra para uma solução composta, que engloba esses meios, mas também submarinos nucleares de ataque e robustas forças de superfície nucleadas em navios-aeródromo, operando onde se fizerem necessárias.<sup>301</sup>

O'Rourke (2018) considera que o esforço da China está orientado para o desenvolvimento de capacidades para:

- abordar militarmente a questão da independência de Taiwan;
- pleitear as reivindicações chinesas nos Mares do Sul e do Leste da China e, de um modo geral, alcançar um maior grau de Controle da Área Marítima;
- reforçar a visão internacional de que a China tem o direito de regulamentar as atividades militares estrangeiras em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas náuticas (NM);

---

Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/a-expansao-chinesa-no-atlantico-sul-e-a-construcao-da-base-naval-chinesa-em-ushuaia/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.

<sup>300</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 41.

<sup>301</sup> Ibid., p. 42.

- defender as suas linhas de comunicação marítimas, principalmente aquelas que a ligam ao Golfo Pérsico;
- mitigar a influência norte-americana na região; e
- afirmar o status da China como principal potência regional, bem como seu maior espaço como potência mundial.<sup>302</sup>

Da análise do White Paper atual podemos depreender, em consonância com estudos de Oliveira (2019), que este reitera a Estratégia Naval já citada em White Papers anteriores. Analisa também geopoliticamente seu entorno estratégico, fazendo contraponto de cada tópico apresentado por documentos dos EUA que analisam as estratégias e condutas da China, deixando claro que a China está atenta ao aumento da tensão na região e reconhece, mesmo que não diretamente, que seu grande rival são os EUA.<sup>303</sup>

### **3.4 – A Estratégia Anti-Access / Area Denial (A2/AD)**

Com bases militares no exterior e grande poderio naval, os EUA mantiveram Forças Navais na Europa e na Ásia durante a Guerra Fria com intenção de conter a URSS. Como esta não tinha condições de enfrentar a Marinha norte-americana em igualdade de condições, se viu forçada a negar o uso do mar àquela Marinha. Este fato justificaria, segundo estudiosos da Estratégia, a opção da Marinha Soviética por submarinos, convencionais e nucleares, minas, bombardeiros de longo alcance, mísseis de cruzeiro e balísticos, que modernamente são considerados como elementos da Estratégia A2/AD. Nesse sentido, Till nos lembra que Corbett afirmava que o objetivo da guerra naval deve ser assegurar o comando do mar ou impedir que o inimigo o assegure.<sup>304</sup>

Com o colapso da URSS e a ascensão dos EUA como única potência global, nenhum país encontrava-se em condições de enfrentar o poderio militar norte-americano diretamente. Diante desse fato, os estrategistas dos diversos países passaram a se ocupar em abordagens diferentes da guerra convencional, as chamadas guerras assimétricas, quando uma Força é mais poderosa e melhor equipada militarmente do que a outra. Outro fator determinante foi o progresso das tecnologias militares e a facilidade da sua difusão,

---

<sup>302</sup> O'ROURKE, Ronald. **China naval modernization: implications for U.S. Navy capabilities**. Washington: Congressional Research Service, 2018. p. 7

<sup>303</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 42.

<sup>304</sup> TILL, 2018, p. 191.

o que muito contribui para que essas abordagens fossem implementadas. Diante dessas novas técnicas e tecnologias, a Marinha dos EUA (US Navy) passou a se preocupar em como isso poderia afetar a sua liberdade de manobra e iniciou a realização de estudos visando garantir o seu acesso onde precisasse estar.<sup>305</sup>

Nunes (2020) considera que o conceito de estratégia A2/AD carrega, no seu desenvolvimento, a interpretação que os EUA têm de como os seus possíveis oponentes enfrentarão o desafio de superar a sua hegemonia militar, não representando, obviamente, o pensamento estratégico naval dos demais Estados.<sup>306</sup> Seria uma projeção de qual e como se apresentaria uma ameaça oriunda de um oponente aos EUA, baseada em estudos e simulações.

A primeira menção sobre o conceito dessa Estratégia surgiu nos centros de pesquisas norte-americanos que consideravam que, diante da sua inferioridade militar e da incapacidade de dominarem os ambientes marítimo, aéreo, espacial e da informação, os oponentes buscariam formas de negar esse acesso aos EUA. Esses centros de pesquisa chegaram à essa conclusão baseados na alta probabilidade de vitória, caso fosse garantido o acesso de Forças dos EUA a locais de conflito, em virtude da sua superioridade militar em um conflito convencional. Em tal situação, as Forças opositoras deveriam possuir a capacidade de impossibilitar ou atrasar o emprego de meios dos EUA na zona do conflito.<sup>307</sup> Nesse sentido, Nunes apresenta a visão do Departamento de Defesa dos EUA:

Em 2012, o Departamento de Defesa dos EUA (DoD) publicou o conceito de acesso operacional conjunto (JOAC), no qual definiu formalmente a estratégia A2/AD na visão das Forças Armadas estadunidenses. Nesse documento ela é descrita como:

Antiacesso – tais capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para evitar que um inimigo avançado entre em uma área de operações;  
Negação de área – tais capacidades, geralmente de curto alcance, projetadas não para manter o inimigo fora, mas para limitar sua liberdade de ação dentro da área de operações.<sup>308</sup>

Pelo conceito apresentado, se observa que esse pensamento estratégico está ligado ao opositor com menor poder ofensivo, que se utilizaria dessa postura defensiva diante da pouca possibilidade de vitória em um conflito convencional. Seriam estratégias que impediriam uma força de operar dentro, perto ou em torno de uma área contestada.<sup>309</sup>

---

<sup>305</sup> SPELLER, 2019, p. 118.

<sup>306</sup> NUNES, 2020, p. 15.

<sup>307</sup> Ibid., p. 16.

<sup>308</sup> Ibidem.

<sup>309</sup> Ibid., p. 17.



Ao se conjecturar em adotar uma estratégia A2/AD, cinco elementos devem ser levados em consideração com o intuito de definir e determinar o ambiente estratégico, a tomada de decisão e o resultado do conflito em si.<sup>310</sup>

O primeiro elemento a ser levado em conta para se adotar uma estratégia A2/AD seria a percepção de que o oponente possui superioridade estratégica sobre as suas Forças, seja essa superioridade militar, política, diplomática ou econômica. O oponente, nesse caso, deve possuir uma capacidade militar superior à nossa. Nesse ponto, não há como não considerar os EUA superiores à todas as Forças do mundo.

No segundo elemento, destaca-se a primazia da geografia. Significa dizer que, se o Estado que adota a Estratégia A2/AD tem maior facilidade de acesso às características regionais do seu entorno, poderá se valer dessa condição para restringir as ações do oponente e retardar seus movimentos. Se conhecermos a geografia do nosso litoral, temos melhores condições de usar essas características a nosso favor. Talvez nesse elemento reside a grande preocupação da China com a independência de Taiwan e sua aproximação com os EUA, pois seria extremamente perigoso ter uma base norte-americana, por exemplo, em uma ilha tão próxima.

Permanecendo no fator da geografia, surge o terceiro elemento, a predominância geral do domínio marítimo dentro do Teatro de Operações. Isso significa dizer que, dentro dos grandes espaços que os mares proporcionam e do reduzido número de pontos para defesa, a Força Armada estrategicamente superior teria melhores condições de projetar o seu poder. Nesse ponto reside o sucesso de uma estratégia A2/AD, não permitindo que o oponente se utilize do mar sem oposição. Isso pode justificar o grande investimento que a China tem feito na PLAN nas últimas décadas.

O quarto elemento diz respeito a negar informações ao inimigo e despistá-lo, fazendo uso da criticidade da informação e da inteligência. Para isso, o Estado que estiver empregando a estratégia A2/AD deverá conhecer bem os fatores e as condições do ambiente onde adotará essa Estratégia. Pode ser essa a justificativa para a China ter investido muito em guerra eletrônica e na cibernética nos últimos anos.

Finalmente, o quinto elemento refere-se ao impacto determinante de eventos extrínsecos. Não estão relacionados diretamente com a campanha militar, mas dizem respeito a cenários que ainda não se tornaram conflitos ou situações não militares que não recebam atenção pelo oponente. Apesar de ser o fator menos reconhecido pelos

---

<sup>310</sup> NUNES, 2020, p. 19.

estrategistas que se utilizam de A2/AD, Nunes considera que seria muito relevante para o poder estrategicamente inferior atingir a vitória.<sup>311</sup> Poderíamos citar aqui o desenvolvimento econômico e industrial, principalmente da indústria naval, apresentado pela China nos últimos anos.

Segundo Tangredi (2013), os elementos vistos acima concorreriam para que o opositor estrategicamente superior perdesse a vontade de lutar, seja pelo custo-benefício de manter uma campanha que pode ser demorada, pelo recrudescimento de crises em outras regiões ou por uma instabilidade política interna gerada pelo desenrolar moroso dos acontecimentos. Tudo isso permitiria ao Estado que adotou a estratégia A2/AD atingir seus objetivos.<sup>312</sup> Nas palavras de Nunes:

Isso posto, conclui-se que para uma estratégia A2/AD atingir os objetivos estabelecidos pelo poder o qual decidiu empregá-la, deverá enfatizar todos os aspectos, adaptando a importância relativa entre esses elementos e os meios disponíveis, conforme a situação em vigor.<sup>313</sup>

As principais ações a serem empregadas por um país que queira se utilizar da estratégia A2/AD como forma de defesa, entre outras, seriam:

- impedir o uso de bases de países aliados ao inimigo;
- negar o acesso geográfico;
- atacar bases e centros logísticos do inimigo;
- utilizar bloqueadores de GPS;
- destruir ou inutilizar satélites inimigos;
- se utilizar de alta mobilidade e dispersão;
- empregar furtividade (stealth);
- utilizar despistamento estratégico, operacional e tático; e
- efetuar ataques eletrônico e cibernético.<sup>314</sup>

Verifica-se que a implementação dessa Estratégia requer um investimento significativo em recursos tecnológicos. Como o acesso a esse tipo de tecnologia está cada dia mais facilitado, mais países têm a possibilidade de obter esses recursos para serem utilizados em suas estratégias defensivas. Pelos estudos de Till (2018) percebemos uma grande preocupação da Marinha norte-americana com essa facilidade de acesso à tecnologia por parte dos Estados com menores recursos. Ele considera que a capacidade

---

<sup>311</sup> NUNES, 2020, p. 20.

<sup>312</sup> TANGREDI in NUNES, 2020, p. 21.

<sup>313</sup> NUNES, 2020, p. 21.

<sup>314</sup> Ibid., p. 22.

de negação do mar tem aumentado na medida em que alguns países estão adquirindo a capacidade de infringir danos assimétricos a oponentes mais poderosos.<sup>315</sup>

Till (2018) mais uma vez cita Corbett ao afirmar que impedir alguém de fazer algo não quer dizer que você possa fazê-lo. E nos traz o exemplo da própria China que, para negar o uso do mar por países oponentes, teve que desenvolver uma gama de capacidades técnico-militares de forma a dissuadir esses países oponentes de tentar alguma ação agressiva.<sup>316</sup> Esse autor considera que a negação do mar pode levar o país que utiliza essa Estratégia a obter o controle do mar. Como a China tem adotado, extraoficialmente, este tipo de Estratégia, a Marinha dos EUA tem buscado soluções que poderiam ser agrupadas como “controle offshore” (ou controle arquipelágico). Till aponta que:

Resumidamente, o objetivo do controle offshore é primeiro evitar a escalada e o perigo operacional dos navios de guerra da Marinha dos EUA enfrentando a Marinha Chinesa dentro da primeira cadeia de ilhas, que pode ser considerado altamente perigoso, enquanto encontra maneiras alternativas de restringir seriamente a atividade naval chinesa dentro dessa cadeia.<sup>317</sup>

A defesa de águas oceânicas, que vem a ser a defesa das costas da China, é a principal missão da PLAN. Ela envolve todo o litoral até a Segunda Cadeia de Ilhas, no Mar das Filipinas, onde as Forças Armadas chinesas tentariam impedir que os EUA ou outro país avançasse por ali. Por meio dos estudos da obra de McDevitt (2020), percebemos que não se considera mais o espaço geográfico, pois o limite desses espaços não seria determinado pelo limite das ilhas, mas pelo alcance das armas que a Força atacante portasse. Ainda de acordo com este autor, o alcance que a PLAN deverá se preocupar na aproximação de um navio-aeródromo norte-americano será o do raio de ação das aeronaves de combate embarcadas. De acordo com esses dados trazidos por ele, estes conceitos são a formulação chinesa para o que é denominado pelos EUA como estratégia *Anti-Access/ Area Denial (A2/AD)*, que pode assim ser definida:

É uma campanha conjunta da Marinha, da Força Aérea e da Força de Foguetes Estratégicos que tem o objetivo operacional de impedir uma aproximação de forças hostis atacando-as longe da China (A2, Antiacesso) ou, se isso falhar, ou se as forças hostis já estiveram dentro do alcance do ataque da China, a tentativa de negar-lhes a liberdade de ação operacional e tática (AD, negação de área). Trata-se de uma operação concentrada no Controle do Mar dentro da Primeira Cadeia de Ilhas e na negação do mar além de Taiwan e na periferia oceânica chinesa.<sup>318</sup>

<sup>315</sup> TILL, 2018, p. 193.

<sup>316</sup> Ibid., p. 195.

<sup>317</sup> Ibid., p. 196. (Tradução nossa).

<sup>318</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 43.

Esta Estratégia seria operacionalizada empregando-se as aeronaves da PLAN e as da Força Aérea a partir da costa e de mísseis de cruzeiros lançados por navios, submarinos e aeronaves. Seriam utilizados submarinos contra forças de superfície, os submarinos convencionais no interior da Primeira Cadeia de Ilhas, pois estes são mais efetivos para operação nas baixas profundidades dessa região, e a partir daí até o redor da Segunda Cadeia de Ilhas seriam utilizados os submarinos com propulsão nuclear. Também se empregaria mísseis balísticos convencionais lançados de terra com ogivas não nucleares de reentrada manobráveis, que podem atingir navios em movimento no mar.

Para alguns autores, como Dorneles (2014) e Erickson (2007), citados por Oliveira (2019), a PLAN se utilizaria de um conceito de Defesa em Camadas oriundo da antiga URSS para se defender de grupos-tarefa de navios-aeródromo norte-americanos, que foi adaptado e incorporado ao princípio da Defesa Ativa. Segundo esses autores, esse conceito necessita de arquitetura de comando, controle, vigilância e acompanhamento de contatos, o que levou a China a investir em satélites, Veículos Aéreos não Tripulados (VANT) e em rede de radares terrestres com capacidade além do horizonte (OTH-R).<sup>319</sup>

Os fatores acima poderiam ser uma das razões da ocupação de ilhas e recifes, inclusive construindo ilhas artificiais, nos arquipélagos das Ilhas Paracel e Spratly. A China já possui bases em algumas dessas ilhas, com facilidades logísticas e pistas de pouso, além de algumas já terem instaladas baterias de mísseis, e já se discute a construção de usinas nucleares para o fornecimento de energia para as bases localizadas nessas ilhas.<sup>320</sup>

Esperou-se, em um primeiro momento, que a criação e ocupação dessas ilhas seria um estratagema chinês para fundamentar suas alegações de reivindicação territorial contra Filipinas, Malásia e Vietnã. Em 2015, o próprio presidente Xi Jinping asseverou ao presidente Obama, em visita aos EUA, que a China não tinha intenção de militarizar essas ilhas.<sup>321</sup> Porém a construção de estruturas portuárias e pistas de pouso acendeu o alerta sobre as verdadeiras intenções chinesas. A China continuou alegando que tais construções serviriam apenas para apoio a PLAN nas atividades contra a pirataria e a pesca ilegal, mas estrategistas americanos afirmam que algumas dessas ilhas estão

---

<sup>319</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 28.

<sup>320</sup> Ibid., p. 44.

<sup>321</sup> RATO, 2020, p. 231.

completamente militarizadas, e pelo menos três delas já dispõem de sistemas de mísseis anti-navio e antiaéreo, equipamentos laser e de interferência, além de caças de combate.<sup>322</sup>

A utilização de uma forma conjunta de emprego das Forças Armadas e a construção e utilização dessas ilhas artificiais permitiu à China empregar mais facilmente sua Estratégia Marítima de Defesa, dando condições para que a PLAN empregue com mais liberdade seus meios oceânicos. Nesse sentido, a Força de Superfície da PLAN teve a oportunidade de ser empregada em missões em mares mais distantes, marcando presença e ao mesmo tempo salvaguardando os interesses chineses no exterior.<sup>323</sup>

Pelo apresentado acima, observa-se que a China tem empregado uma estratégia com aspectos ofensivos e ao mesmo tempo defensivos. Seguindo o conceito de Defesa Ativa de Mao Zedong, o PLA reúne meios táticos ofensivos e objetivos estratégicos defensivos. Para Holmes e Yoshihara (2018), citados por Oliveira (2019), Mao pode ter se inspirado em Corbett, quando este aplica o conceito do contra-ataque de um opositor mais fraco, que pode levar este mais fraco a conquistar o Comando do Mar. Também se observa na Estratégia utilizada na China a influência dos conceitos de Mahan e sua lógica do Poder Marítimo.

Os estudiosos que se debruçam no estudo sobre a Estratégia modernamente empregada pela China na maioria das vezes chegam ao consenso que dois fatores são primordiais para a modernização da PLAN. O primeiro seria a considerável preocupação dos dirigentes chineses com a possível independência de Taiwan. Apesar de já ser uma Nação reconhecida por diversos países, Taiwan é considerada pelos dirigentes da RPC como uma província rebelde, com um sistema de governo diverso, mas que logo se juntará à porção continental.

O segundo fator seria a necessidade, desde o início das reformas implantadas por Deng Xiaoping a partir da década de 1980, da China se consolidar como uma potência à nível global nas áreas política, militar e econômica. Para isso, a China mais e mais depende do mar e do domínio das linhas de comunicação marítimas ao seu entorno, de modo a permitir a importação de commodities e suprimentos diversos para a sua indústria e ter o acesso para escoar a sua produção. Nesse sentido, não está em jogo apenas o desenvolvimento do país, mas a própria sobrevivência do Partido Comunista Chinês e do próprio regime.<sup>324</sup>

---

<sup>322</sup> Mais informações podem ser obtidas em: [www.cnnportugal.iol.pt/mar-do-sul-da-china](http://www.cnnportugal.iol.pt/mar-do-sul-da-china).

<sup>323</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 44 .

<sup>324</sup> Ibid., p. 45.

### 3.5 – A visão dos EUA sobre o desenvolvimento da PLAN

Allison (2017) considera que “entender a China é o maior desafio geopolítico do nosso tempo.”<sup>325</sup> A partir de 2013, os EUA passaram a fazer um acompanhamento mais próximo do desenvolvimento da China, principalmente nas áreas econômica e militar. Com a queda da URSS e a hegemonia dos EUA como superpotência mundial, surgiu a expectativa de que a Rússia substituiria a URSS, mas surpreendentemente foi a China que, intencionalmente ou não, surgiu como futuro opositor aos EUA na hegemonia mundial.

Na evolução desse acompanhamento percebeu-se um deslocamento da maioria dos recursos e atividades econômicas do Ocidente para a Ásia. Por exemplo, hoje a China faz em horas o que os EUA levaram anos para concluir.<sup>326</sup> Diante desse fato, os formuladores da política dos EUA optaram por buscar, como elemento-chave da Estratégia nacional dos EUA, o objetivo de impedir o surgimento de uma hegemonia regional na Ásia ou em outro continente que pudesse representar uma concentração de poder forte o suficiente para ameaçar os interesses centrais dos EUA, agindo de forma a, por exemplo, negar a estes o acesso a alguns dos recursos e atividades econômicas naquele hemisfério.<sup>327</sup> Discorrendo sobre o tema, o ex-Primeiro Ministro de Cingapura Lee Kuan Yew afirmou:

O deslocamento no equilíbrio mundial ocasionado pela China é tão grande que o mundo precisará encontrar um novo equilíbrio. Não podemos fingir que se trata apenas de mais outro grande ator no palco mundial. A China é o maior ator geopolítico da História.<sup>328</sup>

Podemos perceber nessa assertiva o declínio da vantagem tecnológica dos EUA em relação às forças militares de outros países em virtude, como visto anteriormente, da melhoria das capacidades militares desses países e da facilidade de acessos à novas tecnologias militares. É enfatizada a preocupação com a melhoria das capacidades navais da China, que pode representar um obstáculo para os EUA alcançar e manter o controle das águas da região Ásia-Pacífico.<sup>329</sup> O ex-presidente Barack Obama, durante o seu mandato, prometeu “aumentar na área a presença diplomática, econômica e militar dos

---

<sup>325</sup> ALLISON, Graham. **A Caminho da Guerra**. E-book. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2017, p. 279.

<sup>326</sup> Ibid., p. 459.

<sup>327</sup> O'ROURKE, 2018, p. 2.

<sup>328</sup> Lee Kuan Yew in ALLISON, 2017, p. 310.

<sup>329</sup> O'ROURKE, 2018, p. 3.

EUA e destacou a determinação norte-americana em conter o impacto regional do crescimento chinês.”<sup>330</sup>

Os EUA têm tratados bilaterais de segurança com o Japão e as Filipinas, e temem que um possível conflito entre esses países e a China por questões que envolvam o direito de soberania nas ZEE possa colocá-los diante de um conflito com a China por conta desses tratados ou de acordos comerciais que mantem com outros países daquela região, sendo o mais crítico o acordo com Taiwan. Como visto no decorrer dessa pesquisa, o tema “independência de Taiwan” é bastante delicado para os chineses continentais.

O'Rourke considera que a modernização naval da China tem várias frentes, não se concentrando somente em um elemento, sendo mais amplo do que muitos supõem no Ocidente:

O esforço de modernização naval da China inclui uma ampla gama de programas de aquisição de plataformas e armas, incluindo programas para ASBMs, mísseis de cruzeiro anti-navio (ASCMs), mísseis de cruzeiro de ataque terrestre (LACMs), mísseis terra ar, minas, aeronaves tripuladas, aeronaves não tripuladas, submarinos, porta-aviões, contratorpedeiros, fragatas, corvetas, embarcações de patrulha, navios anfíbios, navios de contramedidas de minas (MCM), navios de reabastecimento em andamento, navios-hospitais e sistemas de apoio C4ISR18. O esforço de modernização militar (incluindo naval) da China está em andamento há cerca de 25 anos. Observadores datam o início do esforço, em vários pontos na década de 1990. O trabalho de design na primeira das classes de navios mais recentes da China parece ter começado no final da década de 1980. Alguns observadores acreditam que o esforço de modernização militar (incluindo naval) da China pode ter sido reforçado ou acelerado pela observação da China das operações militares dos EUA contra o Iraque na Operação Tempestade no Deserto em 1991, e por um incidente de 1996 no qual os Estados Unidos enviaram dois grupos de ataque de porta-aviões para águas ao largo de Taiwan em resposta a testes de mísseis e exercícios navais chineses próximos de Taiwan. O esforço de modernização naval da China também incluem melhorias na manutenção e logística, doutrina, qualidade do pessoal, educação e treinamento e exercícios.<sup>331</sup>

Nesse esforço de modernização naval, podemos observar que a China buscou agregar capacidades em detrimento do número de meios. Em um primeiro momento de suas reformas, o país buscou adquirir novas plataformas e aposentar as mais antigas e obsoletas. Se isso causou um decréscimo inicial no número de meios da PLAN, aumentou significativamente a capacidade desses. E a partir dessas unidades mais modernas, a China se engajou na construção de novos meios com tecnologia chinesa recém-adquirida,

---

<sup>330</sup> ALLISON, 2017, p. 344.

<sup>331</sup> O'ROURKE, 2018, p. 5. (Tradução nossa).

seja por transferência de tecnologia ou por engenharia reversa. Apesar disso, observadores norte-americanos informam ainda haver certas limitações em algumas áreas, como na guerra antissubmarino e na dependência do fornecimento estrangeiro de alguns componentes de navios, mas ressaltam que a China trabalha firmemente para superar essas limitações e que as mesmas não impõem grandes comprometimentos à capacidade naval da PLAN.<sup>332</sup> Esses mesmos observadores alertam que, apesar dessas limitações, a PLAN está em condições de realizar missões de interesse do PCC, e a medida que as limitações são superadas ela irá aumentar a sua gama de missões.

O'Rourke (2018) acredita, baseado no trabalho de observadores norte-americanos empenhados em estudar os passos da China, que o esforço de modernização empreendido por esta é orientado para o desenvolvimento de capacidades que visem:

- abordar militarmente Taiwan, se necessário;
- afirmar ou defender suas reivindicações nos mares da China Meridional e Oriental;
- impor a visão da China sobre o direito de regular as atividades militares estrangeiras em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE);
- defender as suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM);
- deslocar a influência dos EUA da região Ásia-Pacífico; e
- afirmar o status da China como uma potência regional líder e grande potência mundial.<sup>333</sup>

Ainda segundo esses observadores, a busca dessas capacidades comprova que a China deseja que suas Forças Armadas sejam capazes de agir como uma Força antiacesso/negação de área (A2/AD),<sup>334</sup> de forma a impedir a intervenção dos EUA em um conflito na região da China sobre Taiwan ou outro país, ou mesmo atrasar a chegada ou reduzir a eficácia das Forças Armadas norte-americanas.

Apesar da Estratégia A2/AD empregada atualmente pela China ser muito semelhante à utilizada pela antiga URSS durante a Guerra Fria, essa Estratégia foi modernizada com o emprego de mísseis balísticos anti-navio com capacidade de atingir navios em movimento no mar, como foi visto no item 3.3.

A preparação para um possível conflito que se desenvolva no Estreito de Taiwan é um dos principais motivos a justificar o grande investimento da PLAN nos últimos anos. Com as disputas por soberania nos Mares da China Oriental e Meridional avançando,

---

<sup>332</sup> O'ROURKE, 2018, p. 6.

<sup>333</sup> Ibid., p. 7.

<sup>334</sup> Vide item 3.4.



novos investimentos são deslocados para a Força Naval chinesa. Com o progresso da China no setor econômico e sua maior projeção global, novas missões em mares mais distantes se apresentam para a PLAN, que incluem projeção de poder, segurança das linhas de comunicação marítima, combate ao terrorismo e à pirataria, além das já citadas missões de manutenção da paz e de assistência humanitária. Os dirigentes chineses consideram que todas essas situações afetam a Segurança Nacional da China, e buscam mudar o foco de defesa da China de modo a tornar a PLAN uma Marinha de águas azuis que possa projetar o poder da China além da Segunda Cadeia de Ilhas.

### 3.6 – Elementos da Modernização Naval da China

Para se tornar uma Marinha de águas azuis e ter condições para projetar o seu Poder no Mar, de forma a garantir o Controle do Mar no seu entorno, além das mudanças estratégicas a PLAN também necessitou atualizar seus meios, de forma a se ajustar a sua estrutura estratégica e aos seus interesses nacionais. Cabral destaca a crescente sofisticação e confiabilidade do equipamento de uso militar fabricado pela China.<sup>335</sup>

Apresentaremos a seguir alguns meios e armamentos que contribuíram para a projeção militar da PLAN.

#### 3.6.1 – Mísseis Balísticos e de Cruzeiro

A China emprega mísseis balísticos anti-navio conhecidos como DF-21D, equipado com um veículo de entrada manobrável, projetado para atingir navios em movimento no mar. Acredita-se que esse míssil tenha um alcance superior a 1.500 quilômetros (cerca de 810 NM), e que possibilite à PLAN atacar porta-aviões norte-americanos, se utilizando de uma combinação de radar e sensores ópticos para encontrar o alvo e realizar atualizações finais de orientação. A Marinha norte-americana considera que essa característica a torna uma arma que “*muda o jogo*”, por se tornar mais difícil de se detectar.<sup>336</sup>

---

<sup>335</sup> CABRAL, Ricardo. **O Dragão Chinês desafia a república imperial norte-americana**. Revista História Militar em Debate. Publicada em: 07 de agosto de 2022. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/o-dragao-chines-desafia-a-republica-imperial-norte-americana/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.

<sup>336</sup> O’ROURKE, 2018, p. 9.

A PLAN também possui mísseis de cruzeiro anti-navio SS-N-22 Sunburn (alcance de 155 NM e velocidade três vezes superior à do som), de fabricação russa, utilizados nos contratorpedeiros Sovremenny, também de fabricação russa, e os mísseis SS-N-27 Sizzler (alcance de 160 NM e velocidade subsônica, que se torna supersônica na aproximação final do alvo), que armam alguns dos submarinos classe Kilo fabricados na Rússia, além de um grande estoque desse tipo de míssil de projetos próprios e com alta capacidade, como o YJ-62 e o YJ-12, que além de possuírem velocidades supersônicas e longo alcance (entre 170 e 250 NM), também podem ser lançados de bombardeiros.

### 3.6.2 – Submarinos em desenvolvimento

Uma grande preocupação das Marinhas estrangeiras, principalmente a norte-americana, é a Força de Submarinos da PLAN, principalmente por ser considerada atualmente pelos dirigentes chineses como um elemento crítico de dissuasão regional, capaz de conduzir contra intervenção contra os oponentes da China. Segundo O'Rourke, “a grande, mas mal equipada, Força (de Submarinos) da década de 1980 deu lugar à uma Força Submarina mais moderna, otimizada principalmente para missões regionais de guerra anti-superfície perto das principais linhas de comunicação.”<sup>337</sup>

A partir da década de 1990, a China adquiriu da Rússia 12 submarinos não nucleares da classe Kilo, oito deles capazes de lançar mísseis balísticos, e construiu pelo menos 4 novas classes de submarinos, incluindo:

- classe Jin ou Type 094 – movido à energia nuclear e dotado de mísseis balísticos;
- classe Shang ou Type 093 – também movido à energia nuclear;
- classe Yuan ou Type 039 – convencional;
- classe Song ou Type 039/039G – convencional; e
- classe Qing ou Type 032 – convencional e aparentemente um submarino auxiliar utilizado para testes.

Acredita-se que esses submarinos são muito mais modernos e capazes do que os antigos submarinos utilizados pela PLAN, e que os submarinos construídos pela China tenham utilizado a tecnologia russa por meio de engenharia reversa. Segundo um relatório do Departamento de Defesa dos EUA, atualmente a PLAN opera seis submarinos dotados de mísseis balísticos movidos à energia nuclear (SSBN) e 50 submarinos de ataque, sendo

---

<sup>337</sup> O'ROURKE, 2018, p. 11.

seis deles movidos à energia nuclear (SSN) e os outros 44 movidos à diesel/independentes do ar (SS/SSP). Ainda segundo esse relatório, a PLAN provavelmente manterá o número de seus submarinos entre 65 e 70 unidades durante a década de 2020, substituindo as unidades mais antigas por outras mais capazes.<sup>338</sup>

Ainda segundo esse relatório do Departamento de Defesa dos EUA, em meados da década de 2020 a China terá concluído os testes com o submarino de ataque movido à energia nuclear (SSGN) Type 093, que aumentará a capacidade de negação de área marítima se for equipado com mísseis de cruzeiros de ataque terrestre (LACM).

Quanto à guerra antissubmarino (ASW), o Departamento de Defesa considera que a China tem melhorado suas capacidades, desenvolvendo suas unidades de superfície e aéreas, mas ainda não possui uma capacidade robusta de guerra antissubmarino em águas profundas. Apesar do grande investimento neste segmento nos últimos anos, a PLAN ainda necessitará de vários anos de treinamento e integração de sistemas para melhorar sua capacidade ofensiva ASW em águas profundas.<sup>339</sup>

As condições geográficas próximas da costa chinesa favorecem o uso de submarinos convencionais, pois a profundidade máxima é de 4.000 metros em alguns pontos, e são assoladas por tempestades em determinadas épocas do ano e por nevoeiros em outras, o que prejudica a guerra antissubmarino. Submarinos convencionais com propulsão diesel-elétrica tem uma grande manobrabilidade nessa profundidade, especialmente no Mar da China Meridional, cuja composição do fundo é basicamente areia, limo e lodo. Como são muito silenciosos operando em baixas velocidades, o intenso tráfego marítimo nessa região contribui para dificultar ainda mais a sua detecção. Com base nesses fatores geográficos, a PLAN utiliza seus submarinos com propulsão nuclear mais afastados da costa, realizando uma Estratégia Anti-Acesso, e deixando a tarefa de Negação de Área para os submarinos com propulsão convencional.

Outro armamento utilizado nesse tipo guerra são as minas submarinas. Artefato explosivo confeccionado em aço forjado, normalmente de forma esférica ou ovalada, as minas submarinas possuem uma carga explosiva e um detonador, que pode ser de impacto, magnético ou pressão. Normalmente ficam flutuando a pouca profundidade, ancoradas no fundo dos oceanos, possuindo duas formas de utilização:

---

<sup>338</sup> UNITED STATES OF AMERICA - **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China - A Report to Congress**. Department of Defense, Washington, DC, 2022. p. 52

<sup>339</sup> Ibid., p. 53.

- ofensiva – quando colocadas próximo a ancoradouros ou locais de passagem dos navios inimigos; e
- defensiva – quando colocadas próximas às próprias instalações e ancoradouros, servindo de armadilha e proteção contra navios e submarinos inimigos.

Pesquisadores norte-americanos observaram que a China modernizou de forma substancial seu estoque de minas, tendo atualmente uma capacidade robusta de colocação de minas, e desenvolveu uma grande infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento, teste, avaliação e produção de minas navais. Estima-se que a China possua atualmente um estoque de mais de 50.000 minas dos mais diversos tipos e empregos, como minas ancoradas, de fundo, à deriva, propulsadas por foguetes e minas inteligentes. Segundo esses mesmos pesquisadores, a China continua a desenvolver minas mais avançadas, como por exemplo minas de ogivas propulsadas de alcance estendido, minas anti-helicóptero e minas de influência de fundo anti-varredura.<sup>340</sup>

### 3.6.3 – Desenvolvimento de navios de superfície

A partir de 2012, a PLAN começou a operar o seu primeiro porta-aviões, o Liaoning (CV-16), o antigo Varyag, comprado inacabado da Ucrânia em 1998. É um navio de propulsão convencional, com deslocamento estimado em 60.000 toneladas, podendo operar 30 ou mais aeronaves, entre aviões e helicópteros. Em 2014, um jornal chinês afirmou que o grupamento aéreo embarcado do Liaoning era composto por 24 caças J-15, 6 helicópteros antissubmarino (AS), 4 helicópteros de alerta antecipado e 2 helicópteros de resgate, totalizando 36 aeronaves,<sup>341</sup> que também são utilizadas como radar aéreo embarcado (AWACS) e na guerra eletrônica.

O lançamento de aeronaves de asa fixa do Liaoning é realizado através do sistema STOBAR<sup>342</sup>, método pelo qual as aeronaves utilizam somente a força dos seus próprios motores para realizar a decolagem, o que limita o seu alcance e sua carga transportada. A título de comparação, os porta-aviões norte-americanos são movidos a energia nuclear, com um deslocamento em torno de 100.000 toneladas, embarcam um grupo aéreo de 60

---

<sup>340</sup> O'ROURKE, 2018, p. 18.

<sup>341</sup> Ibidem.

<sup>342</sup> STOBAR (Short Take-Off But Arrested Recovery) - Decolagem Curta e Recuperação por Arresto, método onde as aeronaves decolam de um porta-aviões utilizando a força dos seus próprios motores. Esse método limita o peso da aeronave para a decolagem, e conseqüentemente sua autonomia e armamento. (Nota do Autor).

ou mais aeronaves que são lançados do sistema CATOBAR<sup>343</sup>. Como semelhança entre o Liaoning e os modernos porta-aviões da Marinha dos EUA temos o seu método de pouso de aeronaves de asa fixa, que se utiliza de fios de detenção no seu convés de pouso. O Liaoning não tem condições de projetar poder a longa distância, sendo mais adequado para a defesa aérea de frotas e, segundo O'Rourke (2018), ele terá grande valor em termos de treinamento de longo prazo para os futuros porta-aviões da Marinha Chinesa.<sup>344</sup>

Em dezembro de 2019 a China comissionou o seu primeiro porta-aviões de construção nacional, o Shandong (CV-17). Lançado em 2017 e realizando um período de testes entre 2018 e 2019, já é considerado operacional. É uma versão modificada do Liaoning, mas ainda se utiliza de sistema de lançamento de aeronaves de asa fixa STOBAR.

Atualmente a PLAN está trabalhando em seu segundo porta-aviões de construção nacional, o Fujian (CV-18). Diferentemente de seus irmãos, este será maior e estará equipado com uma catapulta eletromagnética para as operações de lançamento de suas aeronaves de asa fixa por meio do sistema CATOBAR, o que aumentará sensivelmente a autonomia e o poder de fogo dessas aeronaves. A PLAN estimava que o Fujian estivesse operacional a partir de 2021, mas seus testes de mar se iniciaram em janeiro de 2023.

Enquanto o Fujian está em sua fase de testes, a China já prepara a construção de outros porta-aviões, maiores e mais modernos, para os próximos 15 anos, de forma a ter condições de operar um grupo de porta-aviões de defesa além da Primeira Cadeia de Ilhas,<sup>345</sup> de forma a exercer um melhor controle da Área Marítima e obter uma melhor projeção de Poder. Especula-se que alguns desses porta-aviões serão movidos a propulsão nuclear, o que aumentará consideravelmente a projeção do Poder Naval chinês para além da Ásia-Pacífico, o que força os países dessa área e os EUA a repensarem suas Estratégias para fazer frente à essa possibilidade.

A PLAN irá operar nesses porta-aviões o caça Shenyang J-15 Flying Shark, que possui um alcance de 2.170 NM e pode transportar mísseis e bombas, que é considerado uma cópia não autorizada do caça russo Sukhoi Su-33, e já desenvolve duas variantes dessa aeronave, uma apta a decolar através do sistema CATOBAR e outra para coleta de

---

<sup>343</sup> CATOBAR (Catapult Assisted Take-Off But Arrested Recovery) - Decolagem Assistida por Catapulta e Recuperação por Arresto, método onde as aeronaves decolam de um porta-aviões com a assistência de uma catapulta, à vapor ou magnética. Com essa força extra, o peso da aeronave (com combustível ou armamento) pode ser acrescido, aumentando sua autonomia e poder de fogo. (Nota do Autor).

<sup>344</sup> O'ROURKE, 2018, p. 20.

<sup>345</sup> Ibid., p. 18.

dados eletrônicos. Também tem desenvolvido o projeto KJ-600, uma aeronave de alerta aéreo antecipado muito semelhante ao norte-americano E-2 C/D Hawkeye. Igualmente há o projeto do helicóptero Z-20F, que muito se assemelha ao SH-60 da Marinha norte-americana.<sup>346</sup>

O'Rourke considera que os porta-aviões não seriam críticos para um ataque a Taiwan, visto que a ilha está ao alcance das aeronaves chinesas baseadas em terra. Sua importância se fundaria na projeção de poder e em conflitos regionais sem a participação da Marinha norte-americana. Segundo alguns observadores, os porta-aviões podem ser utilizados como símbolos de status, e poderiam projetar a imagem da China como uma grande potência mundial.<sup>347</sup> Em um primeiro momento, a China parece tentar projetar Poder sobre suas rotas marítimas, mandando um recado aos EUA que estarão prontas a defender seus interesses comerciais e em pé de igualdade no futuro. Porém não acreditamos que a PLAN, mesmo com todo o investimento financeiro e inovação tecnológica, vá superar a US Navy em um médio ou longo prazo. Também é uma grande vitrine para a indústria naval chinesa, que projeta e constrói navios com um custo menor que os norte-americanos, por exemplo. Por meio de missões e visitas a outros continentes, a China espera que essa diplomacia naval possa gerar um bom retorno comercial com o passar dos anos, que comprovarão, ou não, a eficiência dessas belonaves.

Ao final da década de 1990, a China adquiriu da Rússia quatro contratorpedeiros da classe Sovremenny e a partir desses construiu 10 novas classes de contratorpedeiros e fragatas. O Departamento de Defesa dos EUA considera que esses navios forneceram uma atualização significativa para a capacidade de defesa da PLAN.<sup>348</sup> Percebe-se claramente que a indústria naval chinesa, principalmente a voltada para a Defesa, tem se beneficiado com a evolução econômica da China, que tem investido consideravelmente nesse setor.

Também estão sendo construídas uma nova classe de corvetas e um novo tipo de embarcação de ataque rápida armada com mísseis que utiliza um design de casco de catamarã furtivo que perfura as ondas, da classe Houbei (Type 022). Essa embarcação, fabricada pelo estaleiro chinês Qiuxin, reúne características de catamarã e stealth, que lhe permite velocidades elevadas (36 nós, aproximadamente 67 km/h) e navegação estável

---

<sup>346</sup> USA, 2022, p. 55.

<sup>347</sup> O'ROURKE, 2018, p. 23.

<sup>348</sup> USA, 2022, p. 53.

em mar agitado, dificultando sua detecção e o tornando a embarcação básica para patrulha naval na costa chinesa.

Dotado de sensores ópticos de imagem infravermelho, sistemas de vídeo CCD e sistema laser em apoio aos seus radares que lhe permitem um bom desempenho no quesito vigilância, e no seu armamento que o Houbey se destaca. Além de um canhão de canos rotativos KBP 018 de calibre 30 mm com cadência de 5.000 tiros por minuto,<sup>349</sup> possui dois lançadores quádruplos de mísseis anti-navio, que dependendo do modelo têm seu alcance variando entre 42 e 350 Km, além de 12 mísseis antiaéreos de curto alcance (5 Km) do tipo QW-1<sup>350</sup> guiados pelo calor.

Deslocando 220 toneladas quando completamente carregado e com um alcance estimado de 1.750 NM, este projeto de embarcação com 42 metros de comprimento guarnecida por 12 homens seria de muita utilidade para patrulha marítima em águas brasileiras e deveria receber um pouco de atenção de nossa autoridades. Comparado aos navios-patrulha utilizados atualmente pela MB, o Houbey apresenta menor comprimento e tripulação, com uma dotação de armamento mais robusta e uma velocidade considerável, o que lhe permitiria se deslocar em menor tempo e com maior economia para uma área onde necessitasse estar.

O Escritório de Inteligência Naval da Marinha dos Estados Unidos considera que as fragatas classe Jiangkai (Type 054 A), a classe de contratorpedeiros Luyang (Type 052 B/C/D) e a nova classe de super contratorpedeiros (Type 055) são comparáveis aos navios de guerra ocidentais mais modernos.<sup>351</sup> As fragatas Type 054A são plataformas multimissão (que podem operar em guerras de superfície, aérea e antissubmarino) que deslocam 4.200 toneladas e têm destaque na PLAN, seja para uso próprio ou para venda<sup>352</sup> para outras Marinhas, como a do Paquistão, que já encomendou 4 belonaves desse modelo. Possui algumas características stealth, como casco liso e materiais que absorvem as ondas de radar, e muitos estudiosos vêm uma forte influência das fragatas francesas classe La Fayette. É armada com dois lançadores quádruplos de mísseis anti-navio YJ-83, mísseis antiaéreos HQ-7 e um canhão de 76mm na proa e quatro AK730 de 30mm para defesa de ponto. Já foi empregada pela PLAN em patrulha antipirataria nas costas

---

<sup>349</sup> É uma cópia licenciada do canhão russo AK-630. (Nota do Autor).

<sup>350</sup> Baseado no míssil russo Iгла de 1ª geração. (Nota do Autor).

<sup>351</sup> O'ROURKE, 2018, p. 25.

<sup>352</sup> Em 2015, um analista e pesquisador do US Naval College estimou o preço para construção e equipagem de uma Type 054A em US\$ 348 milhões. Mais informações podem ser obtidas em: [Quanto custam os navios de guerra da China? | O Diplomata \(archive.org\)](https://www.archive.org/details/Quanto_custam_os_navios_de_guerra_da_China_/O_Diplomata) (Nota do Autor).

da Somália, para evacuação de cidadãos chineses na Líbia em 2011 e no Iemên em 2015, além da realização de patrulha na sua própria região costeira.

Os contratorpedeiros da classe Luyang (Type 52 B/C/D) são navios de 7.500 toneladas de deslocamento modernizados com melhores sensores e grande poder de fogo, Possuindo 64 lançadores de mísseis, um canhão principal de 130 mm e radares de varredura eletrônica ativa, além de uma maior capacidade stealth. São usados para patrulha e negação do uso do mar, além de escolta para comboios.

Oriundo do desenvolvimento dos Type 52 D, os contratorpedeiros Type 55 são os maiores navios-escolta da PLAN, deslocando 13.000 toneladas. Seu armamento é composto, principalmente, por mísseis de vários empregos e um canhão principal de 130 mm. Além de missões expedicionárias e de patrulha, dá-nos a impressão de que esses navios possam vir a ser empregados como escolta antiaérea e antimísseis dos aeródromos chineses. Segundo o Departamento de Defesa norte-americano, pelo porte e armamento esses contratorpedeiros devem ser classificados como cruzadores.

Em 2021 essas classes de navio foram modernizadas e outras classes criadas, de modo a ampliar as capacidades de defesa aérea, anti-navio e anti-submarino. Também nesse ano a PLAN transferiu para a Guarda Costeira da China (Chinese Coast Guard, CCG, em inglês) 22 fragatas da classe Jingdao (Type 056 e 056 A), provavelmente pela falta de sonar rebocado nesses navios.<sup>353</sup>

A PLAN lançou em 2021 três navios de assalto anfíbio da classe Yushen (Type 075). Esses navios têm capacidade para transportar grande quantidade de embarcações de desembarque, tropas, veículos blindados e helicópteros. Além desses navios, a PLAN também possui oito navios de desembarque-doca da classe Yuzhao (Type 071). Essas duas classes de navios anfíbios podem transportar, em cada navio, várias embarcações de desembarque médias de almofada de ar da classe Yuyu e uma variedade de helicópteros, tanques, veículos blindados e tropas de fuzileiros navais.<sup>354</sup>

A PLAN continua construindo um grande número de navios auxiliares e de apoio, como navios de coleta de informações, navios de vigilância oceânica, navios de reabastecimento, navios hospitalares e navio de resgate submarino, entre outros. A partir de 2019, o primeiro navio polar de construção nacional, o Xuelong 2, iniciou suas missões de pesquisa, já tendo realizado 12 missões de pesquisa no Ártico e 37 na Antártica.<sup>355</sup>

---

<sup>353</sup> USA, 2022, p. 53.

<sup>354</sup> Ibid., p. 55.

<sup>355</sup> Ibid., p. 56.



Em 2013 a China reuniu quatro de suas agências de aplicação da lei marítima e criou a Guarda Costeira da China (CCG), com a missão de afirmar e defender suas reivindicações territoriais marítimas e interesses de pesca nos Mares da China Meridional e Oriental, deixando os navios da PLAN como apoio em situações mais extremas. Inicialmente, os navios da CCG não portavam armamento ou alguns eram levemente armados, porém eram eficazes contra navios pequenos e desarmados.<sup>356</sup>

Como mencionado anteriormente, em 2021 a PLAN transferiu 22 fragatas da classe Jiangdao e outros navios para a CCG, aumentando consideravelmente seu alcance e poder de dissuasão. Segundo McDevitt (2020), todos esses fatores contribuíram para que a China melhorasse a sua capacidade de exercer o controle sobre os 3 milhões de quilômetros quadrados de espaço marítimo que reivindica.<sup>357</sup>

O Departamento de Defesa dos EUA considera que a CCG possui a maior frota de aplicação da lei marítima do mundo:

Um estudo acadêmico de 2019 publicado pelo US Naval War College estima que a Guarda Costeira da China possui mais de 140 navios de patrulhas regionais e oceânicos (com mais de 1.000 toneladas de deslocamento). Algumas embarcações são antigos navios da PLAN, como as corvetas, transferidas para a CCG e modificadas para operações de guarda costeira. As embarcações maiores e mais novas estão equipadas com instalações para helicópteros, canhões de água de alta capacidade, barcos interceptadores e canhões que variam de 20 a 76 milímetros. Além disso, o mesmo estudo acadêmico indica que a CCG opera mais de 120 navios de patrulha regional (500 a 999 toneladas), que podem ser utilizados para operações offshore limitadas, e mais 450 embarcações de patrulha costeira (100 a 499 toneladas)<sup>358</sup>

É interessante notar como as Guardas Costeiras de China e EUA evoluíram com o passar dos anos. A US Coast Guard deixou de prover vigilância somente nas costas norte-americanas para fazer um serviço mais específico. Desde o atentado ao USS Cole no Iêmen, que já foi citado anteriormente nessa pesquisa, a Guarda Costeira norte-americana passou a também ser a responsável pela segurança nos navios de guerra dos EUA quando atracados onde quer que eles estejam, e também pelo treinamento contra ilícitos no mar (pirataria, tráfico de drogas, contrabando) das Forças Navais de outros países. Destaca-se a presença do USS Stone, da US Coast Guard, contribuindo com os países da América do Sul no combate à pesca ilegal.

---

<sup>356</sup> O'ROURKE, 2018, p. 34.

<sup>357</sup> McDEVITT, 2020, p. 204.

<sup>358</sup> USA, 2022, p. 78. (Tradução nossa).

Na China a Guarda Costeira tem uma importância maior para seus governantes, e tem se tornado mais uma Força para defender seus interesses marítimos. Foram substituídos seus navios de patrulhas por grandes navios, corvetas e fragatas e, pelas características desses navios, dá-nos a impressão de ser a Guarda Costeira da China mais um elemento de demonstração de força, mas de forma dissimulada em elementos de vigilância e resgate. Muitos países da região da Ásia-Pacífico consideram a Guarda Costeira chinesa como mais um braço armado da PLAN.

Entretanto, no Brasil todas as tarefas de uma Guarda Costeira são desenvolvidas pelos Distritos Navais, com relação a patrulha e resgate, e pelas Capitânicas dos Portos, em relação à ensino e fiscalização. Não havia, até a conclusão dessa pesquisa, a intenção por parte da MB de se criar uma Guarda Costeira brasileira.

### **3.6.4 – A Milícia Marítima da PLAN**

A Milícia Marítima é uma cadeia de comando militar do Estado chinês organizada de forma independente em cada região, mas responde diretamente ao CMC por meio do Departamento de Mobilização de Defesa Nacional. É composta por trabalhadores da indústria naval, como pescadores, que mantêm suas atividades laborais cotidianas, porém são treinados e organizados militarmente para serem utilizados quando necessário. McDevitt (2020) afirma que nos últimos anos o PLA tem recrutado ex-militares para se agregar às Milícias e tem fornecido embarcações especialmente construídas para determinadas situações.<sup>359</sup> Essas embarcações auxiliam a PLAN e a CCG na vigilância das costas chinesas, na proteção à pesca e na busca e salvamento, fornecendo apoio logístico quando necessário. Também são utilizadas de forma coercitiva, se reunindo em áreas marítimas reivindicadas, pois a China “*vê essas operações de confronto antes da guerra como um meio eficaz de atingir os objetivos estratégicos*”.<sup>360</sup>

### **3.6.5 – Fuzileiros Navais da PLAN**

O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Exército de Libertação do Povo (PLAN Marine Corps, PLANMC, em inglês) está em expansão e ampliação das suas capacidades desde a reforma do PLA em 2016 e tem recebido equipamentos e treinamento

---

<sup>359</sup> McDEVITT, 2020, p. 207.

<sup>360</sup> USA, 2022, p. 79.

necessários a se destacar nas mais diversas missões. Estas incluem ajuda humanitária, proteção de forças, contraterrorismo, ataque anfíbio e combate em terra, tanto em apoio à PLAN ou como força expedicionária no exterior.<sup>361</sup>

### **3.7 – Importância do estudo sobre a PLAN para a MB**

Após discorrermos sobre a formação da PLAN e sobre a sua Estratégia Marítima, no próximo capítulo discorreremos sobre a Marinha do Brasil (MB), sua composição e principais programas. Nesse capítulo faremos um breve estudo comparativo buscando acertos da PLAN que poderiam, após sua adaptação, ser utilizados para o aperfeiçoamento da MB.

---

<sup>361</sup> USA, 2022, p. 56.

## Capítulo 4

### 4.1 – Evolução da Marinha do Brasil

Desde a chegada dos portugueses, o Brasil sempre esteve ligado ao mar. Descoberto por navegantes a caminho das Índias, nos seus primeiros séculos como colônia de Portugal teve o mar como única linha de comunicação com a Metrópole, para onde encaminhava as suas riquezas e recebia trabalhadores, livres e escravizados, para a exploração da terra. Os rios, de forma semelhante, foram as únicas linhas de comunicação com o interior do país que surgia, carente de estradas e habitado por indígenas que eram hostis ao sistema colonial exploratório e escravagista e que buscavam defender seus territórios.

Semelhante à China dos nossos dias, Portugal se valeu da unificação dos diversos reinos isolados que existiam no seu futuro território para formar o país, dos avanços tecnológicos da época para se lançar ao mar em busca de novos mercados para seus produtos e de lugares onde buscaria novos produtos para financiar seu desenvolvimento. Mas diferentemente da China, Portugal não conseguiu manter o ritmo de seu desenvolvimento, sendo superado posteriormente pela Espanha e subjugada comercialmente pela Inglaterra.

A partir da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, durante as Guerras Napoleônicas, houve um incremento do comércio e do tráfego marítimo com o decreto de abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras, o que permitiu que navios de outros países passassem a aportar diretamente no Brasil. Naquele momento, quem provinha a segurança do nosso litoral era a Marinha portuguesa, situação que somente se alteraria em 1822, quando o Brasil se tornou independente de Portugal e iniciou um movimento militar para consolidar essa separação.

Para conter a instabilidade política que se instalou e impedir que o país se dividisse em várias repúblicas, como ocorreu na independência dos países que anteriormente formavam a América sob o domínio da Espanha, houve a necessidade de se criar a Armada Imperial, semente da Marinha do Brasil, com base no efetivo da Marinha portuguesa que se encontrava no Brasil à época e que aderira à Independência somado à brasileiros e estrangeiros contratados. Esse fato foi essencial no processo de fundação do Brasil como uma nova Nação, ajudando a manter unidas suas províncias e eliminando os

focos de resistência que ainda havia no país. A Marinha do Brasil tornou-se a partir de então, em vista da necessidade de se proteger o país contra uma invasão portuguesa, uma Força Armada com capacidade de defender seu entorno marítimo.

A Marinha do Brasil manteve sua importância em diversos episódios em que precisou fortalecer a unidade nacional depois de consolidada a nossa Independência de Portugal. Após a abdicação de D. Pedro I, foi iniciado o Período Regencial (1831-1840), marcado por várias revoltas regionais nas quais a Marinha teve papel importante no seu combate. A Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870) travada basicamente em um ambiente fluvial, trouxe a constatação de que a Marinha do Brasil não estava preparada para operar nesse ambiente e que o Brasil ainda carecia de boas vias de comunicação interiores. Essa constatação criou uma estratégia que relegou a maritimidade a um segundo plano, mesmo tendo a população se mantido nas grandes cidades litorâneas em busca de melhores condições de vida e emprego que o desenvolvimento e a industrialização dessas cidades ofereciam. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além das patrulhas no nosso litoral, foi criada a Divisão Naval em Operações de Guerra que enviou navios para a costa da África e atuou sob comando britânico. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a MB se destacou na patrulha e ataque antissubmarino e na escolta de comboios no Oceano Atlântico. Atualmente, com o incremento do comércio e a necessidade de se proteger os recursos naturais marinhos, o mar vê a sua importância ser expandida para o planejamento estratégico brasileiro.

#### **4.2 – O Entorno Estratégico Brasileiro**

O Brasil é banhado pelo Oceano Atlântico e as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) abrangem aproximadamente 5,7 milhões de km<sup>2</sup> (contando com a Elevação do Rio Grande<sup>362</sup>) e cerca de 60.000 quilômetros de hidrovias, sem grandes acidentes geográficos que impeçam o acesso direto de quem se aproxima pelo mar.

Por conta da grandiosidade e extensão do litoral brasileiro, a Marinha do Brasil, como uma forma de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância ambiental, científica, econômica e de soberania desse espaço marítimo,

---

<sup>362</sup> PEM- 2040, 2020, p. 12: A Elevação do Rio Grande é uma proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 Km de Rio Grande-RS, com elevado potencial econômico, mineral e energético, o que lhe confere relevância estratégica.

cunhou a expressão “Amazônia Azul”, de forma a associá-la à grandeza e necessidade de proteção com a Amazônia Legal (Amazônia Verde).<sup>363</sup>

O entorno estratégico brasileiro foi estabelecido pela Política Nacional de Defesa (PND), sendo compreendido pelos seguintes limites geoestratégicos:

- Ao norte, pelo paralelo 16° N;
- Ao sul, pelo Continente Antártico;
- A leste, pelo litoral da África Ocidental; e
- A oeste, pela América do Sul.<sup>364</sup>

O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas:

- 1 – O espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano;
- 2 – O Mar do Caribe; e
- 3 – O litoral brasileiro do hemisfério norte.

Além disso, a Estratégia Naval de Defesa destaca duas áreas marítimas que merecem atenção especial, pelo motivo de serem áreas de importante acesso marítimo e possuírem grandes riquezas econômicas:

- 1 – A faixa entre Santos-SP e Vitória-ES; e
- 2 – A área marítima em torno da foz do Rio Amazonas.

Oliveira (2019) destaca que o Brasil é autossuficiente em produção e consumo de petróleo, mas ainda depende da importação de petróleo leve e derivados, em função da qualidade da matéria-prima nacional e da capacidade e técnica de refino. Destaca-se também que 95% do petróleo e 80% de líquido de gás natural (LGN) produzidos no Brasil são explorados no mar, em um grande arquipélago de plataformas, em grande parte concentradas na área compreendida entre os litorais dos estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo o transporte desse petróleo para os centros de processamento, e após para as regiões de consumo, realizado através da navegação de cabotagem.<sup>365</sup>

---

<sup>363</sup> PEM- 2040, 2020, p. 19: A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III).

<sup>364</sup> Ibid., p. 18.

<sup>365</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 47.

Em razão desses centros de produção no mar funcionarem de forma contínua, há a necessidade de vigilância e proteção permanentes, visto serem objetivos estratégicos de grande vulnerabilidade para ataques de Estados estrangeiros como também podem ser afetados por terrorismo, pirataria, dano ambiental ou roubo de tecnologia.<sup>366</sup> Como citamos anteriormente, Till (2018) considera que essas ameaças atingem todos os níveis da sociedade, prejudicando a estabilidade social e também a Boa Ordem no Mar.

Destaca-se também a importância dos portos para o desenvolvimento do país, ao se lembrar que os mesmos são responsáveis por 96% da carga exportada e por 90% dos bens importados<sup>367</sup>. E mais uma vez recorremos a Till (2018), que considera os portos como alvos mais visados por terroristas, principalmente por meio de ciberataques.

Com a necessidade surgida de expandir e povoar o território de forma a garantir a integridade e a soberania nacionais, o Brasil “virou as costas para o mar”, privilegiando uma ocupação mais interiorana. O mar se tornou, então, apenas uma opção de lazer para os habitantes do litoral e uma fonte de subsistência para os pescadores. Com a ocupação das cidades litorâneas, o incremento do comércio com a expansão de importações e exportações por via marítima e a pesquisa e descoberta de recursos minerais marinhos, aos poucos o mar teve redescoberta a sua importância. Iniciativas recentes oriundas da Marinha do Brasil, como a Amazônia Azul e a Economia Azul<sup>368</sup>, visam criar uma consciência marítima na sociedade brasileira de forma que esta reconheça e valorize os benefícios que o Mar pode proporcionar ao futuro do Estado, ao mesmo tempo em que se conscientize da necessidade da defesa do Mar e do seu entorno.

Nessa defesa desempenhada pelo Poder Marítimo, o Estado atua nas suas duas vertentes: *safety* e *security*. Na vertente *safety*, o Poder Naval atua em prol da boa navegação marítima e da segurança do tráfego marítimo, incluindo a prevenção de poluição hídrica e a ocorrência de acidentes e incidentes de navegação. Já na vertente *security*, o Estado exerce o Poder Naval de forma coercitiva, atuando contra ameaças e ilícitos navais. Essas iniciativas visam, como mencionado anteriormente nesse trabalho por Geoffrey Till, a garantia da estabilidade e da Boa Ordem no Mar.

A falta de um opositor declarado ou de um forte rival regional podem ter contribuído para essa postura da sociedade brasileira em relação ao mar. Apesar de ter

---

<sup>366</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 48.

<sup>367</sup> Ibidem.

<sup>368</sup> A Economia Azul é uma conscientização multidisciplinar e em vários setores da sociedade, de iniciativa da Marinha do Brasil, sobre a contribuição dos oceanos à economia e a necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental e ecológica dos espaços marítimos. (Nota do autor)

passado mais de 300 anos sob o domínio de Portugal e ter realizado uma luta contra aquele país para garantir sua independência, desde então o Brasil não mais enfrentou um grande combate no seu litoral e o último conflito em que enfrentou uma Força Armada estrangeira foi na Segunda Guerra Mundial, e na sociedade brasileira contemporânea poucas pessoas que vivenciaram esse conflito ainda vivem, o que contribui para sua tênue lembrança e mínima importância para o brasileiro médio. Nesse aspecto o Brasil se distingue da China, pois esta sempre enfrentou uma grande oposição regional por questões de limites, tanto terrestres como marítimos, e atualmente se vê face a uma oposição transnacional de hegemonia contra, entre outros Estados, os EUA.

Mesmo que essa ameaça vinda de outros Estados se mostre pouco provável, mas não descartável, novas ameaças surgem com o desenvolvimento da economia e com a exploração de recursos naturais marinhos. À pesca ilegal e ao contrabando, preocupações preexistentes no Brasil, somaram-se os crimes ambientais, a pirataria e o tráfico de drogas e pessoas, entre outras. Para fazer frente à essas ameaças, o Brasil deve dispor de meios que possam prover a defesa das suas águas jurisdicionais.

Mahan, como visto anteriormente, considerava que o controle dos mares ao longo da História caracterizou um fator de força decisivo em todas as guerras. Nesse sentido, Ilques Barbosa Júnior afirma que o deslocamento da Família Real Portuguesa para o Brasil, atravessando o Atlântico fugindo da invasão das tropas napoleônicas, só foi possível devido ao controle dos mares exercido pela Marinha Britânica.<sup>369</sup>

#### 4.3 – Os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil

O General e Imperador francês Napoleão Bonaparte considerava que as concepções estratégicas devem ser simples e racionais,<sup>370</sup> no que concordava Clausewitz, ressaltando que na Estratégia tudo é muito simples.<sup>371</sup> Mas ousaríamos lembrar que, complementando a frase, a Estratégia também deve ser abrangente. Nesse sentido, a MB possui alguns projetos e programas estratégicos que podem não estar ligados diretamente à conflitos, mas que dizem respeito ao pessoal e ao material que poderá ser empregado na eminência daqueles. O PEM-2040 estabelece os programas estratégicos com o

---

<sup>369</sup> BARBOSA JÚNIOR, ILQUES. **Oceanopolítica: conceitos fundamentais**. Amazônia Azul – Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil. p. 214.

<sup>370</sup> BONAPARTE, Napoleão. **Sobre a Guerra**. E-book. Trad. Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 3162.

<sup>371</sup> CLAUSEWITZ, 2022, p. 182.



propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade. Entre esses programas, temos:

**- Pessoal, nosso maior patrimônio** – programa que busca aperfeiçoar os sistemas e os procedimentos relacionados à gestão de pessoal, a fim de prover a Força com pessoas certas e com capacitação adequada ao cumprimento da missão da Marinha do Brasil. Congrega subprogramas ou projetos em execução ou em planejamento, concentrados em cinco eixos estratégicos: Modernização e Gestão de Pessoal, Aprimoramento da Capacitação, Saúde Integrada, Família Naval e Programa Olímpico da Marinha (PROLIM). Tem como meta desenvolver as competências intelectual e militar-naval, bem como a higidez física e psicossocial da Força de Trabalho da Marinha do Brasil.

Um dos grandes desafios da MB com esse programa é manter seu pessoal treinado e motivado, mercê o baixo orçamento que é destinado às Forças Armadas que se reflete em falta de equipamentos e salários baixos em relação às exigências da carreira. Médicos, engenheiros e profissionais de informática militares, por exemplo, ganham um salário não compatível com os valores pagos na iniciativa privada para profissionais com responsabilidades semelhantes e que não precisam também cumprir as atribuições peculiares à carreira militar.

**- Programa Nuclear da Marinha (PNM)** - de grande relevância estratégica para o Poder Naval, por considerar que seus dois projetos principais – Ciclo do Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada – são fundamentais para o projeto e construção do submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear, meio que conferirá nova dimensão à Defesa Nacional. Além de ter um efeito multiplicador do esforço tecnológico da Marinha, elevando a capacidade e a independência tecnológica nacional, o conhecimento alcançado poderá ser utilizado em prol dos setores energético, de saúde e agroindustrial, entre outros.

Destaca-se nesse programa a pesquisa que é realizada pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, responsável pelo enriquecimento do urânio que servirá de combustível para os reatores nucleares a serem empregados nos futuros submarinos. Em parceria com a Universidade de São Paulo, é o resultado de décadas de pesquisa e desenvolvimento.

- **Modernização do Poder Naval** - é de caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, como o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa de Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como o PROADSUMUS, visando a aumentar a capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional. Este programa tem como um dos seus objetivos proporcionar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos, favorecendo o estabelecimento de “clusters marítimos” e a geração de empregos qualificados diretos e indiretos.

Acreditamos que o exemplo da indústria chinesa poderia ser empregado nesse programa, de forma a proporcionar ao Brasil maior liberdade e independência, ao construir seus próprios meios com pouco dependência de fornecedores externos. Sabemos que será uma tarefa de longo prazo, principalmente pela falta de mentalidade marítima dos governantes do Brasil.

- **Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP)** – busca a manutenção ou modernização de instalações e meios existentes, incluindo a manutenção de dotações de sobressalentes, armas e munições. Além disso, o Programa está alinhado com o Objetivo Nacional de Defesa constante da Política Nacional de Defesa para a promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa, que prevê a incorporação de tecnologias com conteúdo nacional de uso dual, com perspectivas relevantes de geração e sustentação de empregos diretos e indiretos.

Parece-nos que este programa é um paliativo enquanto a MB não adquirir novos meios e equipamentos. Nem sempre se mostra satisfatório, como veremos adiante em relação a meios cuja manutenção seja muito onerosa ou quando já não há peças disponíveis no mercado externo para reposição. Torna-se mais complicado quando se soma a escassez de verbas que passam as Forças Armadas.

- **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)** - tem por objetivo monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de

contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional.

Esse é um dos programas mais importantes em termos estratégicos. Reúne e coordena informações oriundas de radares de terra, embarcações e aeronaves, facilitando a fiscalização de áreas e o planejamento de operações, reduzindo custos e tempo para reação. Sua completa implantação é essencial para a defesa do Brasil e a segurança das suas águas em termos marítimos, econômicos e ambientais.

**- Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos** - Em atendimento à Estratégia Nacional de Defesa, foi apontada a necessidade de o País estabelecer, nas proximidades da foz do rio Amazonas, um complexo naval de uso múltiplo, que ampliará a capacidade de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, com ênfase nas operações e ações de guerra naval no Atlântico Sul, com prioridade para o litoral norte e nordeste, inclusive garantindo a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas.

Presume-se que este programa resultará no aumento da capacidade de segurança da Amazônia Azul, e fortalecerá a dissuasão estratégica, representando uma ampliação da presença da Marinha na região e a consequente ampliação da mentalidade marítima nacional, bem como contribuirá para o fomento da Base Industrial de Defesa e para a geração de empregos, com destaque para as iniciativas na construção civil.

**- Mentalidade Marítima** – Esse programa atua na conscientização da sociedade em três níveis de inserção:

1 - Prevê ações de comunicação estratégica que avivem a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil começou pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena.

2 - Prevê uma forte atuação no nível dos atores governamentais com o intuito de promover um pensamento estratégico marítimo autóctone, fomentador de políticas públicas assertivas relacionadas ao mar.

3 - Enfoca o principal elemento e núcleo maduro do Poder Marítimo, os homens e mulheres do mar, que têm suas vidas a ele diretamente relacionadas. Estimula o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira e sua interação sinérgica em prol dos interesses nacionais.<sup>372</sup>

---

<sup>372</sup> Agência Marinha de Notícias.

Acreditamos que somente quando a sociedade brasileira tiver a plena consciência da importância do mar para a economia, para a saúde e para o bem-estar do Brasil esta engendrará meios para sua proteção e conservação. Há a necessidade urgente de se abandonar o paradigma de que o oceano é eterno e auto restaurável, de modo a não negar às futuras gerações o uso de um ambiente crucial para a vida do ser humano. Ele deve ser considerado, como vimos anteriormente ao estudarmos os conceitos estratégicos de Till (2018), como um grande arquivo parcialmente inexplorado do patrimônio marítimo da humanidade.

#### **4.4 - A composição da Marinha do Brasil**

Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) do Brasil, a origem da Marinha do Brasil se deu em 28 de julho de 1736, quando foi criada por D. João V, Rei de Portugal, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que foi transferida para o Brasil à época da chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, se tornando Repartição da Marinha no Brasil quando D. João VI retornou a Portugal em 1821. No ano seguinte, com a Independência, a Marinha se tornou a guardiã do novo Estado que nascia. O LBDN afirma que o mar sempre foi via de descobrimento, colonização, comércio, invasões estrangeiras, consolidação da independência e defesa de soberania, inclusive durante duas Guerras Mundiais.<sup>373</sup>

Podemos observar que por estes fatos e por todas as atividades exercidas pela Marinha do Brasil, que vão muito além de aprestamento para conflitos e para a defesa do território nacional, se justifica a necessidade de uma Marinha forte, preparada e motivada, de forma a contribuir para a consecução dos Objetivos Navais.<sup>374</sup>

Os Objetivos Navais complementam a Política Naval do Brasil e são os de mais alto nível estabelecidos pela MB, de forma a orientar seu Planejamento Estratégico e viabilizar sua visão de futuro para 2039. Esses objetivos se compõem de:

- Contribuir para a defesa da Pátria;
- Prover a segurança marítima;
- Contribuir para a garantia dos Poderes constitucionais e da lei e da ordem;
- Cooperar com o desenvolvimento nacional;
- Apoiar a política externa;

---

<sup>373</sup> LBDN, 2012, p. 79.

<sup>374</sup> POLÍTICA NAVAL, p. 20.

- Aprimorar a gestão de pessoas;
- Modernizar a Força Naval;
- Obter a capacidade operacional plena;
- Desenvolver a capacidade cibernética;
- Aprimorar as inteligências estratégica e operacional;
- Ampliar a consciência situacional marítima das águas de interesse; e
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.<sup>375</sup>

Embora a MB não tenha os mesmos objetivos da PLAN, podemos notar muitas semelhanças nas mudanças realizadas entre essas duas Marinhas, com o objetivo de torná-las mais enxutas, modernas e eficientes.<sup>376</sup> Entretanto, de forma diversa da China que privilegia suas Forças Armadas em seu orçamento, as Forças Armadas brasileiras permanecem com orçamento restringido, o que impossibilita que muitos dos Objetivos Navais saiam do papel, e os que são realizados precisam ser paralisados ou executados de forma precária, de acordo com o orçamento liberado. Mais adiante nessa pesquisa trataremos exemplos dessa situação, ao observarmos a realização dos projetos dos meios navais brasileiros.

Para alcançar seus objetivos a MB tem no seu comando superior o Comandante da Marinha (CM), investido por lei como Autoridade Marítima e subordinado diretamente ao Ministro da Defesa. O CM é assessorado por:

- um Órgão de Direção Geral (Estado-Maior da Armada – EMA);
- um Órgão de Assessoramento Superior (Almirantado);
- seis Órgãos de Assistência Direta; e
- Seis Órgãos de Direção Setorial.<sup>377</sup>

Enquanto a PLAN se divide em três Esquadras<sup>378</sup> para patrulhar um litoral de mais de 18.000 km de extensão<sup>379</sup>, os 7.491 km do litoral brasileiro são protegidos por uma única Esquadra<sup>380</sup> sediada na cidade do Rio de Janeiro. Para complementar essa proteção do litoral, o Brasil foi dividido em 9 Distritos Navais (DN), responsáveis pelas áreas marítimas e fluviais do seu entorno, cada DN possuindo meios para a execução de operações navais, aeronavais e de fuzileiros, e a realização de atividades de Patrulha

---

<sup>375</sup> POLÍTICA NAVAL, p. 20.

<sup>376</sup> Vide item 3.2.

<sup>377</sup> LBDN, 2012, p. 80.

<sup>378</sup> Vide item 3.2.

<sup>379</sup> RPC, 2019.

<sup>380</sup> Há o projeto de uma Segunda Esquadra, a ser sediada entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil. (Nota do Autor)

Costeira e Fluvial, Inspeção Naval e Socorro e Salvamento, além das atividades de Assistência Cívico-Social às populações ribeirinhas. Os DN e suas áreas de responsabilidade foram assim divididos:

- 1º DN – responsável pelos estados do RJ, ES e sudeste de MG;
- 2º DN – responsável pelos estados da BA, SE e norte e sudoeste de MG;
- 3º DN – responsável pelos estados do CE, RN, PB, PE e AL;
- 4º DN – responsável pelos estados do AP, PA, MA e PI;
- 5º DN – responsável pelos estados do RS e de SC;
- 6º DN – responsável pelos estados de MG e MS;
- 7º DN – responsável pelos estados de TO e GO e pelo Distrito Federal;
- 8º DN – responsável pelos estados de SP, PR e sul de MG; e
- 9º DN – responsável pelos estados de RR, AC, AM e RO.

Apesar desses DN não se compararem à uma Esquadra, os seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros proporcionam proteção e vigilância sobre as áreas sob suas jurisdições, de forma a estar coberto todo o litoral brasileiro e suas águas interiores. Ressalta-se que esses DN cumprem muitas funções que em outras Marinhas, como a US Navy e a PLAN, são exercidas por uma Guarda Costeira.<sup>381</sup>

#### **4.5 – A Estratégia Naval de Defesa da Marinha do Brasil**

O Plano Estratégico da Marinha – PEM2040 – considera que a ideia compartilhada por muitos brasileiros de que o Brasil é um país pacífico e que não está exposto a nenhuma ameaça externa, o chamado “pacifismo unilateral”,<sup>382</sup> prejudica a conscientização da necessidade de proteção das nossas águas jurisdicionais. Apesar do Brasil não enfrentar disputas territoriais como a China, compartilha algumas ameaças da mesma forma que esse país, como por exemplo a pirataria, o terrorismo, a pesca ilegal e a disputa por recursos naturais. Nesse sentido, o ambiente marinho e fluvial deve ser considerado como vetor para o desenvolvimento econômico e social e por esse motivo em uma área onde pode ocorrer disputas políticas e militares. A relevância dessas áreas, como pode-se perceber, é estratégica, pois 90% das importações e exportações de bens no Brasil ocorrem por via marítima.

---

<sup>381</sup> Vide item 3.6.3

<sup>382</sup> PEM 2040, 2020, p. 12.

O PEM2040 trata a Estratégia de forma predominantemente militar, com o emprego do Poder Naval em prol dos objetivos políticos de toda ordem, não se restringindo aos antagonismos de ordem estatal. Nesse sentido a MB também busca a cooperação e o trabalho conjunto com as outras Forças Armadas brasileiras e com outros órgãos ligados à Defesa, de forma a conciliar interesses e coordenar esforços no alcance dos Objetivos Nacionais e na defesa das águas brasileiras.<sup>383</sup>

Para concretizar essa defesa e ter condições de enfrentar as ameaças das mais diversas formas que possam surgir, a MB faz uso de uma Defesa Proativa, de forma a tomar a iniciativa das ações sem a necessidade de se aguardar que uma ameaça se torne concreta. Isso se faz necessário para a defesa das infraestruturas energéticas marítimas na Amazônia Azul e para o controle de acesso marítimo ao Brasil. A MB tem envidado esforços no sentido de implementar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que proverá vigilância e controle sobre as águas jurisdicionais através da integração de dados oriundos de todos os meios navais e aeronavais e de setores com o IBAMA e a PETROBRÁS.<sup>384</sup>

A capacidade de dissuasão e de negação de uso do mar por parte da MB, de forma semelhante à Estratégia A2/AD utilizada pela PLAN, devem ser ampliadas com o aumento da disponibilidade de navios, principalmente os dotados de propulsão nuclear, e com navios de superfície mais modernos, como as corvetas classe Tamandaré, todos esses navios de construção nacional. Porém esse planejamento de futuro da MB esbarra em uma fraca mentalidade marítima e de Defesa por parte dos governantes brasileiros, o que acarreta uma diminuição acentuada nas verbas destinadas às Forças Armadas no orçamento da União.

O Brasil tem uma costa “aberta”, sem nenhum arquipélago que proteja a entrada do nosso país de qualquer inimigo ou dificulte o seu deslocamento. O orçamento destinado à Marinha prejudica as atividades de patrulha e a capacidade de dissuasão, tanto em relação ao preparo do pessoal como ao equipamento disponível. Uma guerra contra outro país é uma possibilidade distante, mas a pirataria, a pesca ilegal e o tráfico de drogas são realidades que precisam ser prevenidas ou combatidas. E quanto maior for a demora na prevenção, menor será o sucesso no combate.

---

<sup>383</sup> PEM-2040, 2020, p. 34.

<sup>384</sup> Ibid., p. 40.

## 4.6 – Meios que a MB dispõe para a implementação da Defesa Proativa

O ambiente marinho se compõe de ameaças e oportunidades, e para conciliar esses dois fatores a MB necessita de meios que possam fazer frente a qualquer ameaça ao mesmo tempo que permitam o livre uso do mar pelo Brasil de forma plena e segura. A MB possui uma das maiores Esquadras da América Latina, composta por uma variedade de navios de guerra, como Porta Helicópteros Multifunções, Fragatas, Corvetas, Navios de Desembarque (Doca e de veículos de combate) e submarinos, além de outros navios de salvamento e apoio, como veremos a seguir.

### 4.6.1 – Submarinos atuais e em desenvolvimento

O PEM2040 considera o submarino como o melhor elemento quando se emprega a Estratégia de negação do uso do mar ao inimigo. Sua grande mobilidade associada com uma grande capacidade de ocultação o tornam uma grande ameaça em função do fator surpresa e da grande variedade de armamento que pode transportar. Como prova dessa afirmação, podemos observar que durante a Guerra Fria a ex-URSS expandiu sua frota de submersíveis, que eram utilizados em várias missões, tanto de patrulha e ataque como para espionagem. E várias Marinhas têm se utilizado de submarinos para diversas funções dentro de uma Esquadra. Destarte, McDevitt observa que operar submarinos em apoio direto a navios aeródromos podem criar problemas táticos, pois haverá a necessidade de boas comunicações para que o submarino não seja atacado pelas aeronaves que protegem esse navio aeródromo.<sup>385</sup>

A MB tem investido no projeto de um submarino convencional com propulsão nuclear, que em função da sua maior velocidade e permanência maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB.<sup>386</sup> O Programa de Desenvolvimento de Submarinos da MB (PROSUB) está revolucionando a indústria naval, denotando um grande avanço tecnológico brasileiro.

Atualmente encontra-se em fase final de testes o submarino Riachuelo (S-40), o primeiro da moderna classe de quatro submarinos convencionais com propulsão diesel-elétrica que contribuirão para um maior poder de dissuasão na Amazônia Azul através de uma presença efetiva. Além de reduzir as capacidades operativas do inimigo em águas

---

<sup>385</sup> McDevitt, 2020, p. 65.

<sup>386</sup> PEM-2040, 2020, p. 35.



brasileiras ao realizar esclarecimento e ataque, este submarino também poderá realizar operações de minagem, inteligência, resgate e infiltração de elementos de operações especiais além das linhas inimigas. Como ressaltamos anteriormente, a falta de obstáculos naturais, como uma cadeia de ilhas, deixa nossa costa muito vulnerável, e é nessa vulnerabilidade que o poder de ocultação do submarino se mostra bastante eficiente para a Defesa brasileira.

Derivado da classe francesa de submarinos “Scorpène”, por meio de transferência de tecnologia, a construção do submarino Riachuelo foi realizada com mão-de-obra brasileira e assistência técnica francesa. Foram realizadas diversas modificações, que permitiram uma maior autonomia. Possui um comprimento de 70,62 metros e um deslocamento submerso de 1.900 toneladas, possuindo seis tubos de lançamento de armas, entre torpedos, mísseis táticos submarino-superfície e minas de fundo.

A classe Riachuelo é o embrião para a construção futura do submarino convencional com propulsão nuclear classe “Álvaro Alberto”. Para tal empreendimento, além da capacitação de pessoal junto à Marinha Francesa, o Brasil também investiu na construção de um complexo naval com diversas instalações na cidade de Itaguaí-RJ, que integra várias tecnologias e pode ser considerado um dos mais modernos estaleiros de construção naval.

Além da moderna classe Riachuelo, a MB também opera com submarinos da classe “Tupi” e com o submarino “Tikuna”. O submarino Tupi (S-30), primeiro da sua classe, foi construído para o Brasil em Kiel, na Alemanha, baseado na classe IKL-209, sendo entregue ao Brasil e incorporado à MB ainda na Alemanha em 1988. Por meio de transferência de tecnologia, os próximos submarinos dessa classe foram construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), tendo sido incorporado em 1995 o submarino Tamoio (S-31), em 1996 o submarino Timbira (S-32) e finalmente o submarino Tapajó (S-33) foi incorporado em 1999. Essa classe de submarinos possui propulsão diesel-elétrica, tem comprimento de 61,2 metros e um deslocamento submerso de 1.440 toneladas, possuindo 8 tubos de torpedo com capacidade para o lançamento de 16 torpedos Mark 24 Tigerfish.

Recentemente circulou a notícia nos principais jornais da área de Defesa de que a MB teria a intenção de negociar os submarinos da classe Tupi para investir na modernização da sua frota de submarinos. Países como Argentina, Peru e Polônia demonstraram interesse, mas as negociações não tinham se iniciado quando da conclusão desse trabalho.

Baseada na classe Tupi, a MB desenvolveu a classe Tikuna, que seria a maior classe de submarinos construídos no Brasil. Foi uma modernização do projeto alemão IKL-209, apresentando melhor desempenho tanto em relação à ruído produzido quanto à tempo de imersão em relação à classe anterior. A MB optou por não prosseguir com essa classe e investir na produção da classe Riachuelo e do futuro submarino convencional com propulsão nuclear. O submarino Tikuna (S-34) foi o único a ser produzido para essa classe, apresentando um comprimento de 62 metros, deslocamento submerso de 1586 toneladas e possuindo oito tubos de torpedo.

Podemos notar que, apesar de já construir submarinos, a MB ainda depende de tecnologia estrangeira. Como já enfatizado, por não possuir barreiras naturais que impeçam a aproximação de inimigos, o submarino pode se tornar o principal elemento de dissuasão. Enfatizamos que atualmente não temos motivos para considerar outros países como potenciais inimigos a curto e médio prazos, mas devemos ter a consciência de que o tráfico de drogas, a pesca ilegal, a pirataria e a poluição ambiental rondam as nossas costas, trazendo ameaças econômicas e ambientais. O investimento em Defesa Naval deve buscar duas frentes: o incremento da indústria naval com uma grande parcela de nacionalização, ao mesmo tempo em que se incentiva uma maior participação da classe acadêmica. Mais uma vez buscamos exemplos na China, que ao mesmo tempo em que buscava tecnologia estrangeira, incentivava os estudantes a se especializarem em países com melhores tecnologias, de forma a trazer esse conhecimento para a própria China. Não basta liberar verba somente para a indústria naval, deve-se também focar na formação de engenheiros e técnicos, como pudemos observar a iniciativa de sucesso chinesa. Sem mão-de-obra qualificada não há condições de se avançar nesse setor. E essa indústria deve possuir um grande índice de nacionalização, de forma que o Brasil não permaneça na total dependência de tecnologia estrangeira.

Outro ponto a ser estudado é o custo da indústria no Brasil. Deve haver um esforço de nossos governantes e congressistas no sentido de baratear materiais e impostos envolvidos na construção naval. Segundo estudos divulgados em 2022 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em parceria com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), o Custo Brasil encarece os produtos industriais brasileiros em 25,5% em média. E o maior impacto desse custo vem de impostos e taxas, os maiores entre os países pesquisados, representando 13% do total. Os demais itens do Custo Brasil e seus impactos no preço são: juros (6,1%), matérias-primas e energia (3,7%), logística (1,5%), carga extra com benefícios (0,8%) e serviços *non*

*tradables* (0,4%). Esse estudo comparou a produção de uma empresa com as características operacionais brasileiras funcionando no ambiente econômico do Brasil e a mesma empresa em um ambiente econômico simulado, que representa a realidade média dos 15 países parceiros comerciais, entre eles China, EUA, Alemanha, Argentina, Coreia, Japão, Itália e França. Podemos observar, por meio dessa pesquisa, que com esse custo não há como se falar em desenvolvimento da indústria naval nacional.<sup>387</sup>

#### 4.6.2 – Meios de superfície da Marinha do Brasil

Para manter a sua Estratégia de Defesa Proativa e negar o uso do mar ao inimigo, além da realização de operações de patrulha e presença, a MB conta com diversos navios de superfície portando uma diversidade de armamentos. Limitaremos a apresentar nesse trabalho somente as unidades da Esquadra que cumprem as tarefas inerentes às Estratégias de Defesa empregadas pela MB. Não apresentaremos navios oceanográficos ou varredores, por exemplo, por não serem o foco da nossa pesquisa. De forma semelhante, não apresentaremos os meios que compõem os Distritos Navais.

A Marinha do Brasil (MB) é uma das poucas Marinhas do mundo a operar navios aeródromos. Seu primeiro navio dessa classe foi o Navio Aeródromo Ligeiro (NAeL) Minas Gerais (A-11), antigo navio da Marinha Real Britânica, que serviu ao Brasil de 1960 a 2001, quando foi desativado por não possuir velocidade e pista adequada para a operação das aeronaves de asa fixa mais modernas. Foi substituído pelo Porta aviões Foch, da Marinha da França, maior e mais moderno, que recebeu no Brasil o nome de Navio Aeródromo (NAe) São Paulo (A-12), servindo ao país entre 2000 e 2014, sendo considerado à época o maior navio militar da América do Sul.<sup>388</sup>

Atualmente a MB opera o Navio Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A-140), adquirido da Marinha Real Britânica como o NAeL Minas Gerais. Apesar da designação de navio aeródromo, o NAM Atlântico somente tem capacidade de operar com helicópteros, aviões turbo hélice de pouso vertical (que não existem no Brasil) e aeronaves remotamente pilotadas (drones), em virtude de não possuir sistema de

---

<sup>387</sup> Os valores completos dessa pesquisa podem ser observados em: [www.ciesp.com.br/noticias/custo-brasil-encarece-produtos-industriais-em-254-2/#](http://www.ciesp.com.br/noticias/custo-brasil-encarece-produtos-industriais-em-254-2/#). (Nota do Autor).

<sup>388</sup> Esses navios aeródromos não tiveram um epílogo em suas vidas navais condizente com as suas grandezas. O *Minas Gerais*, após mais de 40 anos de serviço na MB, foi enviado para a Índia para desmanche. O *São Paulo*, após seus 14 anos de serviço, teria destino semelhante na Turquia, mas após embarços ambientais que não permitiram sua atracação em diversos países, acabou sendo afundado pela MB em fevereiro de 2023 ao largo da costa de Pernambuco. (Nota do Autor)

lançamento por catapulta e cabos de frenagem. As aeronaves AF-1 (designação brasileira para as aeronaves McDonnell Douglas A-4 Skyhawk) que operavam no NAe São Paulo operam atualmente a partir da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia – RJ, até a aquisição de um novo navio aeródromo que permita sua operação embarcada. McDevitt (2020) considera que a eficiência de um porta-aviões se encontra na sintonia entre tripulação e grupamento aéreo embarcado, mas alerta que a China, por exemplo, ainda não alcançou essa sintonia perfeitamente.<sup>389</sup> Com o atual estágio de desenvolvimento da indústria naval nacional e com o devido investimento financeiro a MB teria condições de buscar parceria com a indústria naval chinesa com o fulcro de sanar essa lacuna tão crucial em seus meios de superfície, visto a PLAN já ter seu plano de construção de navios aeródromos bem avançado.<sup>390</sup>

A aeronave remotamente pilotada a ser empregada no NAM Atlântico será o Insiteir-Boeing/rq-1 ScanEagle, que é lançado por uma catapulta pneumática Compact Make-4 e recolhida pelo sistema SkyHook, que utiliza um dispositivo na ponta da asa que dispensa o uso de redes. Possui uma câmera que pode ser utilizada com infravermelho e no período noturno. Com autonomia acima de 18 horas de voo e velocidade máxima de 80 nós, poderá ser empregada em missões de inteligência, vigilância e reconhecimento, expandindo fortemente a capacidade e projeção de poder da MB. Estudos mais avançados e parceria com universidades e institutos de pesquisa nacionais poderiam resultar em avanços nessas aeronaves não tripuladas, de forma a expandir a sua autonomia e lhe proporcionar poder de ataque, aumentando a área de vigilância e segurança do NAM ou de outro navio em que essas aeronaves pudessem ser empregadas.

Nesse sentido, a China está mais avançada no uso e fabricação de drones, principalmente os de ataque, que poderão ser utilizados como alas em formação de aeronaves, sendo pilotadas pelo copiloto da aeronave líder da formação, em um futuro próximo. Como outros produtos fabricados na China, acredita-se que esses drones sejam cópias de drones fabricados pela empresa Boeing. Mais uma vez consideramos que uma parceria com institutos que façam essa pesquisa poderia trazer desenvolvimento nessa área para a MB.

Como parte do Programa de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes da Marinha e buscando avanço tecnológico, autonomia e maior poder de dissuasão empregando seus navios de escolta, na década de 1970 a MB buscou uma nova série de

---

<sup>389</sup> McDevitt, 2020, p. 52.

<sup>390</sup> Vide item 3.6.3

navios que substituísse as antigas unidades compradas dos EUA e que haviam sido construídas durante a Segunda Guerra Mundial. O modelo escolhido foi o projeto britânico Vosper Mk-10, composto por fragatas de emprego multifuncional com ênfase na guerra antissubmarino pois, como já visto nessa pesquisa, esta era a principal ameaça durante a Guerra Fria. São grandes navios de patrulha com capacidade para localizar e destruir alvos aéreos, de superfície e submarinos. No Brasil foram denominados como fragatas classe Niterói.

Trazendo aperfeiçoamento para a indústria naval brasileira, a Fragata Independência e a Fragata União foram construídas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) com material, equipamentos e assistência do estaleiro britânico Vosper, construtor das primeiras fragatas. Não houve solução de continuidade nessas unidades, comprovando a evolução da indústria naval nacional. A partir desses navios, foi desenvolvido pela Diretoria de Engenharia Naval (DEN) o projeto de um navio-escola, que resultou na construção do Navio-Escola Brasil (U-27) pelo AMRJ, que foi incorporado em 1986 e desde então é empregado na fase final da formação dos oficiais da Marinha do Brasil.

A classe Niterói é composta por navios com deslocamento máximo de 3.800 toneladas e propulsão combinada de 4 motores diesel ou 2 turbinas a gás, atingindo uma velocidade de até 30 nós. Dispondo de uma grande diversidade de armamento e de sensores, coordenados e combinados por um sistema de dados táticos. Completa esse sistema um helicóptero Westland SAH-11 Lynx.

Navios de amplo emprego em uma gama de missões, foram considerados um salto tecnológico à época da sua incorporação, e após anos de vida útil a MB iniciou nos anos 2000 o Projeto de Modernização das Fragatas (MODFRAG), com o intuito de dotar a classe Niterói com modernos sistemas aptos a enfrentar as ameaças da guerra naval contemporânea. Atualmente as fragatas classe Niterói encontram-se com sensores e armamentos modernizados e aptas a cumprir sua missão de vigilância, esclarecimento e proteção das águas brasileiras. Infelizmente, devido ao alto custo de atualização e pelo seu tempo de utilização, a Fragata Niterói (F-40) foi descomissionada em 2019.

Para substituir os antigos contratorpedeiros classe Garcia adquiridos da US Navy, a partir de 1997 a MB adquiriu do Reino Unido quatro fragatas Type 22, que foram sendo repassadas ao Brasil à medida em que deixavam o serviço ativo na Royal Navy. O sistema de propulsão desses navios é composto por 4 turbinas a gás que permitem alcançar 30 nós

de velocidade, além de sensores e armamentos mais modernos, embarcando uma aeronave Westland AH-11A Super Lynx.

No Brasil essas fragatas se tornaram a classe Greenhalgh. Apesar do seu grande emprego como navios de escolta, o seu alto custo de manutenção, principalmente das turbinas a gás, associada à grande contingência de recursos destinados ao setor de Defesa inviabilizaram o uso deste tipo de navio ao longo dos anos. Medidas extremas, como a desativação de alguns navios para a utilização das peças em outros chegaram a ser adotadas, mas a falta de pessoal de manutenção especializado e de peças de reposição, inclusive no exterior, comprometeram seriamente a operação desse tipo de navio. Atualmente, somente se encontra no serviço ativo da MB a Fragata Rademaker.

Em 1977, com o intuito de aumentar a patrulha oceânica nas águas jurisdicionais brasileiras e substituir antigos contratorpedeiros e corvetas que realizavam essa missão, a MB iniciou estudos para implementar o “Projeto Corveta.”

Era um ambicioso projeto de construção de 16 corvetas utilizando indústria naval e mão-de-obra nacionais, de forma a se poder construir navios menores com menor custo e em maior quantidade, visando incrementar o Poder Naval brasileiro com equipamentos com grande fator de nacionalidade. A experiência com a construção das Fragatas Independência e União e do Navio-Escola Brasil deram o aval ao projeto, que foi autorizado pelo Governo brasileiro em 1981.

O projeto foi desenvolvido pela Diretoria de Engenharia Naval (DEN) com consultoria técnica da empresa Marine Technik, da Alemanha, se procurando manter um grau de nacionalidade de mais de 90% no projeto.<sup>391</sup>

Galante comenta que as 16 corvetas a serem construídas seriam divididas em quatro lotes de quatro navios, porém mais uma vez contingências orçamentárias obstaculizaram o projeto brasileiro:

Foi autorizada a construção de quatro navios, o primeiro par autorizado em 15 de fevereiro de 1982 e o segundo em 9 de janeiro de 1986. A Marinha planejava construir dezesseis corvetas, em quatro lotes de quatro navios, mas a falta de verbas diminuiu esse número para doze e, por fim, para apenas quatro, que ainda assim sofreram atrasos consideráveis na construção.<sup>392</sup>

---

<sup>391</sup> GALANTE, Alexandre. **As Corvetas classe Inhaúma e Barroso**. Artigo. Revista Poder Naval. RJ, 2015. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2015/12/27/as-corvetas-classe-inhauma-e-barroso/> Acesso em: 21/01/2023.

<sup>392</sup> Ibidem.

A primeira corveta, a Inhaúma (V-30) foi iniciada em 1983 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e somente incorporada em 1989. A Corveta Jaceguai (V-31), segunda da classe, foi iniciada em 1984 no AMRJ e incorporada em 1991. Para manter a nacionalização do projeto somente o sistema de armas, extremamente caro, foi financiado junto à bancos estrangeiros. Todas as outras partes dos navios foram realizadas através de verbas nacionais ou com financiamento de empresas estrangeiras associadas. E o projeto ia além da construção de navios de guerra no AMRJ com verbas nacionais, como explica Galante:

Como a Marinha pretendia transferir a tecnologia de construção de navios de guerra a estaleiros privados, o segundo par ficou a cargo do Estaleiro Verolme, com um prazo de entrega de 33 meses para a Júlio de Noronha (V32) e de 36 meses para a Frontin (V33). A primeira foi incorporada em outubro de 1992 e a segunda em março de 1994.<sup>393</sup>

Ao final do projeto, as corvetas classe Inhaúma teriam características semelhantes às fragatas classe Niterói, porém com um porte menor e um sistema muito mais moderno, sendo também muito mais silenciosas para a detecção por submarinos. O armamento seria também o mesmo da classe Niterói, inclusive a aeronave Westland SAH-11A Super Lynx. Logicamente, pelas dimensões do navio, esses equipamentos que os dotavam eram em menor quantidade, como por exemplo o sistema de propulsão, que se compunha de dois motores diesel combinados com uma turbina a gás.

Após o início da construção dos navios percebeu-se que o esforço para o aumento da nacionalização e para a diminuição de custos na construção de quatro unidades de forma simultânea não permitia muita margem para reparação de falhas, e os defeitos do projeto surgiam com as unidades já prontificadas, o que não permitia condições para correções. Note-se que por conta de custos e oportunidade utilizou-se a Inhaúma, cuja construção se encontrava ligeiramente avançada em relação às outras unidades, como protótipo para análise e tentativa de correção de falhas. O que não se mostrava satisfatório era imediatamente alterado nas demais corvetas. Apesar de todos os percalços, a classe Inhaúma foi uma iniciativa de sucesso, como observa Galante:

Porém, depois de corrigidos os principais defeitos, a classe “Inhaúma” passou a receber elogios pela capacidade de guerra eletrônica e de pontaria, e isso numa época em que a classe “Niterói” ainda gozava de muito prestígio. Aos poucos, os “fragateiros” reconheceram as qualidades das novas corvetas.<sup>394</sup>

---

<sup>393</sup> GALANTE, 2015.

<sup>394</sup> Ibidem.

A falta de recursos, as contenções econômicas da época e a falta de mentalidade marítima impediram o prosseguimento do projeto e a construção de novas unidades, ficando a classe Inhaúma restrita aos quatro navios originais. Após a análise das falhas que comprometeram o projeto, foi iniciado um novo, derivado da classe Inhaúma, com casco aumentado e com um sistema de armas mais simples, porém mantendo o grau de inovação e a correção das falhas do projeto original. Seriam fabricadas duas corvetas no AMRJ.

A construção da primeira corveta foi iniciada em 1994, mas esta somente foi concluída e incorporada em 2008, 14 anos após o seu início. Foi batizada como Corveta Barroso (V-34), inaugurando uma nova classe de corvetas derivadas do projeto Inhaúma.

Atualmente a MB tem planos para a construção de uma nova classe de navios aperfeiçoando a classe Barroso. Seriam as corvetas classe Tamandaré, maiores e mais modernas, que também seriam construídas em estaleiros brasileiros reforçando e privilegiando a indústria nacional e gerando empregos. Pelo tamanho e grau de modernização dos equipamentos desses navios, recentemente a MB as reclassificou para fragatas classe Tamandaré.

A indústria naval brasileira, além da grande geração de empregos e de desenvolvimento tecnológico para o país, contribui com o alcance dos objetivos da Estratégia Marítima do Brasil. A construção de corvetas, fragatas, navios patrulhas e navios polares deve ser estimulada e aperfeiçoada para navios de maior porte. Nota-se que a iniciativa da China em investir na indústria naval e produzir seus próprios meios, com alto grau de nacionalização, reduziu custos, evitou a dependência externa e causou uma grande preocupação nas Marinhas dos outros países, tanto as do seu entorno como a própria US Navy.

Fomentar a indústria naval trará grandes benefícios para o Brasil em termos políticos, econômicos e militares. A MB tem construído ou incentivado a construção de navios-patrulha, navios-polar e navios-hospitais. Os navios-patrulha são distribuídos pelos DN de forma a permitir uma cobertura de proteção sobre todo o litoral brasileiro. Os navios-hospitais cumprem a missão cívico-social de levar assistência médica e odontológica às regiões mais distantes do Brasil através dos rios da Bacia Amazônica e do Pantanal. E os navios polares cumprem missões de pesquisa e apoio ao Programa



Antártico Brasileiro (PROANTAR),<sup>395</sup> garantindo a presença brasileira naquela continente.

O Planejamento Estratégico brasileiro tem sofrido muitos cortes de recursos e contingenciamentos por motivos econômicos e políticos nas últimas décadas. As demandas de tecnologias supridas por aquisições externas tentam conservar o nível de inovação tecnológica do Brasil, porém também criam dependência de itens externos. Para que a indústria naval alcance o nível de evolução das principais Marinhas há a necessidade de que técnicos sejam encaminhados ao exterior para se aperfeiçoarem e aplicarem o know-how adquirido no Brasil. Com uma indústria naval forte em condições de suprir a Esquadra com navios modernos que possam cumprir missões de patrulha, esclarecimento e ataque, de modo defender as águas jurisdicionais brasileiras e negar o uso do mar ao inimigo, o Brasil estará em condições de cumprir seus Objetivos Estratégicos.

Nesse sentido, o regime político adotado pela China permite que seus Objetivos Estratégicos possam ser planejados e executados sem oposição, segundo a política de que os objetivos da República Popular da China são os objetivos do Partido Comunista chinês<sup>396</sup>, sem margem para contestação da opinião pública, seja esta interna ou internacional. O Brasil, de forma antagônica, vê seu orçamento dividido entre vontades políticas e sociais, e segundo o “pacifismo unilateral”<sup>397</sup> citado no PEM-2040, o orçamento de Defesa recebe a menor atenção em relação a outras áreas, tendo que realizar aquisições de oportunidade quando seus meios já se encontram bastante obsoletos ou já foram desincorporados.

Os meios navais brasileiros sofrem de uma descontinuidade crítica nos seus projetos. Navios fabricados no país ou adquiridos no exterior têm suas vidas úteis estendidas por diversos motivos, e acabam sendo descomissionados quando não têm mais condições de operação, o que pode comprometer a defesa do litoral brasileiro. A fragata Niterói (F-40) já foi descomissionada pelo seu tempo de vida, a classe Inhaúma conta hoje somente com a corveta Júlio de Noronha (V-32), assim como a classe Greenhalgh possui apenas a fragata Rademaker (F-49). Classes iniciadas sofreram contingências e se

---

<sup>395</sup> O PRONTAR é um programa de Estado, com execução descentralizada e multi-institucional, que visa a garantir a presença do Brasil no Continente Branco. Ele está a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), integrada por 16 membros, sendo 15 Ministérios e a Marinha do Brasil. Fonte: Agência Marinha de Notícias (<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/>)

<sup>396</sup> JINPING, 2019, p. 12.

<sup>397</sup> PEM-2040, p. 12.

resumiram ao primeiro navio, como o submarino Tikuna (S-34) e a corveta Barroso (V-34). Espera-se que o planejamento para a classe de submarinos Riachuelo seja concluído e inicie-se com brevidade a construção do submarino convencional com propulsão nuclear. O engajamento dos governantes brasileiros no projeto de Defesa é essencial. Till (2020) considera que, além do grande incentivo do Partido Comunista chinês para modernizar a Defesa e a indústria naval chinesa, as reformas institucionais em grande escala, além da engenharia reversa, garantiram o rápido avanço tecnológico da China, fatos muito bem ilustrados pelas novas classes de meios de superfície e de mísseis.<sup>398</sup> Ilques Barbosa Júnior considera que o Brasil, por atrasar a atribuição de adequada prioridade às atividades marítimas, ampliou as dificuldades para o desenvolvimento nacional.<sup>399</sup>

#### **4.6.3 – O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil**

De forma semelhante aos meios navais, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB sofre com a mesma contingência orçamentaria do setor de Defesa brasileiro. De forma distinta de outras Marinhas, como a US Navy ou a PLAN, o Corpo de Fuzileiros Navais não compõe uma Força Armada isolada, mas são componentes da MB, mesmo tendo o status de Corpo distinto dentro desta, o que não ocorre por exemplo com a Guarda Costeira, que não existe na MB, tendo suas funções exercidas pelos diversos Distritos Navais espalhados pelo país.

Os Fuzileiros Navais têm unidades em todos os Distritos Navais do Brasil, atuando na segurança das instalações da MB e no apoio a população por meio de ações cívico-sociais em tempo de paz. Também fornecem contingente para Missões de Paz da ONU e cooperaram na Missão para Estabilização do Haiti entre 2004 e 2017. Tendo participado de todos os conflitos armados que ocorreram no Brasil, os Fuzileiros Navais se utilizam hodiernamente de carros blindados, artilharia, engenharia de combate e guerra eletrônica. Porém, em conformidade com os meios navais, os meios utilizados pelos fuzileiros navais brasileiros se encontram ultrapassados e obsoletos, dependendo da liberação das verbas orçamentárias para sua atualização.

---

<sup>398</sup> TILL, 2020, p. 406.

<sup>399</sup> BARBOSA JÚNIOR, ILQUES. **Oceanopolítica: uma pesquisa preliminar**. Revista Marítima Brasileira. V.129 n. 04/06 – abr./jun. 2009. p. 57.

#### 4.7 – Atividades da PLAN que poderiam ser adaptadas para a MB

De forma diversa à Milícia Marítima da PLAN, não existe no Brasil nenhum programa no qual trabalhadores civis ligados ao setor naval deem suporte paramilitar quando necessário. As Capitânicas dos Portos fornecem cursos para a Marinha Mercante e para aqueles que praticam a atividade pesqueira, porém são cursos essencialmente técnicos, voltados para o setor laboral. Não existe uma ligação desse setor à Defesa do país, nem suporte para ações de defesa ou vigilância. Enquanto a China tem profissionalizado e reforçado a sua Milícia Marítima recrutando militares reformados oferecendo altos salários, o Brasil não utiliza essa força de trabalho para reforçar a segurança do seu litoral, principalmente no reforço à vigilância e patrulha. Muitos militares da MB, em seus horários de lazer, praticam atividades voltadas ao mar como pesca ou vela. O presidente chinês Xi Jinping sempre destacou pessoalmente a importância da Milícia Marítima para as reivindicações marítimas da China e para a coleta de informações.<sup>400</sup>

Mesmo não utilizando o modelo paramilitar empregado pelas Milícias Marítimas chinesas, o setor pesqueiro brasileiro poderia ser treinado e operado de forma efetiva e com ações coordenadas para vigilância, busca e salvamento. As ações que ocorrem atualmente nesse sentido são realizadas de forma voluntária e esporádica, sem uma organização centralizada. Com a missão de patrulhar um litoral como o do Brasil, uma frota pesqueira treinada e em contato com uma central que coordenasse informações, como o SisGAAz, seria de grande valor para a Defesa do país. E também poderia ser empregada para o transporte de suprimentos e pessoal em situações de conflitos, resgates e desastres ambientais. À título de comparação, a Milícia Marítima chinesa é treinada até para a colocação de minas e tem preparação para desminagem básica.<sup>401</sup>

A MB também poderia adotar para vigilância e defesa da costa brasileira outro projeto polêmico que obteve sucesso na China: a construção de ilhas artificiais.

Logicamente não estamos nos referindo a dragar o leito oceânico para aterrar Abrolhos ou o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, mas utilizar uma atividade que o Brasil domina: a construção de plataformas para exploração de petróleo.

O Brasil é líder na exploração de petróleo em águas profundas. A partir desse domínio, poderiam ser criadas bases navais em plataformas flutuantes, que poderiam ficar

---

<sup>400</sup> McDevitt, 2020, p. 214.

<sup>401</sup> Ibid., p. 216.

localizadas em diferentes posições na ZEE brasileira, de forma a criar um cinturão avançado de vigilância, ou um “Colar de Pérolas”, prevenindo incursões não autorizadas, pesca ilegal e pirataria, além de poder ser utilizada como apoio e controle em caso de acidentes ou desastres.

Essas bases poderiam possuir um sistema de radar que fornecesse um alerta antecipado de perigo, bem como ser guarnecidas por drones aéreos para vigilância e ataque como também possuir embarcações de ataque pequenas e rápidas, no modelo da classe Houbei (Type 022) da PLAN, por exemplo. Poderiam também servir como base de apoio para submarinos e meios de superfície.

Para minimizar custos e possibilitar a adesão da sociedade brasileira, e conseqüentemente a liberação de verbas por nossos governantes, essas bases poderiam ter parceria com institutos de pesquisas e centros universitários, com grupos de pesquisas que as utilizariam em estudos meteorológicos ou oceanográficos, por exemplo, expandindo suas potencialidades. Estudar a geração de energia eólica e das marés ou estudos astronômicos sem a interferência da proximidade de cidades seria extremamente valioso para pesquisadores desses campos.

Muitos dos modelos de plataformas petrolíferas se assemelham a grandes navios ancorados, mas que podem alterar sua localização se necessário.<sup>402</sup> Por este fato, poderiam ser realizados estudos sobre a viabilidade de se transformar grandes navios da MB, que já ultrapassaram suas vidas úteis e cuja renovação seja custosa, em bases flutuantes. Temos como exemplo o caso recente do ex-NAe São Paulo, cuja modernização se tornou inviável economicamente e após problemas ambientais decidiu-se pelo seu afundamento ao largo da costa do estado de Pernambuco. Não haveria a possibilidade de adaptá-lo como uma base flutuante/laboratório de pesquisas ao largo da nossa costa?

Essas bases não necessitariam estar posicionadas próximas ao alto mar, mas a uma distância tal que permitisse vigilância e alarme antecipado para ameaças e desastres. Serviriam também como um posto avançado para apoio médico e logístico para a MB e para embarcações em situações de emergência.

Empregando-se essas atividades, a MB poderia obter o Controle do Mar na sua área marítima ao empregar uma estratégia A2/AD, com as bases flutuantes/laboratórios de pesquisa servindo como um cinturão de proteção, posicionadas na rota presumida do

---

<sup>402</sup> Para conhecer os modelos de plataformas utilizados no Brasil de uma forma simples e abrangente: <https://petrobras.com.br/infograficos/tipos-de-plataforma/desktop/index.html>

invasor, ao mesmo tempo em que pesqueiros e veleiros poderiam posicionar minas ou outros obstáculos no interior desse cinturão, de forma a retardar o avanço desse invasor até os meios de superfície e submarinos se aproximarem da área invadida, criando uma barreira de segurança dentro do cinturão de proteção. As próprias bases, em um futuro economicamente favorável, poderiam dispor de defesa com mísseis e torpedos.

## Considerações Finais

Em nossa pesquisa pudemos observar os benefícios trazidos para a PLAN pela evolução da China no setor de Defesa, que também se refletem no aprimoramento da sua indústria naval e na qualidade de vida de seu povo. O povo é um fator importante nessa equação, porque se ele não adotar as ideias dos seus líderes e não trabalhar em prol da evolução do seu país não será possível lograr o sucesso.

Vimos que nessa evolução os conceitos dos teóricos da Estratégia Marítima foram estudados e implementados. A necessidade de se desenvolver e proteger o comércio marítimo fez eco à trindade mahaniana de forte economia produtiva, uma boa rede de transporte e locais onde negociar esses produtos além de buscar outros necessários à manutenção do seu comércio. Nas palavras de Corbett, vimos que a projeção do Poder Nacional passa pelo Comando do Mar, que se define como o controle das Linhas de Comunicação Marítimas por onde flui o comércio. Para a Marinha da China atingir seus objetivos e se tornar uma Marinha de águas azuis, na definição de Speller, ela necessitará de harmonia em vários setores do mar, do ambiental ao de defesa, buscando a Boa Ordem no Mar definida por Geoffrey Till.

Pudemos observar que o desenvolvimento atual da PLAN se iniciou em 1978 com Deng Xiaoping, que cimentou as bases para essa evolução. Incentivando o aperfeiçoamento técnico e acadêmico por meio de trabalho duro e quebra de paradigmas, tornou a lembrança do Século da Humilhação Nacional um forte motivo para se buscar o retorno às glórias do Império do Meio. Trazendo empresas estrangeiras para se instalar no seu território e enviando técnicos e estudantes para se aperfeiçoarem no exterior, Deng buscou o aprimoramento e aquisição de modernas tecnologias em vários setores, principalmente o industrial e o militar. Podemos buscar lições para o nosso país nessas ações, investindo na formação e aperfeiçoamento de técnicos e especialistas, buscando um salto de tecnologia. Nesse sentido, a MB poderia aumentar a sua parceria com o meio acadêmico, nos moldes do que temos no Programa Olímpico da Marinha (PROLIM), no qual atletas com alto desempenho são patrocinados pela MB por meio de ajuda de custo e estrutura material para sua preparação. De forma semelhante, a MB poderia buscar recursos junto ao Governo Federal para patrocinar cientistas e pesquisadores, também com ajuda de custo e estrutura material, que labutem em setores que tivessem ligação com a atividade naval e marítima.

Após as iniciativas de Deng Xiaoping, os dirigentes chineses que o sucederam mantiveram seu legado, até surgir o governante que pode ser considerado como o grande impulsionador da China contemporânea: Xi Jinping. Sob sua liderança, vimos que a China e suas Forças Armadas, principalmente a Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN), atingiram um patamar surpreendente, alavancado pelo salto econômico registrado nos últimos anos por aquele país. De uma Marinha pobre e costeira, a PLAN se tornou a maior Marinha do mundo em quantidade de meios navais, sua indústria naval equipara-se às melhores do mundo e seus navios de guerra são produzidos e exportados para outros países. Pudemos constatar que esses navios chineses causam preocupação em outras Marinhas, não só do seu entorno como a US Navy, devido à sua qualidade e ao poder de fogo de suas armas.

Para o Brasil, que possui uma eficiente mas pouco aproveitada indústria naval, uma parceria com a China poderia incrementar alguns projetos de meios navais já em produção no país e incentivar outros, como um navio aeródromo que a China já fabrica com modelo próprio adaptado, encontrando-se o nosso país carente deste tipo de belonave no momento. Seguindo os métodos empregados na China, e mais uma vez nos reportando a Mahan sobre a necessidade de uma boa base industrial que supra a Marinha, vimos que a indústria naval brasileira carece de incentivos, principalmente econômicos, com uma tributação pesada que faz o Custo Brasil encarecer os produtos industriais brasileiros em mais de 25%. Rever esses custos e estudar o know-how chinês poderia trazer lições e boas práticas para a indústria naval brasileira.

Vimos também que a China tem uma Estratégia de Defesa Marítima em camadas, se utilizando da, como denominada pelos estrategistas da US Navy, defesa anti-access/área denial (anti-acesso/negação de área), que utiliza tanto para projetar presença nas áreas marítimas que reivindica como para se opor às Marinhas estrangeiras, especialmente a US Navy. Para manter essa Estratégia, além de suas aeronaves, navios de guerra e submarinos, a PLAN também lança mão de dois estratagemas polêmicos que têm se mostrado eficazes. Um deles é a Milícia Marítima, formada por pescadores e reforçada por militares da reserva da PLAN, treinados para reforçar a defesa do litoral, exercendo funções de vigilância e minagem/desminagem, por exemplo. O outro é a construção de ilhas artificiais nos recifes do Mar do Sul da China. Essas ilhas artificiais dispõem de facilidades para apoio aos meios das Forças Armadas chinesas, contando com galpões, portos e pistas de pouso.

Na nossa pesquisa sugerimos que algumas dessas ideias poderiam ser aperfeiçoadas e adotadas. A MB já oferece cursos para pescadores e navegantes, e poderia incrementar esses cursos de modo a tornar esses pescadores e demais praticantes de atividades ligadas ao mar mais colaborativos com a Defesa do Brasil. Poderiam receber outros conhecimentos e se tornarem a primeira linha de ação em casos de desastres ambientais e marítimos, socorro e vigilância, enquanto os meios da MB não chegassem ao local do evento.

Outra sugestão viria das ilhas artificiais criadas no Mar do Sul da China. O Brasil não possui grandes arquipélagos que forneçam uma barreira natural para conter o avanço de alguma ameaça e que ao mesmo tempo sirvam como base de apoio para nossos navios, tanto os de guerra como os mercantes. Aterrar recifes naturais seria um crime ambiental de dano irreparável, mas o Brasil domina a construção de plataformas de petróleo dos mais variados modelos para os mais diversos usos e ambientes. Debatendo-se os projetos dessas plataformas poderia surgir um modelo de base flutuante a ser utilizada como apoio para nossos navios civis e militares. Concomitantemente, também poderiam ser utilizadas como laboratórios avançados por pesquisadores e cientistas.

É notório que as características políticas e econômicas da China são diversas das brasileiras. O sistema de partido único e um regime totalitário fazem com que a discussão sobre a divisão de verbas destinadas à Segurança se torne mais célere. E o envolvimento em várias disputas territoriais também fornece combustível para essa brevidade.

Mas não devemos olvidar que a contemporaneidade apresenta novas ameaças, que podem afetar um país de forma econômica, política e social. Ameaças como o tráfico de drogas, a pesca predatória, o fluxo de refugiados e os grandes desastres ambientais não possuíam a dimensão que modernamente adquiriram. Sem mencionar a pirataria, que ressurgiu em algumas regiões do planeta munida das melhores tecnologias disponíveis, principalmente em relação a meios e equipamentos. Diante dessas ameaças, o Brasil deve abandonar a ideia do pacifismo unilateral que grassa em nossa sociedade, de que não temos nenhum inimigo em potencial que possa invadir nossas costas. De forma adversa, as ameaças listadas anteriormente se encontram próximas do nosso litoral e agem de forma velada, algumas já no nosso território como pudemos observar no decorrer de nossa pesquisa. Precisamos estar preparados para responder de pronto a essas ameaças antes que se tornem um grave problema para o nosso país. Nossos governantes devem incutir no povo a importância de defender as riquezas da nossa Amazônia Azul, ao mesmo tempo em que busquem condições e incentivos que reforcem nossa indústria naval, de forma a



podermos exercer de forma plena e eficaz a Estratégia de Defesa de nossas águas jurisdicionais.

Somente após a sociedade brasileira adquirir a percepção da importância do mar para a economia, para a saúde e para o bem-estar do nosso país poderemos garantir a sua proteção e conservação. Há muito já se sabe que ele não é eterno e auto restaurável, devendo ser considerada a sua preservação como um legado para as futuras gerações.

O mar proporciona ameaças e oportunidades, e para conciliar esses dois fatores a MB necessita estar preparada para enfrentar qualquer risco a liberdade e a segurança nas águas brasileiras. Buscar ideias frutíferas já adotadas por outras Marinhas é salutar e necessário. A pirataria, a pesca ilegal e o tráfico de drogas são realidades que precisam ser prevenidas ou combatidas pois, como ressaltamos nesta pesquisa:

“Quanto maior for a demora na prevenção, menor será o sucesso no combate.”

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em:  
Acesso em: 30 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. Brasília, DF: Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>  
Acesso em : 15 de maio de 2022.

- REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC). **Constituição da República Popular da China**. Disponível em: <https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2019**. Título original: **China's National Defense in the New Era**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2019. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2017**. Título original: **China's Military Strategy**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2017. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2014**. Título original: **China's Military Strategy**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2015. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2012**. Título original: **The Diversified Employment of China's Armed Forces**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Beijing, 2013. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2010**. Título original: **China's National Defense in 2010**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Beijing, 2011. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2008.** Título original: **China's National Defense in 2008.** Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Beijin, 2009. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2006.** Título original: **China's National Defense in 2006.** Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Beijin, 2006. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa de 2004.** Título original: **China's National Defense in 2004.** Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Beijin, 2004. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>. Acesso em 22 de maio de 2022.

- **United States of America - . Military and Security Developments Involving the People's Republic of China - A Report to Congress.** Department of Defense, Washington, DC, 2022. Disponível em: [www.defense.gov/news/releases/release/article/2332126](http://www.defense.gov/news/releases/release/article/2332126). Acesso em: 25 de novembro de 2022.

## BIBLIOGRAFIA

- **ALLISON**, Graham. **A Caminho da Guerra**. E-book. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2017.
- **ALMEIDA**, Franciso Eduardo Alves de. **A Estratégia Naval e os Estudos Marítimos**. In: **Estudos Marítimos: visões e abordagens** / Org: Francisco Eduardo Alves de Almeida, William de Souza Moreira. – São Paulo: Humanitas, 2019.
- **BARBOSA JÚNIOR**, Ilques. **Oceanopolítica: conceitos fundamentais**. Amazônia Azul – Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil.  
 \_\_\_\_\_. **Oceanopolítica: uma pesquisa preliminar**. Revista Marítima Brasileira. V. 129 n. 04/06 – abr./jun. 2009.
- **BONAPARTE**, Napoleão. **Sobre a Guerra**. E-book. Trad. Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- **CABRAL**, Ricardo. **O Dragão Chinês desafia a república imperial norte-americana**. Revista História Militar em Debate. Publicada em: 07 de agosto de 2022. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/o-dragao-chines-desafia-a-republica-imperial-norte-americana/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.
- \_\_\_\_\_. **O Império contra-ataca: a nova estratégia de contenção**. Revista História Militar em Debate. Publicado em: 22 de julho de 2022. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/o-imperio-contra-ataca-a-nova-estrategia-de-contencao/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.
- **CABRAL**, Ricardo e **DRUMMOND**, Pedro. **A expansão chinesa no Atlântico Sul e a construção da base naval chinesa em Ushuaia**. Revista História Militar em Debate. Publicado em: 17 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/a-expansao-chinesa-no-atlantico-sul-e-a-construcao-da-base-naval-chinesa-em-ushuaia/> Visitada em: 20 de janeiro de 2023.
- **CLAUSEWITZ**, Carl von. **Da Guerra**. E-book: LeBooks Editora: 2022.
- **CORBETT**, Julian Stafford. **Some Principles of Maritime Strategy**. E-book. DigiCat, 2022
- **COUTAU-BÉGARIE**, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- **ECONOMY**, Elizabeth C. **A Terceira Revolução: Xi Jinping e o novo Estado Chinês**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2022.
- **GALANTE**, Alexandre. **As Corvetas classe Inhaúma e Barroso**. Revista Poder Naval. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2015/12/27/as-corvetas-classe-inhauma-e-barroso/> Acesso em: 21/01/2023.

- **HASTINGS, Max. O Mundo em Guerra 1939-1945.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
- **JINPING, Xi. A Governança da China – Volume I.** 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019.
- \_\_\_\_\_. **A Governança da China – Volume II.** 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019.
- **KISSINGER, Henry. Sobre a China.** Editora Objetiva. Rio de Janeiro, Brasil. 2011.
- **MAHAN, Alfred Thayer. E-book. The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783.** Boston: Little, Brown and Company, 1918.
- **MARTI, Michael E. A China de Deng Xiaoping. O homem que pôs a China na cena do século XXI.** E-book. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.
- **McDEVITT, Michael A. China as a twenty-first-century naval power: theory, practice and implications.** Annapolis: Naval Institute Press, 2020.
- **MONTEIRO, N. S. Sir Julian Stafford Cobertt, o Clausewitz da Estratégia Marítima.** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.131 n. 10/12, p. 136-153, Out/Dez. 2011.
- **MUSSE, Ricardo (Org.). CHINA CONTEMPORÂNEA – Seis Interpretações.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- **NUNES, Felipe Matias. A Estratégia Naval da China no século XXI: uma análise sob a ótica Anti-Access/Area-Denial.** Dissertação para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval, 2020
- **OLIVEIRA, Vagner Belarmino de. A evolução Estratégica da China nos últimos quarenta anos.** Caderno da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, V. 3, p.6-86. 2019.
- **O’ROURKE, Ronald. China naval modernization: implications for U.S. Navy capabilities.** Washington: Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <https://news.usni.org/wp-content/uploads/2016/06/RL33153.pdf>
- **QIAO Liang e WANG Xiangsui. A Guerra além dos Limites.** Beijing: PLA Literature And Arts Publishing House, Fevereiro, 1999.
- **RATO, Vasco. De Mao a Xi – O ressurgimento da China.** E-book. Lisboa: Alêtheia Editores, 2020.
- **SPELLER, Ian. Understanding Naval Warfare, Second edition.** Abingdon, Oxon, New York, NY: Routledge, 2019.
- **TILL, Geoffrey. Seapower: a guide for the twenty-first century.** Fourth edition. New York, NY: Routledge, 2018.
- **TZU, Sun. A Arte da Guerra.** São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

- **WHIGHAM**, Thomas L. **The Paraguay War: Causes and early conduct**. University of Nebraska Press, 2002.
- **ZANELLA**, Tiago V. **Manual de Direito do Mar**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Direito Ambiental do Mar: a prevenção da poluição por navios**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021.
- **ZHOU**, Lanfeng. “**O Século da Humilhação e sua influência na construção da identidade nacional da China.**” E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP. Nº 9, maio de 2021. Disponível em: [www.iscap.pt/cei/e-rei/lanfengzhou](http://www.iscap.pt/cei/e-rei/lanfengzhou). Visitada em: 01 de setembro de 2022.